MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI COMPLEMENTAR
2 – PROPOSIÇÕES DE LEI
3 – RESOLUÇÕES
4 – ATAS
4.1 – 33ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
4.2 – 12ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
4.3 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
4.4 – Comissões
5 – MATÉRIA VOTADA
5.1 – Plenário
6 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
6.1 – Plenário
6.2 – Comissões
7 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
8 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
9 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
10 – ERRATAS

PROPOSIÇÕES DE LEI COMPLEMENTAR

PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 190

Acrescenta inciso ao parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar nº 116, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar nº 116, de 11 de janeiro de 2011, o seguinte inciso IV:

"Art. 9º – (…)

Parágrafo único – (…)

IV – disponibilização de canal interno específico para recebimento de denúncias sobre assédio moral, salvaguardadas as medidas de proteção ao denunciante e a devida apuração da denúncia.".

Art. 2º – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 191

Altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A alínea "g" do inciso IV do *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º – (…)

IV – (…)

g) os residentes e os estagiários.".

Art. 2º – O § 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º – (…)

§ 3º – O Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e os ocupantes de cargos de confiança da Administração Superior do Ministério Público, para concorrerem à formação da lista tríplice, deverão realizar a desincompatibilização temporária até trinta dias antes da data fixada para a eleição, permanecendo afastados até o primeiro dia útil após a apuração do pleito, sendo que, na hipótese da desincompatibilização temporária do Procurador-Geral de Justiça, assumirá a chefia do Ministério Público o membro mais antigo da Câmara de Procuradores de Justiça.".

Art. 3º – Fica acrescentado ao *caput* do art. 7º da Lei Complementar nº 34, de 1994, o seguinte inciso VIII:

"Art. 7º – (…)

VIII – tenham-se afastado do exercício das funções para exercer mandato no Conselho Nacional do Ministério Público ou no Conselho Nacional de Justiça, nos seis meses anteriores à data da eleição.".

Art. 4º – O § 4º do art. 33 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33 – (…)

§ 4º – Na indicação para promoção ou remoção voluntária por merecimento, os votos serão fundamentados, atendidos os critérios estabelecidos no art. 177.".

Art. 5º – A Seção VI do Capítulo IV do Título II da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a denominar-se: "Dos Residentes e Estagiários".

Art. 6º – Fica acrescentado à Lei Complementar nº 34, de 1994, o seguinte art. 102-A:

"Art. 102-A – O Ministério Público poderá instituir programa de residência, modalidade de ensino que compreende a oferta de oportunidades de aprendizado por meio de atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho, com acompanhamento e supervisão, objetivando aprimorar a formação teórica e prática de profissionais do sistema de Justiça e de áreas correlatas.

§ 1º – O programa de residência de que trata este artigo é destinado a bacharéis em Direito e graduados em áreas afetas às funções institucionais do Ministério Público que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado ou que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, cinco anos.

§ 2º – A admissão no programa de residência de que trata este artigo ocorrerá mediante processo seletivo público, com edital e ampla divulgação.

§ 3º – O programa de residência de que trata este artigo terá jornada de estágio máxima de trinta horas semanais e duração de até trinta e seis meses.

§ 4º – A residência de que trata este artigo abrange ensino, pesquisa e extensão, bem como auxílio prático aos membros e aos servidores do Ministério Público no desempenho de suas atribuições institucionais.

§ 5º – O residente não poderá exercer atividades privativas de membros nem atuar de forma isolada nas atividades finalísticas do Ministério Público.

§ 6º – É vedada ao residente a assinatura de peças privativas de integrantes do Ministério Público, mesmo em conjunto com o supervisor.

§ 7º – Durante a vigência do programa de residência de que trata este artigo, o residente não poderá exercer a advocacia ou trabalho incompatível com a atividade profissional desempenhada no Ministério Público.

§ 8º – O residente receberá, durante o período de participação no programa de residência de que trata este artigo, uma bolsa-auxílio mensal, cujo valor deverá ser definido por ato do Procurador-Geral de Justiça, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

§ 9º – A participação no programa de residência de que trata este artigo não gerará vínculo trabalhista ou de qualquer natureza com a administração pública.

§ 10 – O programa de residência de que trata este artigo será regulamentado por ato do Procurador-Geral de Justiça, que disporá sobre as atividades profissionais sujeitas à residência, o processo seletivo para o ingresso no programa e seu conteúdo programático, a delimitação das atividades a serem exercidas pelo residente, as hipóteses de desligamento e os requisitos para a obtenção do certificado final.".

Art. 7º – O § 8º do art. 119 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 119 – (…)

§ 8º – É facultado ao membro do Ministério Público receber a assistência médico-hospitalar a que se refere o inciso XX do *caput*, ou indenização, limitada, nessa hipótese, a 10% (dez por cento) do subsídio mensal, conforme critérios estabelecidos em resolução do Procurador-Geral de Justiça, aplicável também à hipótese do parágrafo único do art. 276 desta lei complementar.".

Art. 8º – Fica acrescentado ao art. 127 da Lei Complementar nº 34, de 1994, o seguinte § 2º, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 127 – (…)

§ 2º – O período de exercício previsto no *caput* refere-se apenas a serviço público prestado ao Estado de Minas Gerais.".

Art. 9º – O § 1º do art. 176 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 176 – (…)

§ 1º – O regimento interno do Conselho Superior do Ministério Público disciplinará os requisitos do edital de promoção ou remoção, os critérios de votação e os prazos, observado o disposto nesta lei complementar.".

Art. 10 – O § 5º do art. 180 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180 – (…)

§ 5º – O Promotor de Justiça promovido ou removido tomará posse na respectiva comarca, devendo lavrar o ato em livro próprio e remeter cópia, no mesmo dia da posse, para a Corregedoria-Geral do Ministério Público e para a Secretaria-Geral, ressalvada a hipótese de posse perante a Corregedoria-Geral prevista no inciso XXI do *caput* do art. 39.".

Art. 11 – O *caput* e o § 1º do art. 187 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao mesmo artigo o § 3º a seguir:

"Art. 187 – A promoção por merecimento pressupõe ter o Promotor de Justiça dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade.

§ 1º – Em caso de ausência total de candidatos da primeira quinta parte, formar-se-á a lista tríplice com candidatos da segunda quinta parte e assim sucessivamente.

(…)

§ 3º – Não haverá complementação da lista tríplice com candidatos das quintas partes subsequentes.".

Art. 12 – Os arts. 189 e 190 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 189 – A lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida por maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas forem necessárias, examinando-se em primeiro lugar os nomes remanescentes da quinta parte em disputa.

Art. 190 – Independentemente da antiguidade, é obrigatória a promoção do Promotor de Justiça que figure por três vezes consecutivas ou cinco vezes alternadas em lista de merecimento, observado o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 187, aplicando-se, em caso de empate, o disposto no parágrafo único do art. 185.".

Art. 13 – Ficam acrescentados ao art. 192 da Lei Complementar nº 34, de 1994, os seguintes §§ 4º, 5º e 6º:

"Art. 192 – (…)

§ 4º – A remoção interna nos termos do *caput* deste artigo não interrompe o estágio de um ano na Promotoria de Justiça para a aquisição do direito à remoção voluntária para outras comarcas.

§ 5º – É vedada a renovação da remoção interna antes do prazo de um ano, salvo se não houver interessado no preenchimento da vaga.

§ 6º – Para remoção voluntária, terá preferência o candidato que, além de preencher a exigência de um ano de exercício na Promotoria de Justiça, nos termos do *caput*, preencha os critérios previstos no art. 187 desta lei complementar, no que couber.".

Art. 14 – O art. 197 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 197 – O prazo previsto no *caput* do art. 192 não se aplica à remoção por permuta.".

Art. 15 – Fica acrescentado ao art. 213-A da Lei Complementar nº 34, de 1994, o seguinte § 5º:

"Art. 213-A – (…)

§ 5º – O período de suspensão não constitui tempo de efetivo exercício, salvo na hipótese da conversão da pena de suspensão em multa.".

Art. 16 – Ficam revogados o art. 102, o § 3º do art. 178 e os incisos V e VI do parágrafo único do art. 185 da Lei Complementar nº 34, de 1994.

Art. 17 – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.264

Autoriza o Poder Executivo a efetivar a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a solicitar o encerramento do Regime de Recuperação Fiscal, nos termos do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017, e do § 6º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 1º – O pedido de encerramento do Regime de Recuperação Fiscal de que trata o *caput* está condicionado ao envio à Secretaria do Tesouro Nacional do pedido de adesão ao Propag.

§ 2º – O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, preferencialmente por meio eletrônico, relatório contendo todas as informações constantes no pedido de adesão ao Propag e no pedido de encerramento do Regime de Recuperação Fiscal em até trinta dias contados dos referidos pedidos.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, entre o Estado e a União, contrato de refinanciamento ou aditivo contratual, nos termos do disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 1º – Fica autorizada a vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 156-A e 157 e a alínea "a" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159 da Constituição da República aos contratos de refinanciamento ou aditivos contratuais a que se refere o *caput* a serem firmados, em garantia ou contragarantia à União, em caráter irrevogável e irretratável, pelas obrigações neles assumidas, nos termos do § 4º do art. 167 da mesma Constituição.

§ 2º – As receitas de que tratam os arts. 155, 156-A e 157 e a alínea "a" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159 da Constituição da República permanecem vinculadas aos contratos objeto de refinanciamento de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, em garantia das obrigações neles assumidas, nos termos do § 4º do art. 167 da mesma Constituição e da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, por meio dos instrumentos previstos no art. 3º da mesma lei complementar, observada a edição de lei específica nos casos em que a legislação o exigir.

§ 1º – O contrato de refinanciamento ou o aditivo contratual a que se refere o art. 3º poderá ser celebrado, sob condição resolutiva, para viabilizar a redução da dívida consolidada, ainda que pendente a aprovação das leis autorizativas de transferência dos ativos, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a prever cláusula de arbitragem para dirimir eventuais conflitos entre a União e o Estado decorrentes das transferências de ativos.

Art. 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a opção pelos encargos do aditivo contratual, nos termos do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, com a devida fundamentação que a caracterize como a mais adequada e desde que instruída com estudo técnico que demonstre a economicidade da alternativa.

Art. 6º – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar os investimentos previstos como contrapartida à opção a que se refere o art. 5º, observado o disposto no § 2º do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 7º – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o aporte anual para o Fundo de Equalização Federativa, previsto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, de acordo com o montante definido na opção a que se refere o art. 5º.

Art. 8º – A adesão ao Propag não implicará o desligamento do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, de que trata a Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021, nem do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, a que se refere a Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 9º – É vedada a contratação de novas operações de crédito pelo Estado para o pagamento das parcelas de que trata o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 10 – Fica instituído, no âmbito do Estado, o Comitê Interinstitucional de Acompanhamento da Execução do Contrato de Adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados.

§ 1º – O comitê a que se refere o *caput* será composto por:

I – um representante do Ministério Público do Estado;

II – um representante do Tribunal de Justiça do Estado;

III – um representante do Tribunal de Contas do Estado;

IV – um representante da Assembleia Legislativa do Estado;

V – um representante do Poder Executivo Estadual.

§ 2º – O mandato dos membros do comitê a que se refere o *caput* será de três anos, vedada a recondução.

§ 3º – Os membros do comitê a que se refere o *caput* atuarão sem percepção de gratificação ou remuneração adicional.

§ 4º – O comitê a que se refere o *caput* terá acesso a todos os dados, relatórios, contratos e documentos financeiros e patrimoniais relacionados à execução do contrato com a União no âmbito do Propag, ressalvados aqueles que possam impactar negativamente a relação negocial entre as partes e observada a legislação pertinente.

§ 5º – O comitê a que se refere o *caput* deverá ser formalmente instituído por decreto do Poder Executivo no prazo máximo de trinta dias após a assinatura do contrato de adesão ao Propag.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.265

Altera a Lei nº 22.923, de 12 de janeiro de 2018, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública rural.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 1º da Lei nº 22.923, de 12 de janeiro de 2018, o seguinte inciso IV:

"Art. 1º – (…)

IV – desenvolvimento de programas e ações de prevenção e repressão à criminalidade nas zonas rurais, especialmente ao abigeato.".

Art. 2º – Os incisos IV a VI do art. 2º da Lei nº 22.923, de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação, e ficam acrescentados ao mesmo artigo os incisos VIII a XI a seguir:

"Art. 2º – (…)

IV – aumentar o número de delegacias especializadas de repressão à criminalidade nas zonas rurais e garantir os recursos humanos, materiais e logísticos necessários ao seu funcionamento;

V – promover a cooperação entre os órgãos estaduais de segurança pública, de fiscalização tributária e de sanidade agropecuária, para coibir a circulação de mercadorias, bens e semoventes, cuja origem lícita não seja comprovada;

VI – promover campanhas de conscientização e prevenção à criminalidade nas zonas rurais, a fim de fomentar a organização da sociedade civil para a adoção de práticas que busquem a prevenção social do crime;

(…)

VIII – mobilizar as diferentes esferas de governo e incentivar parcerias entre o poder público e a sociedade civil, a fim de captar fontes de recursos para o combate ao abigeato e para o enfrentamento da criminalidade nas zonas rurais;

IX – fomentar o uso de novas tecnologias em apoio ao enfrentamento da criminalidade nas zonas rurais;

X – fomentar a realização de operações especializadas de enfrentamento da criminalidade nas zonas rurais;

XI – fortalecer as ações de policiamento ostensivo no meio rural, assegurando o emprego de pessoal suficiente à preservação da ordem pública e respeitando a carga horária semanal de trabalho prevista em lei.".

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.266

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o trecho do Caminho do Comércio situado em território mineiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o trecho do Caminho do Comércio situado em território mineiro.

Parágrafo único – O trecho do Caminho do Comércio a que se refere o *caput* tem início em São João del-Rei e passa pelos Municípios de Madre de Deus de Minas, Andrelândia, Arantina, Bom Jardim de Minas e Rio Preto.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.267

Autoriza o Poder Executivo a receber do Município de Divinópolis, mediante dação em pagamento, o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a receber do Município de Divinópolis, mediante dação em pagamento, o imóvel com área de 66.196,90m² (sessenta e seis mil cento e noventa e seis vírgula noventa metros quadrados), situado no lugar denominado Fazenda Pari, naquele município, e registrado sob o nº 843, no Livro 2, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Divinópolis.

§ 1º – A dação em pagamento a que se refere o *caput* tem por objetivo quitar o débito no valor de R$ 14.381.945,96 (quatorze milhões trezentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos), referente ao Convênio Administrativo nº 116/2013, firmado entre o Município de Divinópolis e o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 2º – O imóvel a que se refere o *caput* foi avaliado em R$ 117.197.000,00 (cento e dezessete milhões e cento e noventa e sete mil reais), em 5 de maio de 2022.

Art. 2º – A incidência de juros de mora e de correção monetária sobre o débito cessará a partir da assinatura de termo de cessão de posse, em favor do Estado, relativamente ao imóvel a que se refere o *caput* do art. 1º.

Art. 3º – Será realizada nova avaliação do imóvel a que se refere o *caput* do art. 1º quando da concretização da dação em pagamento de que trata esta lei.

§ 1º – Caso o valor apurado na avaliação a que se refere o *caput* seja inferior ao valor atualizado do débito do Município de Divinópolis, a dação em pagamento de que trata esta lei ficará condicionada ao pagamento da quantia faltante em moeda corrente nacional.

§ 2º – Não haverá torna se o valor apurado na avaliação a que se refere o *caput* superar o valor atualizado do débito do Município de Divinópolis.

Art. 4º – O imóvel a que se refere o *caput* do art. 1º destinar-se-á à conclusão das obras e à operacionalização do Hospital Regional de Divinópolis, que deverão ocorrer no prazo máximo de cinco anos, sob pena de ressarcimento ao Município de Divinópolis do valor que exceder o débito referente ao Convênio Administrativo nº 116/2013, devidamente corrigido, a partir da data do descumprimento.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.268

Altera a Lei nº 13.392, de 7 de dezembro de 1999, que isenta o cidadão desempregado e o doador de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concurso público do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O *caput* do art. 1º da Lei nº 13.392, de 7 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação, e ficam acrescentados ao mesmo artigo o inciso III do § 1º e o § 4º a seguir:

"Art. 1º – Ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição em concurso público da administração pública estadual:

I – o cidadão comprovadamente desempregado;

II – o doador regular de sangue;

III – o membro de mesa receptora de votos em seção eleitoral no Estado.

§ 1º – (…)

III – membro de mesa receptora de votos em seção eleitoral no Estado, mediante a apresentação de documento emitido pela Justiça Eleitoral contendo o nome completo do cidadão, a função desempenhada e a data da eleição da qual tenha participado.

(…)

§ 4º – A isenção de que trata o inciso III do *caput* valerá para a inscrição em concurso público com edital de abertura publicado nos dois anos subsequentes à data da eleição da qual o candidato tenha participado.".

Art. 2º – A ementa da Lei nº 13.392, de 1999, passa a ser: "Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concurso público da administração pública estadual.".

Art. 3º – A isenção de que trata o inciso III do *caput* do art. 1º da Lei nº 13.392, de 1999, não se aplica a concurso público cujo edital de abertura tenha sido publicado anteriormente à data de entrada em vigor desta lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.269

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival de Interpretação de Música Sertaneja Troféu Menino da Porteira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o Festival de Interpretação de Música Sertaneja Troféu Menino da Porteira.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.270

Autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a fazer reverter à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – o imóvel que especifica e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – autorizada, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 19.097, de 5 de agosto de 2010, a fazer reverter à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – o imóvel com área de 10.000m² (dez mil metros quadrados), situado na Avenida José Cândido da Silveira, nº 2.000, no Horto Florestal, no Município de Belo Horizonte, e registrado sob o nº 92.490, no Livro 2, no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte.

Art. 2º – Uma vez registrada a reversão de que trata o art. 1º, ficam a Uemg e a Fapemig autorizadas a permutar entre si:

I – o imóvel de que trata o art. 1º desta lei, de propriedade da Uemg;

II – os seguintes imóveis de propriedade da Fapemig:

a) prédio comercial construído em lote com área de 522m² (quinhentos e vinte e dois metros quadrados), situado na Rua Cláudio Manoel, nºs 1.205 e 1.215, no Município de Belo Horizonte, e registrado sob o nº 26.929, no Livro 2, no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte;

b) sessenta e uma unidades autônomas do Condomínio do Edifício Oxford e respectivas frações ideais do lote com área de 510,2m² (quinhentos e dez vírgula dois metros quadrados), situado na Rua Raul Pompeia, nº 101, no Bairro São Pedro, no Município de Belo Horizonte, registradas no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, no Livro 2, sob as matrículas relacionadas no Anexo desta lei.

§ 1º – Serão realizadas avaliações dos imóveis a que se refere o *caput* quando da efetivação da permuta de que trata este artigo.

§ 2º – Não haverá torna entre as partes caso haja diferença entre o valor do imóvel de propriedade da Uemg e o valor do conjunto de imóveis de propriedade da Fapemig a que se referem os incisos do *caput*.

Art. 3º – Uma vez registrada a permuta de que trata o art. 2º, fica a Uemg autorizada a alienar onerosamente os imóveis relacionados no inciso II do *caput* do mesmo artigo.

§ 1º – Os imóveis a que se refere o *caput* poderão, conforme o interesse da Uemg, em conjunto ou isoladamente, ser objeto de venda, dação em pagamento, permuta por outro imóvel, produto ou serviço ou dação em garantia de operação financeira.

§ 2º – As alienações de que trata este artigo serão precedidas de avaliação e licitação na modalidade leilão, atendidas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º – O preço mínimo para as alienações de que trata este artigo será o valor de mercado, estabelecido em laudo de avaliação, cujo prazo de validade será de, no máximo, doze meses, permitida a revalidação, uma única vez, por igual período.

§ 4º – Os recursos provenientes das alienações de que trata este artigo serão creditados na conta Alienação de Bens e classificados como Receita de Capital, em observância ao disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º – Fica concedido à Uemg o prazo de quinze anos, contados da data de publicação desta lei, para o cumprimento da destinação prevista no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 15.024, de 15 de janeiro de 2004, ressalvada a área de que trata o art. 1º da Lei nº 19.097, de 2010.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere a alínea "b" do inciso II do art. 2º da Lei nº …, de … de … de 2025)

Os imóveis a que se refere a alínea "b" do inciso II do art. 2º, registrados no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, no Livro 2, são os seguintes:

I – sala nº 101, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.890;

II – sala nº 102, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.891;

III – sala nº 103, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.896;

IV – sala nº 104, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.897;

V – sala nº 201, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.892;

VI – sala nº 202, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.893;

VII – sala nº 203, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.898;

VIII – sala nº 204, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.899;

IX – sala nº 301, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.894;

X – sala nº 302, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.895;

XI – sala nº 303, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.900;

XII – sala nº 304, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.901;

XIII – sala nº 501, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.908;

XIV – sala nº 502, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.909;

XV – sala nº 503, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.918;

XVI – sala nº 504, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.919;

XVII – sala nº 601, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.910;

XVIII – sala nº 602, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.911;

XIX – sala nº 603, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.920;

XX – sala nº 604, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.921;

XXI – sala nº 701, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.912;

XXII – sala nº 702, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.913;

XXIII – sala nº 703, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.922;

XXIV – sala nº 704, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.923;

XXV – sala nº 801, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.914;

XXVI – sala nº 802, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.915;

XXVII – sala nº 803, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.924;

XXVIII – sala nº 804, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.925;

XXIX – sala nº 901, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.916;

XXX – sala nº 902, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.917;

XXXI – sala nº 903, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.926;

XXXII – sala nº 904, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.927;

XXXIII – sala nº 1.001, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.884;

XXXIV – sala nº 1.002, com fração ideal de 0,019118, registrada sob o nº 39.885;

XXXV – sala nº 1.003, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.886;

XXXVI – sala nº 1.004, com fração ideal de 0,015745, registrada sob o nº 39.887;

XXXVII – sala nº 1201, com o respectivo terraço e fração ideal de 0,023799, registrada sob o nº 40.225;

XXXVIII – sala nº 1.202, com o respectivo terraço e fração ideal de 0,023799, registrada sob o nº 40.226;

XXXIX – sala nº 1.203, com o respectivo terraço e fração ideal de 0,019604, registrada sob o nº 40.227;

XL – sala nº 1.204, com o respectivo terraço e fração ideal de 0,019604, registrada sob o nº 40.228;

XLI – vaga de garagem nº 3, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.932;

XLII – vaga de garagem nº 4, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.933;

XLIII – vaga de garagem nº 7, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.888;

XLIV – vaga de garagem nº 8, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.889;

XLV – vaga de garagem nº 9, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.902;

XLVI – vaga de garagem nº 10, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.934;

XLVII – vaga de garagem nº 11, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.935;

XLVIII – vaga de garagem nº 12, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.936;

XLIX – vaga de garagem nº 13, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 39.937;

L – vaga de garagem nº 14, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 40.231.

LI – vaga de garagem nº 15, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 40.232;

LII – vaga de garagem nº 16, com fração ideal de 0,006528, registrada sob o nº 40.233;

LIII – vaga de garagem nº 17, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.903;

LIV – vaga de garagem nº 18, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.904;

LV – vaga de garagem nº 19, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.905;

LVI – vaga de garagem nº 20, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.906;

LVII – vaga de garagem nº 21, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.907;

LVIII – vaga de garagem nº 22, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.928;

LIX – vaga de garagem nº 23, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.929;

LX – vaga de garagem nº 24, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.930;

LXI – vaga de garagem nº 25, com fração ideal de 0,004640, registrada sob o nº 39.931.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.271

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Carmelo a área correspondente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia MG-190 compreendido entre o Km 26,1 e o Km 34,1, com a extensão de 8km (oito quilômetros).

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Monte Carmelo a área correspondente ao trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o *caput* integrará o perímetro urbano do Município de Monte Carmelo e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º – A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 5.637, DE 29 DE MAIO DE 2025

Concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Rodrigo Badaró Almeida de Castro.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica concedido a Rodrigo Badaró Almeida de Castro o título de Cidadão Honorário do Estado, pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 5.638, DE 29 DE MAIO DE 2025

Concede o título de Cidadã Honorária do Estado a Hildegard Beatriz Angel Bogossian.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica concedido a Hildegard Beatriz Angel Bogossian o título de Cidadã Honorária do Estado, pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de maio de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/5/2025

Presidência do Deputado Tadeu Leite e das Deputadas Leninha e Delegada Sheila

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 74/2025; Projetos de Lei nºs 3.751, 3.765, 3.784 a 3.786, 3.788, 3.792, 3.794, 3.799 a 3.801 e 3.803 a 3.805/2025; Requerimentos nºs 11.703, 11.770 a 11.775, 11.778 e 11.782 a 11.785/2025 – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Despacho de Requerimentos: Requerimentos nºs 11.316 e 11.778/2025; deferimento – 2ª Fase: Palavras do Presidente – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Gustavo Santana; aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.731/2025; discursos da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lincoln Drumond – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita –

Rafael Martins – Raul Belém – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Doorgal Andrada, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Gustavo Santana, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.031/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.031/2025.)

Ofício do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.089/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.089/2025.)

Ofício nº 1256/2025/SEC-DPG/DPMG, da Defensoria Pública de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.283/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.283/2025.)

Ofício nº 1255/2025/SEC-DPG/DPMG, da Defensoria Pública de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.641/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.641/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.727/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.727/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.742/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.742/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.733/2025, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao PL nº 3.733/2025.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74/2025

– O Projeto de Resolução nº 74/2025 foi publicado na edição anterior.

PROJETO DE LEI Nº 3.751/2025

Autoriza o Estado de Minas Gerais a ceder à União os dividendos de sua titularidade junto à Cemig como forma de pagamento antecipado das parcelas de sua dívida com a União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à União direitos originados de créditos presentes e futuros:

I – oriundos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig;

II – decorrentes dos direitos econômicos a que o Estado de Minas Gerais faz jus em relação às ações de emissão da Cemig, inclusive dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições devidas ao Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – A cessão dos direitos creditórios autorizada nos termos desta lei deverá:

I – limitar-se aos direitos creditórios de titularidade do Estado de Minas Gerais oriundos da Cemig que vierem a ser devidos ou de qualquer outra forma se materializarem entre a data da celebração dos instrumentos relativos à respectiva cessão de que trata o art. 1º ao dia 31 de dezembro de 2056;

II – realizar-se mediante operação em caráter definitivo, na forma da legislação e regulamentação aplicáveis;

III – isentar o Estado de Minas Gerais de responsabilidade, coobrigação, compromisso financeiro ou dívida relativos à solvência dos direitos creditórios de que trata o art. 1º, bem como à solvência dos respectivos devedores.

Art. 3º – A receita decorrente da cessão de que trata esta lei deverá ser integralmente utilizada para abatimento do estoque da dívida para fins do disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 212/2025.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Professor Cleiton (PV)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo governador do Estado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.736/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.765/2025

Declara de utilidade pública a Associação de Mulheres Quilombolas do Capão e Adjacentes, com sede na zona rural, do município de Presidente Juscelino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mulheres Quilombolas do Capão e Adjacentes, com sede na zona rural, do município de Presidente Juscelino, como uma entidade de relevância social para a população mineira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2025.

Rafael Martins (PSD), vice-presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e vice-líder do Bloco Minas em Frente.

Justificação: Diante da relevância das atividades oferecidas para a comunidade e da importância do título para a continuidade e ampliação dos projetos sociais, em defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos à educação, assistência psicossocial, capacitação profissional e qualificação de mulheres, crianças e adolescentes e idosos, oriundos da

Comunidade Quilombola do Capão e Adjacentes, além de implantação de técnicas e diretrizes para defesa, preservação do Meio Ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, compatíveis com a utilização racional dos recursos naturais de forma a garantir a qualidade de vida da população quilombola da região.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.784/2025

Autoriza o poder executivo a promover, direta ou indiretamente, iniciativas de acolhimento institucional para vítimas de trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a promover, direta ou indiretamente, iniciativas de acolhimento institucional que englobem as áreas da assistência social, saúde, habitação, para vítimas de trabalho em condição análoga à de escravo.

Parágrafo único – Para os fins desta lei, consideram-se condições análogas à de escravo aquelas previstas na legislação federal.

Art. 2º – Os órgãos e autoridades estaduais, no acolhimento humanizado das vítimas resgatadas da condição análoga à de escravo, devem seguir o seguinte protocolo:

I – identificação da pessoa com emissão de documentos e encaminhamento para emissão de documentos de competência de outros órgãos;

II – inserção em programas estaduais de habitação popular, renda e trabalho, concomitante ao encaminhamento para outros programas federais e municipais de caráter assistencial.

III – encaminhamento à Defensoria Pública e ao Ministério Público, a fim de possibilitar a reivindicação, tanto administrativa quanto judicial, dos direitos individuais decorrentes da submissão à condição análoga à de escravo, sem prejuízo dos direitos de natureza coletiva que o caso eventualmente envolva;

Art. 3º – O Poder Executivo deverá promover, além desta lei, políticas públicas para a execução de ações que resultem no acolhimento institucional para vítimas de trabalho em condição análoga à de escravo.

Art. 4º – Compreendem-se iniciativas de acolhimento institucional, para as vítimas de trabalho em condição análoga à de escravo, as seguintes ações:

I – atendimento assistencial voltado ao fortalecimento de vínculos sociofamiliares;

II – acesso a benefícios socioassistenciais, à prevenção de riscos sociais e à garantia de direitos;

III – cuidados de saúde, como atendimento médico, odontológico, psicológico e outros que se fizerem necessários, garantidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS;

IV – acionar/notificar os órgãos responsáveis para a aplicabilidade das questões criminais, judiciais e administrativas.

V – encaminhamento a programas e políticas públicas voltadas à formação, profissionalização e inserção no mercado de trabalho formal.

Art. 5º – O Poder Executivo Estadual poderá conceder benefícios para utilização do transporte público estadual por período temporário, que será estipulado por meio de seu poder regulamentador.

Art. 6º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, às vítimas de trabalho em condição análoga à de escravo, orientações jurídicas e sociais, para que sejam instruídas sobre a possibilidade de reparação de danos decorrentes do trabalho análogo a escravo; da regularização migratória; e da emissão de guias referentes ao Seguro-Desemprego Trabalhador Resgatado.

Art. 7º – Fica o Poder Executivo autorizado a estipular prioridade, às pessoas resgatadas de trabalho análogo à escravidão, em eventuais programas habitacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Justificação: Inspirado em projetos análogos existentes nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, o presente projeto visa reforçar as políticas de combate ao trabalho escravo no Estado de Minas Gerais, tendo como princípios a promoção dos direitos humanos e das condições de trabalho dignas. Esse projeto se desdobra especialmente sobre as deficiências do pós resgate, a reinserção das vítimas na sociedade e as possibilidades de ingresso ao mercado de trabalho formal.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.785/2025

Institui a política estadual de prevenção e enfrentamento à tortura no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de prevenção e enfrentamento à tortura, com o objetivo de prevenir, coibir e erradicar a prática de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, especialmente em estabelecimentos de prisionais do estado.

Art. 2º – São objetivos da política de que trata esta lei:

I – fomentar a criação, consolidação e fortalecimento de mecanismos e práticas de prevenção e combate à tortura no Estado, em especial no sistema prisional, socioeducativo e demais instituições de privação de liberdade;

II – garantir a apuração célere e eficaz de denúncias de tortura, assegurando a responsabilização administrativa de agentes públicos ou privados eventualmente envolvidos;

III – fortalecer estratégias voltadas à prevenção da tortura e outros maus-tratos, integrando-se ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, nos termos do art. 2º, § 2º da Lei Federal nº 12.847, de 2 de agosto de 2013;

IV – promover a articulação entre órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e sociedade civil, para a formulação e execução de ações de prevenção e enfrentamento à tortura;

V – apoiar e desenvolver campanhas de conscientização e educação em direitos humanos, com foco na prevenção da tortura e na promoção da dignidade da pessoa humana;

VI – garantir o acesso à informação sobre direitos fundamentais, especialmente no interior de unidades de privação de liberdade;

VII – adotar medidas específicas de combate a práticas de tortura, maus-tratos e abusos institucionais.

Art. 3º – São diretrizes da política estadual de que trata esta lei:

I – respeito irrestrito aos direitos humanos, com ênfase na dignidade das pessoas privadas de liberdade, independentemente da forma ou fundamento legal da privação;

II – cooperação entre as esferas de governo e os poderes constituídos para a efetivação das garantias de prevenção e enfrentamento à tortura;

III – adoção, pelos órgãos estaduais competentes, de protocolos e procedimentos que assegurem a prevenção de práticas violadoras de direitos;

IV – ampla divulgação dos canais e formas de denúncia de práticas de tortura e maus-tratos, inclusive nos ambientes de privação de liberdade;

V – garantia de sigilo das informações prestadas por vítimas, testemunhas e denunciantes, bem como proteção contra represálias.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2025.

Andréia de Jesus (PT)

Justificação: O presente projeto de lei visa instituir a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura no Estado de Minas Gerais, em resposta à alarmante realidade de violações de direitos humanos no sistema prisional estadual.

De acordo com o "Relatório Anual de Atividades – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais 2023", em 2023, foram registradas 775 denúncias de violações em 43 unidades prisionais mineiras, representando um aumento de 21% em relação a 2022. As denúncias incluem práticas de tortura física e psicológica, espancamentos, afogamentos, uso desproporcional de armamentos menos letais, além de condições degradantes como fome, falta de água, superlotação e ausência de assistência à saúde.

Tais práticas evidenciam uma cultura institucional de violência e impunidade, que contraria os princípios fundamentais dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito.

Relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT – corroboram essas denúncias, destacando casos de espancamentos, choques elétricos, queimaduras com cigarro e uso de armamentos menos letais, resultando em lesões graves e até perda de órgãos.

Diante desse cenário, é imperativo que o Estado de Minas Gerais adote medidas eficazes para prevenir e combater a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. A implementação de uma política estadual específica permitirá a articulação entre os diferentes órgãos e poderes, a promoção de ações educativas e preventivas, o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização, e a garantia de proteção às vítimas e denunciantes.

A aprovação deste projeto de lei representa um compromisso do Estado com a dignidade da pessoa humana, a justiça e a legalidade, e é um passo fundamental para a construção de um sistema prisional mais justo, humanizado e respeitador dos direitos fundamentais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Direitos Humanos e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.786/2025

Institui a política estadual de proteção integral às mulheres e crianças em abrigos temporários e permanentes no contexto de desastres naturais, emergências climáticas, sanitárias ou humanitárias no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de proteção integral às mulheres e crianças em abrigos temporários e permanentes no estado, com o objetivo de garantir-lhes a dignidade, a integridade física, psicológica e social, em situações de deslocamento, vulnerabilidade ou acolhimento decorrentes de desastres naturais, emergências climáticas, sanitárias ou humanitárias.

Art. 2º – Para fins de aplicação desta lei, considera-se:

I – proteção integral: o conjunto de medidas voltadas à preservação da vida, dignidade, integridade física, psicológica e emocional, bem como ao acesso a direitos fundamentais de mulheres e crianças em situação de acolhimento em abrigos temporários e permanentes;

II – abrigo temporário: local de acolhimento emergencial destinado a pessoas afetadas por desastres naturais, situações de risco ou calamidades públicas, com estrutura adequada para garantir segurança, higiene, privacidade e atendimento humanizado;

III – abrigo permanente: unidade de acolhimento de caráter continuado, voltada à proteção de mulheres e crianças que não podem retornar aos seus lares por risco à vida, à integridade física ou por ausência de condições mínimas de subsistência e proteção;

IV – vulnerabilidade: condição agravada por fatores sociais, econômicos, raciais, étnicos, territoriais, de gênero, idade, deficiência ou orientação sexual, que aumenta a exposição de mulheres e crianças à violência, à negligência ou à exclusão; e

V – acolhimento humanizado: abordagem que considera a singularidade e a diversidade das mulheres e crianças acolhidas, respeitando suas especificidades culturais, étnico-raciais, territoriais, etárias e orientação sexual, assegurando atendimento digno, escuta qualificada e não revitimização.

Art. 3º – São objetivos da política de que trata esta lei:

I – garantia de espaços de convivência e dormitórios segregados por gênero, assegurada a privacidade, integridade, bem-estar físico, psicológico e emocional e segurança das abrigadas;

II – implantação de protocolos específicos para prevenção, monitoramento e resposta a casos de violência sofrida pelas acolhidas em abrigos temporários ou permanentes;

III – garantia de acesso prioritário a produtos de higiene menstrual e itens de autocuidado;

IV – promoção de canais seguros de escuta qualificada e de denúncia, com articulação aos órgãos competentes, em caso de violência sofrida durante o acolhimento;

V – acolhimento personalizado para gestantes, puérperas, mulheres com deficiência e idosas;

VI – estímulo à participação das mulheres acolhidas no planejamento, gestão e avaliação das ações desenvolvidas nos abrigos; e

VII – atuação de equipe multidisciplinar visando mitigar conflitos ou violência nos abrigos.

Art. 4º – São diretrizes da política de que trata esta lei:

I – promover acolhimento humanizado e seguro em abrigos temporários ou permanentes de mulheres e crianças em situação de emergência;

II – prevenir e enfrentar todas as formas de violência nos espaços do abrigo;

III – assegurar o acesso a direitos básicos como saúde, higiene, alimentação, privacidade e informação;

IV – promover a atuação integrada dos órgãos estaduais, municipais, organizações da sociedade civil e demais órgãos visando garantir uma resposta coordenada e eficaz em caso de violência sofrida em abrigos; e

V – respeitar as diversidades étnico-raciais, orientação sexual, condição de migrante ou refugiada e deficiência, visando mitigar eventual violência e discriminação nos abrigos.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Andréia de Jesus (PT)

Justificação: O presente projeto de lei visa instituir, no âmbito do Estado de Minas Gerais, uma política estadual de proteção integral a mulheres e crianças em abrigos temporários e permanentes, especialmente no contexto de desastres e emergências. A proposta é uma resposta necessária e urgente frente ao aumento de eventos climáticos extremos e à constatação de que mulheres e crianças, particularmente em situação de vulnerabilidade, enfrentam riscos agravados nesses contextos.

Dados e relatos oriundos de tragédias recentes, como o rompimento de barragens, enchentes, deslizamentos e crises sanitárias, revelam que a ausência de medidas específicas de proteção em abrigos temporários tem resultado em violações graves de direitos humanos, especialmente contra mulheres, crianças e populações marginalizadas.

Segundo dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)[1], o Brasil registrou, apenas no ano de 2023, mais de 1.160 eventos relacionados a desastres naturais, como enchentes, deslizamentos e estiagens prolongadas, afetando mais de 74 mil pessoas, das quais milhares foram encaminhadas a abrigos improvisados. Em Minas Gerais, estados de calamidade pública foram decretados em diversos municípios, em especial na região do Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Sul de Minas, como consequência de enchentes severas e do colapso de barragens.

Experiências acumuladas a partir de tragédias como o rompimento das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), bem como os desastres climáticos ocorridos em 2020 e 2022, revelam que a ausência de medidas específicas de acolhimento e proteção tem gerado sérios episódios de violência contra mulheres e crianças nos espaços de abrigo.

A precariedade de infraestrutura, a falta de privacidade, a desorganização dos fluxos de acolhimento e a ausência de protocolos de prevenção à violência tornam os abrigos espaços inseguros para aquelas que já chegam profundamente afetadas pela perda de seus lares, territórios e redes de apoio.

Relatórios da Defensoria Pública da União, da ONU Mulheres, da Câmara Técnica de Assistência Social do SUAS e do próprio Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apontam a ocorrência de abusos sexuais, exploração, assédio, discriminação, negligência institucional e revitimização em muitos desses espaços, que carecem de protocolos mínimos de segurança, segregação por gênero, apoio psicossocial e canais de denúncia efetivos.

Estudos promovidos pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA – e pela Organização Pan-Americana da Saúde – Opas – também alertam para a chamada “epidemia invisível” da violência de gênero nos contextos de crise humanitária, destacando que a probabilidade de uma mulher sofrer violência física ou sexual aumenta significativamente quando deslocada de seu território de origem, especialmente quando não há estrutura pública adequada de acolhimento.

A ausência de uma política estadual estruturada expõe ainda mais a vulnerabilidade de populações específicas, como mulheres indígenas, quilombolas, negras, gestantes, mulheres com deficiência e pessoas LGBTQIAPN+, cujas necessidades específicas muitas vezes são invisibilizadas em protocolos genéricos de resposta a desastres.

Em abrigos lotados, improvisados e desorganizados, a falta de privacidade, a carência de produtos de higiene pessoal (incluindo itens de saúde menstrual) e a inexistência de equipes preparadas em escuta qualificada e enfrentamento à violência de gênero são barreiras reais à proteção integral dessas pessoas.

Portanto, este projeto se fundamenta no dever constitucional do Estado de assegurar a dignidade da pessoa humana, promover os direitos fundamentais e garantir especial proteção a grupos vulnerabilizados.

A aprovação desta Política Estadual permitirá que Minas Gerais se antecipe na proteção de vidas, promovendo o acolhimento digno e seguro nos momentos de maior fragilidade social.

Por meio de diretrizes claras e objetivos específicos, o projeto estabelece o papel do Estado como articulador de políticas públicas intersetoriais, com foco na dignidade da pessoa humano e na resposta qualificada a crises socioambientais.

Diante da realidade cada vez mais frequente de desastres ambientais e da necessidade de uma resposta pública sensível às desigualdades estruturais, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposta, essencial para a construção de uma política humanitária, justa e protetiva no Estado de Minas Gerais.

[1]https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/em-2023-cemaden-registrou-maior-numero-de-ocorrencias-de-desastres-no-brasil#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20engloba%20eventos%20de%20diferentes%20magnitudes%2C%20sem%20classific%C3%A1%2Dlos.&text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20aos%20alertas%20de,hidrol%C3%B3gicos%20e%201.612%20alertas%20geohidrol%C3%B3gicos.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Delegada Sheila. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.348/2024, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.788/2025

Dispõe sobre o período de duração das diárias em serviços de hospedagem, incluindo plataformas digitais de intermediação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei estabelece normas para a contagem e utilização de diárias em serviços de hospedagem oferecidos por hotéis, pousadas, imóveis residenciais ou não residenciais, bem como estabelecimentos congêneres, no Estado de Minas Gerais, incluindo aqueles disponibilizados por meio de plataformas digitais de intermediação de hospedagem, tais como aplicativos e sites especializados em aluguel por temporada.

Art. 2º – Entende-se por diária o preço pago pelo consumidor para a utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, durante o período de vinte e quatro horas.

Art. 3º – O período da diária será contado a partir do horário de entrada (*check-in*) do hóspede, registrado no ato da recepção.

§ 1º – O horário de saída (*check-out*) não poderá ser fixado antes das doze horas do dia correspondente ao encerramento da última diária contratada.

§ 2º – Para fins de limpeza, arrumação e higienização da unidade habitacional, será concedido ao estabelecimento de hospedagem o prazo de até duas horas após o *check-out*.

Art. 4º – O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2025.

Carol Caram (Avante), vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Justificação: O presente projeto de lei tem como objetivo regulamentar, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a duração das diárias nos meios de hospedagem, buscando garantir maior transparência e equidade nas relações de consumo.

Atualmente, muitos estabelecimentos de hospedagem adotam práticas em que o *check-in* é limitado ao período da tarde e o *check-out* é exigido na manhã seguinte, o que resulta em um período efetivo de utilização da diária inferior a vinte e quatro horas. Em muitos casos, o consumidor paga por um serviço de 24 horas, mas usufrui de menos de vinte horas, o que causa insatisfação e contraria os princípios da transparência (art. 6º, inciso III) e da boa-fé objetiva (art. 4º, inciso III), ambos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

Este projeto visa assegurar que o consumidor mineiro usufrua integralmente dos serviços contratados, conforme estabelecido no art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, que exige a oferta de informações claras e adequadas. Além disso, o projeto busca coibir práticas que resultem em vantagem manifestamente excessiva, conforme prevê o art. 39, inciso V, do mesmo código.

Ao fixar a duração da diária em 24 horas e permitir uma redução de até 2 (duas) horas para fins de preparação da unidade, o projeto busca estabelecer um equilíbrio nas relações entre consumidores e prestadores de serviços. A medida também proíbe que o *check-out* seja exigido antes das doze horas, promovendo mais clareza e respeito ao direito do consumidor.

Dada a relevância da matéria e a necessidade de reforçar a proteção dos consumidores no Estado, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, que visa fortalecer a confiança, a boa-fé e a transparência no setor de hospedagem.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Desenvolvimento Econômico e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.792/2025

Estabelece diretrizes para a criação e implementação do programa Volta Segura e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei estabelece diretrizes para a criação e implementação do programa Volta Segura, que tem o objetivo de garantir transporte gratuito, seguro e humanizado para mulheres puérperas.

Parágrafo único – O programa Volta Segura será destinado ao atendimento de mulheres puérperas no retorno às suas residências após a alta hospitalar no Estado.

Art. 2º – São objetivos do programa:

I – assegurar às puérperas em situação de vulnerabilidade social ou risco clínico retorno digno e seguro ao lar;

II – promover o acesso equitativo aos serviços de atenção pós-parto, especialmente em áreas de difícil acesso;

III – reduzir os riscos de complicações no período puerperal decorrentes de deslocamento inadequado;

IV – integrar ações à Rede de Atenção à Saúde Materno-Infantil.

Art. 3º – O programa Volta Segura destina-se a atender, prioritariamente, às puérperas que:

I – apresentem risco clínico ou necessitem de acompanhamento especializado no retorno ao domicílio;

II – encontrem-se em situação de vulnerabilidade social, conforme critérios definidos em regulamento;

III – residam em áreas de difícil acesso, com escassez ou inexistência de transporte público adequado.

Art. 4º – A solicitação do transporte deverá ser realizada:

I – pelo profissional médico responsável pelo parto;

II – pela unidade de saúde responsável pela alta, com base no histórico clínico da paciente e nas condições socioeconômicas e logísticas.

Art. 5º – Para garantir a eficácia do serviço, o Poder Executivo poderá firmar parcerias com hospitais, clínicas, empresas privadas, organizações não governamentais e outras entidades que se mostrem interessadas na execução do programa.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2025.

Nayara Rocha (PP), vice-líder do Governo.

Justificação: A iniciativa reconhece a importância do cuidado integral à mulher no ciclo gravídico-puerperal, sem se limitar à atenção durante o parto e garantindo condições adequadas no período pós-parto, fase em que a puérpera se encontra em processo de recuperação física e emocional e precisa lidar com as demandas do recém-nascido.

Muitas mulheres enfrentam dificuldades para retornar aos seus lares após o parto, sobretudo aquelas que residem em localidades afastadas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, áreas rurais ou periferias urbanas. A ausência de apoio nesse deslocamento pode acarretar o agravamento de quadros clínicos e o aumento da vulnerabilidade social.

Ao estabelecer diretrizes para o programa Volta Segura, esta lei propõe ao Poder Executivo uma política pública sensível e efetiva, que se integra à Rede de Atenção à Saúde Materno-Infantil e promove a equidade no acesso aos direitos sociais básicos. A garantia de transporte digno, especialmente nos casos que exigem acompanhamento médico contínuo, constitui uma medida de baixo custo e alto impacto.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação da presente proposição, em defesa da dignidade das mulheres mineiras e do fortalecimento das políticas públicas de saúde materna no Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, dos Direitos da Mulher, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.794/2025

Concede ao Município de Bom Jesus da Penha o título de Capital Estadual do Jaracatiá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica concedido ao Município de Bom Jesus da Penha o título de Capital Estadual do Jaracatiá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2025.

Rodrigo Lopes (União)

Justificação: O presente projeto de lei tem como objetivo conceder ao município de Bom Jesus da Penha, no sudoeste de Minas Gerais, o título de Capital Estadual do Jaracatiá, em reconhecimento à relevância histórica, cultural, gastronômica e ambiental dessa árvore para a identidade local.

A árvore do jaracatiá (*Jacaratia spinosa*), espécie nativa da Mata Atlântica, possui forte presença no município e se destaca não apenas por seu valor ecológico, mas principalmente pela tradição local de produção do doce artesanal feito a partir do tronco da planta, prática passada entre gerações e que se tornou um verdadeiro símbolo da cultura penhense. O processo de confecção do doce,

que exige cuidado no preparo para retirada do látex, demonstra o conhecimento popular acumulado ao longo dos anos e reforça o vínculo da comunidade com seus recursos naturais.

Reconhecer oficialmente Bom Jesus da Penha como Capital Estadual do Jaracatiá é uma forma de valorizar essa tradição singular, incentivar a preservação da árvore, promover o turismo gastronômico e fomentar o desenvolvimento sustentável por meio de produtos típicos e identitários da região. O título também contribui para fortalecer a cultura mineira, reforçando o protagonismo das pequenas cidades no cenário estadual.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.799/2025

Institui a Política de Promoção da Arte Urbana do Grafite no espaço público urbano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política de Promoção da Arte Urbana do Grafite no espaço público urbano, com o objetivo de valorizar expressões artísticas urbanas e combater a degradação dos espaços públicos e privados.

Art. 2º – Para efeitos dessa lei, considera-se:

I – Arte urbana: toda manifestação artística e cultural desenvolvida no espaço público urbano, incluindo música, teatro, circo, dança, performance e grafite; e

II – Grafite: expressão artística visível no espaço público, constituída por pintura, desenho, símbolo ou palavra, realizada com o consentimento do respectivo proprietário em edificação, mobiliário ou equipamentos públicos ou privados;

Art. 3º – São diretrizes da Política de Promoção da Arte Urbana do no espaço público urbano:

I – valorização da identidade artística e cultural da população mineira;

II – incentivo ao grafite por meio de campanhas, concursos públicos e parcerias com órgãos públicos e a iniciativa privada;

III – estímulo ao crescimento artístico nas escolas estaduais e nos espaços urbanos;

IV – promoção de ações integradas entre artistas urbanos, escolas, comunidades e órgãos públicos para a revitalização de espaços públicos;

V – apoio a projetos e iniciativas que utilizem a arte urbana como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento cultural;

VI – incentivo à participação de artistas urbanos em projetos institucionais, exposições e intervenções urbanas;

VII – criação de mecanismos de fomento à profissionalização de artistas urbanos, garantindo sua inserção no mercado de trabalho e reconhecimento institucional.

Art. 4º – São objetivos da Política de Promoção da Arte Urbana do Grafite no espaço público urbano:

I – promover a melhoria estética e ambiental dos espaços urbanos;

II – incentivar a valorização, preservação e recuperação do espaço público urbano;

III – fomentar o uso social e inclusivo dos espaços urbanos;

IV – reconhecer o grafite como manifestação artística e cultural;

V – estabelecer espaços regulamentados para a prática do grafite, garantindo sua valorização enquanto arte urbana legítima;

VI – estimular a inclusão de projetos de arte urbana em políticas públicas de cultura e educação;

VII – proporcionar oportunidades para artistas urbanos por meio de incentivos, exposições e integração com centros culturais;

VIII – criar mecanismos de incentivo à participação comunitária por meio do grafite na revitalização de espaços urbanos degradados.

Art. 5º – O Poder Executivo poderá mapear e designar os espaços adequados para a realização das atividades previstas nesta lei, promovendo a execução de projetos e a integração de artistas urbanos.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2025.

Andréia de Jesus (PT)

Justificação: O grafite é uma forma de arte urbana que surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos e chegou ao Brasil no mesmo período, trazida pelo artista Alex Valluari. Atualmente, é amplamente reconhecida como uma manifestação legitima de arte e expressão de mensagens sociais, políticas e pessoais.

O Brasil é berço de grandes nomes do grafite, que ganharam destaque no cenário internacional, como Eduardo Kobra e Os Gêmeos. Ambos oriundos das periferias paulistas, enchem o país de orgulho e inspiram milhares de jovens.

Ao longo de sua trajetória, o grafite brasileiro enfrentou desafios, especialmente durante a ditadura militar, período em que foi considerado uma prática ilegal. Entretanto, consolida-se como um símbolo de resistência, garantindo que as vozes dos oprimidos não sejam silenciadas e trazendo à tona questões sociais. Dia 27 de março, data do falecimento de Alex Vallauri, foi instituído como o Dia do Grafite no Brasil, uma homenagem significativa à arte urbana.

Nesse sentido, a criação de políticas públicas que promovam o grafite nos espaços públicos reforça a importância e o valor da arte. Diante disso, é fundamental que o Poder Público apoie iniciativas que incentivem a liberdade de expressão. Por isso, peço apoio dos nobres pares na aprovação desse projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.800/2025

Reconhece o relevante interesse cultural e ambiental da Serra do Esmeril, localizada nos municípios de Congonhas e Belo Vale.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido o relevante interesse cultural e ambiental da Serra do Esmeril, localizada nos municípios de Congonhas e Belo Vale.

Parágrafo único – O bem cultural de que trata esta lei poderá, a critério dos órgãos responsáveis pela política do patrimônio Cultural do Estado, ser objeto de proteção específica, por meio de inventários, tombamento, registro e outros procedimentos administrativos pertinentes, conforme a legislação aplicável.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei fundamenta-se:

I – na singularidade geológica, ecológica e paisagística da Serra do Esmeril, integrante da bacia do Alto Paraopeba e do bioma Mata Atlântica, ameaçada por processos de degradação ambiental provocados por grandes empreendimentos minerários;

II – na sua importância como território de referência para práticas de religiosidade popular, manifestações culturais, trilhas ecológicas, saberes tradicionais e formas comunitárias de relação com a natureza;

III – caminhos de romeiros percorridos desde o século XVIII, em direção ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas;

IV – na presença de nascentes, cursos d'água e formações vegetais de relevância para a biodiversidade, para a segurança hídrica local e para o equilíbrio climático;

V – na memória coletiva e na resistência das comunidades que historicamente habitam, frequentam e preservam a Serra do Esmeril como parte de seus modos de vida;

VI – na sua potencialidade para o ecoturismo, turismo comunitário e projetos de educação ambiental comprometidos com a justiça socioambiental.

Art. 3º – O poder público poderá adotar medidas para promover:

I – a preservação ambiental da Serra do Esmeril, com vistas à sua proteção contra atividades predatórias e à valorização de seus atributos ecológicos;

II – o inventário e registro dos bens imateriais associados ao território, como festas, saberes, crenças, usos e tradições;

III – o incentivo a práticas sustentáveis de uso do território, respeitando os princípios da autodeterminação dos povos, da reparação histórica e da justiça ambiental;

IV – a criação de unidades de conservação e outras figuras jurídicas de proteção territorial, nos termos da legislação vigente;

V – a inclusão da Serra do Esmeril em programas de educação patrimonial, ambiental e cultural, com enfoque decolonial e participativo.

Parágrafo único – As medidas adotadas pelo poder público serão realizadas em articulação com:

I – comunidades locais;

II – povos tradicionais;

III – organizações da sociedade civil;

IV – instituições de ensino e pesquisa;

V – conselhos de meio ambiente cultura.

Art. 4º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira e, em especial, a preservação, pela relevância cultural e ambiental da Serra do Esmeril.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira (PT), presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: A Serra do Esmeril, localizada nos municípios de Congonhas e Belo Vale, em Minas Gerais é um território de memória, espiritualidade, biodiversidade e resistência. Sua paisagem exuberante carrega os sinais do tempo geológico e os rastros das histórias humanas que ali se entrelaçam em múltiplas camadas de significados. Ao propormos o reconhecimento do relevante interesse cultural e ambiental desta serra, não estamos apenas defendendo uma elevação de terra, mas uma forma de existência que desafia a lógica predatória e colonial da mineração que, historicamente, devastou nossos biomas e silenciou povos inteiros.

A Serra do Esmeril integra a região do Alto Paraopeba, já duramente marcada por décadas de exploração mineral intensiva. Ali, como em tantas outras partes das Gerais, o minério foi arrancado à força da terra à custa da saúde, da água, do ar e da dignidade

das populações atingidas. A lógica da destruição, travestida de progresso, avança voraz sobre territórios que ainda resistem, sustentados por laços comunitários, práticas culturais e vínculos ancestrais com a natureza.

A serra abriga formações rochosas únicas, vegetações nativas da Mata Atlântica e nascentes que alimentam os cursos d'água da região, contribuindo para a segurança hídrica do município e da bacia do Paraopeba. A sua função ecológica é inegável, e sua importância aumenta diante da crise climática que assola o planeta. É preciso compreender que preservar a Serra do Esmeril é também proteger a vida em suas múltiplas formas.

Mas não é apenas a natureza que pulsa ali. A serra é também território sagrado, frequentado por romeiros, devotos, rezadeiras e guardiões da fé popular. Ali se realizam práticas de espiritualidade que cruzam o catolicismo popular, as tradições afro-brasileiras e os saberes ancestrais dos povos da terra. A Serra do Esmeril é lugar de oração, de silêncio e de escuta, onde o céu se abre sobre a terra para quem tem olhos de ver e ouvidos de ouvir.

Além disso, há na serra uma potência para o turismo religioso e comunitário, o lazer ecológico, a educação ambiental e o fortalecimento de economias locais baseadas na sustentabilidade e no respeito aos modos de vida tradicionais. Reconhecê-la como bem de relevante interesse cultural e ambiental é o primeiro passo para garantir políticas públicas que a protejam de projetos destrutivos e que fomentem alternativas pautadas na justiça social e ambiental.

A proposta também visa assegurar a participação das comunidades locais, povos tradicionais, associações culturais e conselhos de políticas públicas na construção de instrumentos de proteção e valorização da Serra do Esmeril. Tal reconhecimento é um grito contra a invisibilização histórica desses sujeitos e uma aposta em um futuro que recuse o extrativismo colonial como destino inevitável de nosso território.

A história recente de Minas Gerais, marcada por crimes ambientais impunes e pela perpetuação de um modelo econômico insustentável, exige de nós coragem legislativa e compromisso ético. Não podemos permitir que mais um território sagrado e vital seja convertido em crateras de lucro e poeira. A Serra do Esmeril não está à venda. Ela é patrimônio do povo mineiro, bem comum, chão de memória e futuro.

Diante de todo o exposto, conclamo os nobres parlamentares desta Casa Legislativa a aprovarem este projeto de lei como um gesto de reparação, cuidado e esperança. Que reconheçamos, por força de lei e por dever de humanidade, o valor intrínseco da Serra do Esmeril e afirmemos, com firmeza, que proteger a terra é proteger a vida.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.801/2025

Institui o Dia Estadual dos Muladeiros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual dos Muladeiros, a ser celebrado anualmente no dia 15 de agosto.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2025.

Adriano Alvarenga (PP), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Justificação: Os muladeiros representam o resquício de uma cultura bonita, rica e relevante historicamente para o Brasil. Mulas e burros foram parte integrante do progresso da nação, e se hoje são esquecidos não é porque perderam o seu valor enquanto animais de carga, mas sim porque a tecnologia implacável revolucionou o transporte e logística. Porém, estes animais ainda têm seu reconhecimento no coração da comunidade muladeiro, guardiã da história nacional.

A origem dos muladeiros data de séculos atrás e um dos grandes responsáveis para que essa cultura se desenvolvesse foi o Tratado de Tordesilhas, acordo firmado entre a Espanha e Portugal para a exploração de nosso continente, a América do Sul.

Em seu transporte nas Américas, espanhóis utilizavam as mulas e burros. Os animais foram responsáveis por levar alimentos para colônias, iniciar os primeiros comércios em vários municípios e estados, e praticamente criaram certas vias e estradas indispensáveis para o desenvolvimento de nosso país.

Com o tempo, o uso das mulas como transporte foi adotado por diferentes regiões e comunidades do Brasil, em especial no estado de Minas Gerais.

No dia 15 de agosto de 1947, foi fundada a Associação Brasileira dos Criadores de Jumento Pêga com Sede no Parque da Gameleira, em Belo Horizonte, na qual, dentre outras atribuições, tem o papel fundamental na organização e desenvolvimento da raça.

Por fim, os muladeiros são mais do que aficionados por uma raça, são guardiões de um tesouro histórico e de uma cultura que faz parte de toda a identidade nacional, e nada mais justo do que homenagear essa importante cultura do nosso estado e país.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.803/2025

Dispõe sobre o reconhecimento, a valorização e a promoção da cultura muladeiro como patrimônio cultural imaterial e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como patrimônio cultural imaterial do estado de Minas Gerais, a cultura muladeiro, compreendida como o conjunto de saberes, práticas, tradições, festas, eventos, manifestações artísticas, e atividades econômicas relacionadas à criação, manejo, uso e valorização dos muares (mulas e burros).

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da spa publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2025.

Adriano Alvarenga (PP), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Justificação: Os muladeiros representam o resquício de uma cultura bonita, rica e relevante historicamente para o Brasil. Mulas e burros foram parte integrante do progresso da nação, e se hoje são esquecidos não é porque perderam o seu valor enquanto animais de carga, mas sim porque a tecnologia implacável revolucionou o transporte e logística. Porém, estes animais ainda têm seu reconhecimento no coração da comunidade muladeiro, guardiã da história nacional.

São chamados muladeiros indivíduos que amam os muares, cavalgam, cuidam, criam e apreciam a raça.

Os muares são uma espécie de equino resultante da cruza do cavalo com um jumento. Essa raça tem o nome científico de equus asinus e a fêmea da espécie é chamada de mula, enquanto o macho de burro. A espécie é muito mais parecida com o cavalo do que com o jumento, então compartilham certas características como uma montada confortável e uma grande resistência.

São esses aspectos que fazem dos muladeiros apaixonados pela raça. Esses animais são dóceis, úteis e esteticamente lindos, e o serviço prestado por mulas e burros ao nosso país foi essencial, e hoje os cuidadores de muares ainda conservam essa lembrança histórica.

Dessa forma, nada mais justo do que dar o devido reconhecimento a essa importante cultura e estilo de vida que tanto engrandece o nosso estado, com isso, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.804/2025

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itambacuri o imóvel com área de 2.407,32m² (dois mil quatrocentos e sete metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Rua Seráfica, s/n, no Município de Itambacuri, e registrado sob o nº 3.972, a fls. 86 do Livro 2-N de Registro Geral, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itambacuri.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à Casa de Cultura de Itambacuri.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2025.

Neilando Pimenta (PSB), vice-líder do Bloco Avança Minas.

Justificação: A cessão do imóvel em questão se justifica em razão da relevância histórica, cultural e turística da Casa de Cultura do Município de Itambacuri, que constitui um patrimônio essencial para a preservação da memória da cidade. O referido espaço abriga o Museu Histórico Regional e a Biblioteca Municipal, os quais desenvolvem atividades educativas e culturais voltadas à valorização da identidade local e regional, promovendo o acesso da população e dos visitantes ao conhecimento sobre a história do Município de Itambacuri e do Vale do Mucuri como um todo.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.805/2025

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itambacuri o imóvel com área de 12.320m² (doze mil trezentos e vinte metros quadrados) e respectivas benfeitorias, situado na Avenida Farmacêutico Joviano, s/nº, no Município de Itambacuri, e registrado sob o nº 5.549, a fls. 58 do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itambacuri.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a atividades esportivas e desportivas para crianças, adolescentes, adultos e idosos do município.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 5 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2025.

Neilando Pimenta (PSB), vice-líder do Bloco Avança Minas.

Justificação: O referido imóvel abriga um campo de futebol onde são desenvolvidas atividades esportivas com a participação de alunos itambacurienses de diferentes faixas etárias. A doação da área em questão reveste-se de notável relevância, uma vez que a escolinha de futebol ali instalada contribui de forma significativa para o desenvolvimento físico, social e para o fortalecimento do senso de comunidade entre os educandos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

– Os Requerimentos nºs 11.703, 11.770 a 11.775, 11.778 e 11.782 a 11.785/2025 foram publicados na edição anterior.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Despacho de Requerimentos

– Os despachos dos Requerimentos nºs 11.316 e 11.778/2025 foram publicados na edição anterior.

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a matéria apreciada na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Santana em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.731/2025 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.731/2025, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por intermédio do Poder Executivo, a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13/1/2025, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pelo desmembramento da proposição, que deu origem ao Projeto de Lei Complementar nº 71/2025. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, eu serei muito rápida porque nós já estamos no momento da votação. Meu encaminhamento quanto a esta votação: votarei "sim" à adesão de Minas Gerais ao Propag. Como já temos, na área externa da Assembleia Legislativa, muitos professores e professoras, docentes das 22 unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais e, da mesma forma, muitos estudantes de várias unidades da Uemg, mobilizados, neste dia estadual de luta, de paralisação, quero aproveitar a oportunidade para dizer que o Propag é algo que nós desejamos como uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal. Mas, no Propag, não cabe acabar com uma universidade pública, não cabe acabar com escolas públicas, não cabe acabar com a Fundação Helena Antipoff, não cabe acabar com a Fundação Caio Martins, não cabe acabar com estruturas importantes, não cabe acabar com o hospital. Então é preciso separar o debate do Propag e da sua necessidade da sanha do governo Zema de privatizar, de vender e de abrir mão do patrimônio dos mineiros e das mineiras. Não é possível utilizar o Propag, que é algo necessário e melhor do que o Regime de Recuperação Fiscal para inserir nele aquilo que não é próprio do Propag. Acho que foi de extremo desrespeito a organização dessa lista, que já foi objeto de várias falas dos meus colegas que me antecederam, onde há vários imóveis da Uemg, da Unimontes, da Fundação Caio Martins – Fucam –, da Fundação Helena Antipoff, do Ipsemg – e o Ipsemg está indo de novo –, além de ferramentas importantes da área da saúde, como o próprio Hospital Risoleta Neves. Não é possível usar o Propag para acabar com instrumentos importantes que prestam serviço à população. Isso não é Propag.

Eu só mantive a minha inscrição de encaminhamento, presidente, para pontuar que o governo Zema bagunça propositadamente a ideia do que é o Propag, tentando se apropriar da narrativa sobre o Propag e colocando dentro do Propag aquilo que não é próprio dele. É muito importante que ninguém caia na armadilha de achar que é possível federalizar uma universidade estadual. É mentira se afirmar que é possível federalizar uma universidade estadual como o governo Zema anunciou que quer fazer com a Uemg. O que está por trás desse projeto é um projeto para acabar com a Uemg: vender os seus imóveis, os servidores contratados perdem os seus postos de trabalho e os alunos, mais de 20 mil… Na verdade, as 22 unidades da Uemg devem incomodar muito pequenos grupos, ou melhor, desculpem-me, grandes grupos econômicos. Elas têm faculdades que oferecem vagas no interior do Estado e nas regiões, mas os estudantes têm uma excelente opção, que é uma vaga numa universidade pública estadual. Então retirar a universidade de vários territórios do Estado vai atender a interesses privados de grupos econômicos que querem ampliar a sua atuação. Mas, hoje, o fato de haver uma universidade pública na região impede que esse mercado se abra, porque para alguns educação é um assunto de mercado. Para nós, educação é um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado.

Então deixo o alerta de que esse projeto, que pretende acabar com a Uemg, não prosperará. Quero já deixar o meu compromisso de lutar contra esse projeto que pretende acabar com a Uemg. Acabar com a Uemg sob o discurso de federalização não é Propag. O governo está confundindo… Confundindo, não. Desculpem-me! O governo Zema está construindo uma falsa narrativa. Como é possível vender imóveis e patrimônio da Unimontes e defender que isso é Propag? Isso não é Propag, gente! Como é possível vender imóvel da Fundação Helena Antipoff e achar que isso é Propag? Isso não é Propag! Então o governo tenta misturar os assuntos para dar uma falsa ideia de que tudo é Propag. Não é Propag! E essa lista, que, segundo o próprio governo, é uma lista preliminar de imóveis, pode ser muito maior. Então deixo o meu compromisso de que o Projeto de Lei nº 3.733, que trata exatamente a respeito dos imóveis, também não pode prosperar. Tem sido construída uma narrativa de que isso seria para entregá-los à União. É mentira. O que se pretende é vender esses imóveis e, portanto, acabar com um importante patrimônio, seja da área da educação, seja de outras áreas.

Para finalizar, eu quero compartilhar dois momentos de discussão que nós teremos na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. No dia 1º de julho, nós realizaremos audiência pública e receberemos o governo do Estado, para que ele explique essa dinâmica de federalização que diz que existe, para que ele explique como vai transformar servidores estaduais em servidores federais, como transformará a carreira do servidor estadual em carreira de servidor federal. Não há explicação para isso, isso não é possível. A gente tem que ser honesto com a população. Quem defende a Uemg não aceita esse projeto de lei do governo em relação à universidade. Eu estou focando na Uemg em respeito a toda mobilização e ao dia nacional de paralisação que a Aduemg convocou para esta quarta-feira. Quero dizer da importância dessa mobilização e do nosso compromisso com a universidade, com a Uemg, com

a Unimontes e com todas as instituições educacionais, a Helena Antipoff, a Fucam, o nosso querido Estadual Central. Até escolas estaduais entraram na lista. Quando nós realizarmos um estudo aprofundado dessa lista – como o próprio governo disse, ela não está acabada, ou seja, pode haver mais imóveis –, ficaremos cada vez mais assustados com a liquidação que o governo Zema quer fazer do patrimônio dos mineiros e das mineiras no falso discurso de Propag. O que a gente pode ofertar à população mineira é muito compromisso e muita luta para defender o serviço público, a educação, a nossa Uemg, a nossa Unimontes, o nosso Ipsemg e todas as instituições que são importantes para a sociedade.

Este é o meu encaminhamento, presidente. Que as pessoas também compreendam que o Propag, sim, é a nossa melhor alternativa. É por isso que votaremos favoravelmente, como já votamos nas comissões. Mas votar favorável ao Propag não quer dizer que depois nós seremos favoráveis ao fim de uma universidade do Estado tão importante para Minas Gerais, que é a nossa Uemg, e não significa que nós seremos favoráveis à entrega dos imóveis da Unimontes para que o governo possa vendê-los, possa agradar os seus amigos com uma liquidação, um desconto de até 45% e destruir o que nós temos de educação no nosso estado. É isso, presidente. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Boa tarde, presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Vou ser breve, presidente. Obviamente esse é um projeto que une todos nós, que nos uniu na construção e nos une na perspectiva de realmente entregar a Minas Gerais um programa, um projeto que solucione o problema antigo das dívidas dos Estados, em especial do nosso Estado de Minas Gerais. Agora, não há como votar esse projeto sem registrar, assim como fizeram os diversos deputados que me antecederam, aqueles e aquelas que desde o início acreditaram, apostaram numa alternativa viável para o Estado de Minas Gerais. Ao contrário do governador Zema, que ao longo dos seis anos da sua gestão, não pagou a dívida, fez a dívida do Estado crescer e trabalhou incansavelmente para aprovar um regime de recuperação fiscal que foi e é penoso para o Estado, é caro para a vida do servidor e consequentemente para a vida do cidadão que tem o seu serviço público ao longo dos anos enxugado cada vez mais… Ele trabalhou com uma única alternativa para solucionar, não o problema do Estado de Minas Gerais, deputado Betão, mas o problema do seu governo. Qual? Ele empurra a dívida, vende a imagem de que é um bom gestor e que resolveu os problemas, e deixa para outro governante resolver. Essa foi a toada do governador Zema, do seu governo ao longo dos últimos anos.

Há um ano e meio, o nosso bloco, quase em sua totalidade, ou seja, 18 deputados estiveram em Brasília apresentando ao governo federal exatamente essa situação na busca de uma alternativa viável, de uma alternativa que pudesse confrontar o Regime de Recuperação Fiscal e oferecer solução para o Estado de Minas Gerais. E essa ação política incisiva, insistente, que, durante seis anos, criticou, atacou, questionou o Regime de Recuperação Fiscal como uma alternativa ruim, penosa e desastrosa para Minas Gerais, essa alternativa que o Romeu Zema buscou ao longo do tempo… Muitas vezes nós éramos tachados assim: “Essa é a oposição, é contra tudo, não concorda com isso”. Hoje eu não tenho dúvida de dizer que valeu a pena acreditar. Valeu a pena seguir o caminho pelo qual sempre lutamos ao dizer que o regime era ruim e que era possível construir uma alternativa. E, durante esse caminho, se não fosse a liderança do presidente Tadeu; o reconhecimento, a sensibilidade e o compromisso do então presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco – hoje senador Rodrigo Pacheco; e o compromisso público e democrático e o reconhecimento do presidente Lula, nós não teríamos o conhecido Propag. Para que todos que estão nos ouvindo compreendam, trata-se do programa de solução das dívidas dos estados e, em especial, do Estado de Minas Gerais.

Uma dívida que o governador Zema recebeu em torno de R$100.000.000.000,00 hoje está em quase R$170.000.000.000,00. Com o Regime de Recuperação Fiscal, que assinou e buscou, ele empurra essa dívida para os próximos nove anos, podendo ultrapassar mais de R$200.000.000.000,00 – um valor impagável. Agora, surge uma solução em que o credor, que é o governo federal, abriu mão de todos os juros – todos. O governo federal não receberá um centavo sequer de juros dessa dívida. Essa foi a proposta que o presidente Lula, a partir de todo esse movimento político, acreditou, apostou e aprovou. Ainda assim, o

governador Zema insiste em criar pequenas disputas, dizendo que só adere se conseguir 20% de desconto, se conseguir isso ou aquilo, se conseguir derrubar um veto ou outro.

Isso já serve para anunciar uma justificativa para que, quando for tudo aprovado nesta Casa – sobretudo agora, em que estamos, de forma célere e responsável, aprovando a autorização da adesão –, fique claro que, junto com esse texto, não autorizamos somente a adesão ao novo programa, mas também a saída desse penoso e absurdo Regime de Recuperação Fiscal. A ação política que hoje a gente encerra ao votar esse projeto em 1º turno e, consequentemente, amanhã, repetindo o mesmo trabalho em 2º turno, propõe o encerramento de um ciclo que levaria Minas Gerais a uma dívida impagável para dar lugar a uma dívida possível, que poderá ser paga ao longo dos anos. Isso permitirá ao Estado resolver os problemas que a população, neste momento, cobra de cada um e de cada uma nós.

Então quero registrar aqui, presidente, a satisfação de compor, junto ao nosso bloco, essa construção que chegou ao Propag. Parabenizo V. Exa., presidente Tadeu, pela liderança e pela capacidade de diálogo, levando ao Rodrigo Pacheco, nosso senador, o convencimento necessário para que todo esse movimento fosse compreendido pelo presidente Lula, que apresentou um programa de solução das dívidas capaz de trazer a Minas Gerais um fôlego para melhorar as intervenções públicas de investimento. E, no próprio pagamento, o governo federal, ao abrir mão daquilo a que tem direito, que seriam esses juros, diminui os juros que os governos terão de pagar, permitindo, assim, que o percentual a ser pago pelo governo seja investido em educação e saneamento. Ou seja, é só ganho para a sociedade, que vai deixar de pagar uma dívida quase impagável, e o estoque dessa dívida vai diminuir. E, daquilo que vai pagar a título de investimento, parte dele será em educação e saneamento. Isso é um olhar de responsabilidade, compromisso público, visão e sensibilidade do presidente Lula, assim como de todos os agentes políticos. E, não tenho dúvida: os deputados e as deputadas que acreditaram desde o início neste programa terão a oportunidade hoje, de forma unânime, de votar "sim", na perspectiva de dizer para Minas Gerais que o compromisso que esta Casa tem, liderada pelo presidente Tadeu, é de responsabilidade e de seriedade para buscar uma solução. Também poderemos dizer em alto e bom som ao governador Romeu Zema que qualquer alternativa, ao aderir ao Propag, ao programa de solução – assim vou dizer – das dívidas, é melhor do que o Regime de Recuperação Fiscal.

Vamos, sim, unir-nos para tentar buscar a melhor forma, ou seja, alguns ativos capazes de fazer com que o desconto seja mais favorável. Mas, se a gente não conseguir, qualquer uma das outras alternativas, a partir da adesão, já deveria ser considerada amanhã, porque quanto mais a gente demorar… Não é à toa que os outros estados estão fazendo uma adesão imediata, porque já tiram os juros da dívida e começam a pagar para diminuir o seu estoque. Isso é responsabilidade pública; é compromisso com o povo mineiro e com o Estado de Minas Gerais. Dessa forma, nós vamos aqui defender, apoiar e buscar celeridade na conclusão da assinatura do programa que vai tirar Minas desse endividamento. E a gente espera, sem dúvida nenhuma, que o governador do Estado ouça o clamor a partir do voto que cada deputado e deputada dará, com certeza, com a unanimidade desta Casa.

Assim, presidente, mais uma vez encerro parabenizando V. Exa., esperando obviamente que os próximos projetos anexados à adesão possam ter a mesma seriedade que, ao longo do tempo, trouxe-nos até aqui. Que esta responsabilidade seja refletida no governo do Estado, que, infelizmente – assim encerro –, da forma como ele apresentou a lista de ativos, mostrou que não há muito interesse em discutir, senão jogar para o governo federal a responsabilidade de algo que não interessa a ele. Nós queremos resolver, e não ficar empurrando, não criar argumento, para depois dizer que não tem interesse em assinar. O nosso posicionamento público e político do bloco de oposição, um bloco responsável com o Estado de Minas Gerais, comprometido com a solução da dívida, é um voto "sim", um voto de adesão ao programa de solução da dívida em qualquer circunstância. E tem uma circunstância muito melhor. Mesmo não sendo aquela com maior desconto, é melhor do que a que está aí. Então, em qualquer circunstância, o nosso voto é "sim", com responsabilidade e com compromisso, para solucionarmos o problema da dívida de Minas Gerais. Parabéns, presidente. Parabéns, deputados. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses Gomes. Parabéns pelo seu pronunciamento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pelas galerias da Assembleia, TV Assembleia. Presidente, serei brevíssimo. Em que pese ter 10 minutos para fazer o encaminhamento, nós ficaremos apenas 5 minutos a pedido do colega Gil Pereira. Presidente, serei muito breve na minha fala. Primeiro parabenizo V. Exa., porque foi o pioneiro dessa proposta. Eu fiz questão, presidente, de cobrar isso do vice-governador quando aqui esteve para apresentar o Propag. Fiz questão que ele pudesse reproduzir a sua fala, reconhecendo o papel que V. Exa. teve nesse processo. V. Exa., percebendo que havia uma reação muito forte da nossa parte em relação ao famigerado Regime de Recuperação Fiscal…

Ontem, Professor Cleiton, eu citei, e agora cito novamente, que tanto eu quanto V. Exa. e a deputada Beatriz Cerqueira fizemos uma trincheira na defesa do Estado de Minas Gerais, na defesa das políticas públicas e na defesa dos serviços públicos prestados em Minas Gerais, a fim de não aderirmos ao Regime de Recuperação Fiscal. Nós sabemos que, na prática, o regime é uma mordaça. Além de ele ser uma mordaça, nós perderíamos a autonomia, enquanto ente federado, porque seria a União quem decidiria exatamente os rumos das políticas públicas aqui, no Estado. Ou seja, o Estado de Minas Gerais seria apenas uma marionete nas mãos da União, porque a União teria a maioria do conselho e porque esse conselho é quem decidiria se Minas poderia investir mais ou se poderia investir menos em uma determinada política pública.

Só para citar um exemplo, Dr. Hely Tarqüínio, no recente concurso para agente socioeducativo, 290 candidatos foram aprovados, mas, até hoje, o governo não os nomeou porque alega ter que pedir autorização ao governo federal através do Regime de Recuperação Fiscal – regime que nós não aprovamos, Dr. Hely Tarqüínio! Não fomos nós que o aprovamos. Infelizmente foi uma manobra jurídica: o então governador Romeu Zema, os seus secretários e o seu advogado-geral do Estado foram até a União dizer que queriam fazer uma conciliação. Nessa conciliação, eles pediram para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, passando a perna no Poder Legislativo, não pedindo autorização ao Poder Legislativo para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal.

Depois de muito tempo, depois que o presidente desta Casa, o deputado Tadeu Martins Leite, foi a Brasília várias vezes e provocou o senador Rodrigo Pacheco, que entendeu que era o momento de entrar em campo e apresentar o projeto, enfim, quando o projeto estava quase sendo aprovado, o governador e o vice-governador falaram: “Olhe, esse tal de Propag é bom, é melhor para Minas Gerais”. Ele entendeu isso depois de muito tempo, como na velha máxima daquelas histórias, Dr. Hely Tarqüínio, em que, depois que a onça está morta, o cara chega com o seu bacamarte, coloca-o de lado e fala: “Agora bate a foto”. Foi assim que o governador agiu em relação ao Propag. Obviamente que primeiro temos que render as homenagens ao presidente da Assembleia e depois aos líderes, que também apoiaram a proposta, e ao senador Rodrigo Pacheco. Eles realmente encamparam o assunto e trouxeram a proposta do Propag para que ela fosse aprovada. Hoje nós estamos aqui para fazer a autorização em 1º turno.

Ontem, presidente, durante a tramitação na Comissão de Administração Pública, nós fizemos uma observação, porque o governador estava lá com a discricionariedade de poder fazer o que bem entendia nos investimentos. Nós apresentamos uma sugestão, o deputado Charles Santos a acatou, e aí, sim, a Assembleia teve um pouco mais de tranquilidade. Mas eu ainda faço um alerta, presidente. Nós precisamos aprimorar um pouco mais a matéria, no sentido de garantir as informações em tempo hábil para o Poder Legislativo, porque estamos falando de algo de 30 anos e porque muitos de nós, deputados e deputadas, poderão não estar mais aqui na próxima legislatura. Alguns vão disputar outros cargos. Nós temos que pensar no Poder Legislativo de mais adiante. Nós temos que pensar no Poder Legislativo, porque ele não pode perder a sua essência e aquilo que está previsto na Constituição da República, que é legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Então, presidente, isso se faz no sentido de garantir informações em tempo hábil, no sentido de dar mais transparência e no sentido de garantir inclusive um conselho interinstitucional, com a presença dos Poderes e dos órgãos independentes, para acompanhar, para fiscalizar e inclusive para fazer sugestões. Nós não podemos ficar apenas sob o jugo da caneta do governador

Romeu Zema, que daqui a alguns meses deixará o mandato. Ele vai cuidar de sua outra candidatura, já deixou isso claro. E aí a Assembleia fica aqui sem o seu poder de fiscalização ou sem o seu poder de legislar sobre o que realmente é preciso. Ontem o relator acatou duas sugestões, e espero, presidente, que essa matéria, sob a supervisão de V. Exa. e dos demais colegas deputados e deputadas, possa ainda ser aperfeiçoada, em segundo turno, garantindo mais transparência, garantindo que as informações cheguem em tempo hábil. Assim esta Assembleia terá condição de votar também em segundo turno.

Mais uma vez, rendo aqui as minhas homenagens ao presidente desta Casa e espero que, com a aprovação dessa matéria, a gente possa entregar isso, o mais rápido possível, ao governo para substituir o famigerado Regime de Recuperação Fiscal. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 59 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.731/2025 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Luizinho (PT)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

Declarações de Voto

O deputado Eduardo Azevedo – Sr. Presidente, quero, nesta declaração de voto, parabenizar o senhor pela iniciativa quando tudo começou lá atrás, com essa questão do Propag, bem como com o Regime de Recuperação Fiscal. O mais importante é que demos um passo, um avanço em Minas Gerais hoje, com a votação, em primeiro turno, da adesão ao Propag. Nós sabemos muito bem que temos um agiota federal, o governo federal, que cobra juros quase que impagáveis. Antes de aderir ao Prapag, só os juros que o Estado de Minas pagava para o governo federal eram mais de R$5.000.000.000,00 por ano, o que tornava a dívida praticamente impagável e insustentável. Agora, com a adesão ao Propag, e esperamos que possamos votar amanhã o projeto em segundo turno, esses juros cessam. Haverá apenas correção monetária. É um passo muito importante que a Assembleia Legislativa hoje, encabeçada por todos os deputados, bem como pelo presidente da Casa, consegue dar para o Estado. Essa negociação, essa adesão ao Propag, essa regularização dessa dívida do Estado passou da hora, lembrando que isso não vem de agora, mas de muito tempo atrás. Não é uma dívida do governo Zema. A gente tem que ser correto e dizer a verdade. Hoje nós demos um passo importante, e saio daqui feliz sabendo que o impasse que poderia prejudicar o Estado hoje teve seu ponto inicial para que seja resolvido. Então parabéns a todos os envolvidos, especialmente ao presidente da Casa, que foi um dos grandes mentores que encabeçou todo esse projeto desde o início, quando o Regime de Recuperação Fiscal foi pautado aqui na Casa. Hoje a gente vai para a casa feliz, sabendo que Minas Gerais vai novamente agora poder alçar voos maiores com a negociação dessa dívida. Obrigado.

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputado Eduardo Azevedo. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, volto aos microfones desta Casa para continuar a importante discussão que estava ocorrendo no início desta reunião. De maneira sensata até, o presidente não permitiu que se falasse mais de uma vez sobre o mesmo assunto para que a gente pudesse de fato votar. Então, agora, terminada a votação, acho importante a gente retornar ao tema da agressão sofrida pela deputada Chiara Biondini. Primeiramente, quero lamentar a postura de algumas deputadas, que neste Plenário, minimizaram e passaram pano, dizendo que é uma coisa normal você continuar uma audiência pública e dar a palavra a uma pessoa que ameaçou agredir uma deputada dentro desta Casa. A realidade é a seguinte: a deputada Chiara Biondini foi ameaçada, porque ela foi à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher falar da PEC nº 26/2023, da PEC da Vida, da PEC que defende o nascituro. Ela falou a verdade. A deputada Bella Gonçalves, do Psol, pediu vista na CCJ para atrasar a tramitação do projeto, porque o Psol é um partido que tem compromisso com a morte. Isso é público e notório. É por isso que ela foi atacada. Preciso rebater aqui a canalhice e a desonestidade da deputada do Psol de chamar a minha PEC de PEC do Estuprador. Vou ler a PEC aqui: "Art. 1º – Fica acrescido o § 9º ao Art. 4º da Constituição do Estado de Minas Gerais, com a seguinte redação: '§ 9º – Ao nascituro é assegurado, sem excluir outros, o direito à vida, o direito à identidade genética, aos alimentos gravídicos, à imagem, à honra, assim como o direito de ter seus batimentos cardíacos escutados pela sua genitora.'". É esta a PEC. Cadê o estuprador? Onde é que ela está defendendo o estuprador? Nós estamos aqui defendendo a vida inocente. Pelo contrário, quando nós, da direita, defendemos pena de morte para estuprador, é o Psol e a esquerda que ficam contra. Quando nós, da direita, defendemos castração para o estuprador, é o Psol e a esquerda que ficam contra, porque aí isso fere os direitos humanos. Aí não pode. Quer dizer que a criança que é inocente e que não tem culpa nenhuma tem que ser morta, mas o estuprador tem que ter os seus direitos garantidos. Então é esse tipo de gente hipócrita que ataca a deputada na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, por defender a vida. Mas vocês podem ficar muito tranquilos que nós vamos continuar firmes nessa pauta. Eu, a deputada Chiara Biondini e o deputado Zé Laviola, que fez um brilhante relatório na Comissão de Constituição e Justiça, vamos continuar batalhando para colocar a defesa da vida na Constituição do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A deputada Carol Caram – Boa tarde a todas e a todos, meus colegas, deputada Lud Falcão, Alencar, presidente Leninha. Hoje começamos a discutir, neste Plenário, um dos maiores problemas do Estado de Minas Gerais, que é a dívida que temos junto à União. São mais de R$160.000.000.000,00 que, hoje, o Estado de Minas Gerais deve à União, e agora começamos a solucionar essa questão. Não posso deixar de citar o nome do nosso senador Rodrigo Pacheco, uma das pessoas que fez com que essa dívida começasse a ser resolvida, fazendo com que os serviços públicos do Estado de Minas Gerais pudessem ser contínuos, que eles não fossem paralisados, inclusive falando, deputada Lud, dos reajustes dos nossos servidores. Sei que vamos passar por momentos espinhosos neste Parlamento, como falei com o nosso vice-governador Mateus Simões, no dia em que ele esteve aqui apresentando as pautas do governo do Estado. Vamos discutir a federalização dos nossos patrimônios. Vamos discutir a privatização dos nossos patrimônios. Mas o que todos nós, mineiros e mineiras, precisamos colocar à mesa é a consequência do não pagamento dessa dívida. Como eu disse: a paralisação dos nossos serviços públicos, a paralisação do desenvolvimento e do enriquecimento do nosso Estado de Minas Gerais. Nós precisamos tratar essa pauta com muita seriedade, com muita responsabilidade. Pedimos ao governo de Minas que, quando nós, deputados, solicitarmos informação, junto ao governo, que sejamos prontamente atendidos, para que a gente consiga cumprir o prazo determinado pelo governo federal de entregar, com muita responsabilidade e sabedoria, o pagamento dessa dívida, o início do pagamento dessa dívida para a União, para que nenhum de nós paralisemos e tenhamos prejuízo em relação à saúde, à educação, à infraestrutura. Como eu disse, Lud, nós vamos ter assuntos espinhosos, como por exemplo a federalização da Uemg, mas a saúde e a educação não podem ser repassadas e tratadas como uma mera mercadoria. Temos que tratar essa questão com muita responsabilidade e sabedoria, para que, futuramente, quando os nossos filhos, os nossos netos precisarem da atuação do Estado, nós ainda tenhamos patrimônio para que consigamos assegurar um futuro melhor para todos nós. A gente pode percorrer vários caminhos, para que a gente não federalize ou não privatize a Cemig e a Copasa. Vejo outros caminhos possíveis e viáveis, para que a gente consiga pagar o início do parcelamento dessa dívida, junto à União, sem que os nossos ativos sejam todos repassados para a União. Mas precisamos trazer esse debate a esta Casa, de forma séria e contundente. E nós, todos os 77 parlamentares, estaremos de prontidão para atender todas as demandas dos mineiros e das mineiras, ouvindo-os sempre, por meio das audiências públicas, por meio de todas as reuniões que a gente faz com os prefeitos, vereadores, vereadoras, lideranças, para saber quais são os anseios e as angústias de quem está na ponta sofrendo no dia a dia. Coloco o nosso mandato, o mandato da deputada Carol Caram à disposição, para que a gente consiga aprofundar em todas as pautas, participar de todas as audiências públicas, convidar todos os secretários e secretárias a fazer parte conosco dessa discussão, porque, como eu disse, somos nós que estamos todo dia junto às pessoas, olho no olho, sabendo quais são as suas dores e suas angústias. Muito obrigada. Que Deus me dê sabedoria para continuar essa discussão. Agradeço ao senador Rodrigo Pacheco e ao nosso presidente da Casa, deputado Tadeu Leite, por ter iniciado essa discussão, junto ao governo federal.

A deputada Lud Falcão – Presidente Leninha, colegas deste Parlamento, o Parlamento mineiro sempre foi um Parlamento muito sério. Aqui nós tratamos as discussões para fazer com que Minas Gerais avance cada vez mais. Saúde no nosso estado tem que ser tratada com seriedade; não é palanque político. Presidente, esta semana, em Patos de Minas, nós tivemos uma situação muito séria com os nossos pacientes em tratamento oncológico, que passam por radioterapia. Em 2017, em Patos de Minas, nós perdemos a habilitação de cardiologia. Todos aqueles pacientes que precisavam ser tratados iam para São Sebastião do Paraíso. Patos de Minas é sede da macrorregião de saúde e cuida de 33 municípios. Em 2019, nós perdemos a habilitação de oncologia. Todos os pacientes dessa região, quase um milhão de pacientes, tinham que ir ou para Uberaba, ou para Belo Horizonte e alguns até para fora de Minas Gerais. Refiro-me àqueles que necessitavam de tratamento oncológico. Depois de muito trabalho feito pelo prefeito Falcão, juntamente comigo, nós conseguimos fazer com que a habilitação de cardiologia e de oncologia voltasse para a nossa cidade. Posteriormente, começaram os tratamentos de radioterapia, de quimioterapia na nossa cidade. Muitas pessoas utilizam desse tratamento e, no final do mês de abril, por irresponsabilidade do diretor da Clínica AZ, esse serviço de prestação continuada deixou de acontecer, fazendo com que os médicos não conseguissem atender os pacientes. Mas, graças à seriedade do sistema público de saúde da Prefeitura de Patos de

Minas e graças a uma decisão liminar, hoje, esses pacientes voltam a ser atendidos dentro dessa clínica, porque a Prefeitura de Patos de Minas encampou o serviço. Quero parabenizar a secretária Ana Carolina e o prefeito Falcão pela forma como eles fizeram a condução, com seriedade. De fato, estamos operando por liminar, mas sempre confiamos na Justiça para fazer com que tenhamos essa retaguarda da Justiça agora para cuidar dos nossos pacientes, cuidar daquelas pessoas que tanto precisam. Agora volto ao início da minha fala: política pública tem que ser vista com responsabilidade, muito mais ainda quando nós falamos em saúde, quando falamos da dor das pessoas que precisam desse tratamento, que necessitam do sistema público de saúde e não têm condição de pagar um tratamento particular. Então parabéns a todos os envolvidos em Patos de Minas, parabéns a todos que, com muita sensibilidade, cuidam dos nossos pacientes e fazem com que a nossa saúde pública, que é a base da região do Alto Paranaíba e também do Noroeste de Minas e que está muito longe do ideal, esteja no caminho certo para cuidar do nosso povo. Contem sempre conosco. Vamos trabalhar para a saúde de Minas Gerais avançar cada vez mais, e não ser palanque político.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Pela ordem. Muito obrigado, Leninha. Eu tinha pedido declaração de voto também, mas, como houve esse pique de luz, o nosso painel deve ter dado problema. Então quero 30 segundos para declaração de voto, só para fazer uma lembrança. É só para relembrar que, neste mesmo microfone, quando começou aquela briga, a galeria estava cheia, o funcionalismo estava todo aqui, tentando descobrir… "Ah, vamos perder porque vem a reforma do Estado. Nós vamos ter que pagar os juros". Aqui nós recebemos vaias várias vezes. Hoje eu vejo que a coisa mudou. Naquela hora, eu falava o seguinte: "Vamos ter paciência, vamos esperar, porque tenho certeza de que o presidente tem uma ideia, e essa ideia irá para a frente". O Tadeu não tinha mencionado ainda, mas já tinha articulado todo esse movimento que agora nasce. Para tudo o que está aí e que estava lá, nós fizemos o melhor. Eu acho que aí pega o Rodrigo Pacheco, pega o governo do PT, pega a Assembleia Legislativa. Naquela hora, o próprio governo estadual muitas vezes estava contra. E a gente mostrou que o que a gente iria fazer, o que esta Casa fez, o que o Rodrigo fez e o que… E não só o movimento que foi feito pelo presidente quando começou, com a saída da gente daqui de Belo Horizonte para ir ao Senado mostrar, numa reunião suprapartidária, que não havia Bolsonaro nem Lula, o que havia era exatamente a preocupação com o Estado de Minas Gerais. E isso foi realizado. Eu acho que hoje nós começamos um processo, um processo que vai… Falava o presidente Tadeu, na semana passada, em Goiás, que essa é uma abertura que foi dada a todos os outros estados. Eu acho que nasceu nesta Casa uma ideia, uma forma de melhorar, de acertar as dívidas dos estados sem haver essa agiotagem toda que era cobrada. O governo Federal a aceitou. O trabalho do Rodrigo Pacheco no Senado foi muito importante, assim como o trabalho na Câmara Federal e o trabalho que esta Assembleia começou a fazer. O trabalho começou com a vinda do vice-governador Mateus Simões. Naquela hora, quando o Zema pediu ao Mateus para trazer o projeto aqui, eu vi a vontade do governo estadual de tentar acertar. Eu vi que era uma sabatina – foi mais uma sabatina que foi feita com o vice-governador Mateus Simões. Ele conseguiu, ele mostrou, acima de tudo, o interesse do Estado. Acho que algumas coisas vão ter que mudar quando se fala da Cemig, principalmente da Cemig. Pela Copasa não luto muito, não, mas… A Cemig gera recursos. Acho que falta uma boa administração para a empresa, mas, sem dúvida alguma, esta Casa, hoje e amanhã, com a votação, está dando o pontapé inicial para melhorar essa situação. E a gente vai continuar vendo servidores nas galerias, brigando e falando: "Fora, Zema!". Ouvi isso aqui, hoje. E eu estava contando para o pessoal que já ouvi "Fora, Pimentel!", "Fora, Anastasia!", "Fora, Alberto!", "Fora, Eduardo Azeredo!", "Fora, Itamar Franco!". Isso porque nenhum governador que chegar ao governo conseguirá administrar e atender à necessidade de todos os servidores. A luta por um bom salário vai ter que continuar, principalmente das professoras, mas o que vemos hoje é que precisamos de um Estado mais enxuto. Eu gostaria de lembrar que está na hora de unificarmos as eleições no Brasil. Falamos isso há anos. Está na hora de se fazer um "distritão". E aí me perguntam: "Por que unificar as eleições, Alencar?". Vamos votar de presidente da República a vereador em uma eleição só, de cinco em cinco anos. Isso vai gerar uma economia para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil inteiro. O que é gasto em uma eleição poderá ser gasto com saúde e com salário dos professores. Em um "distritão", são eleitos os mais votados. Esse é um modelo justo, pois a população quer que os 77 deputados mais votados estejam nesta Casa. É injusto a gente ver um deputado que teve 20 mil votos obter um mandato, enquanto outro, que teve 60 mil votos, fica de fora. Isso tem que começar a mudar, deputada Leninha. É

importante que se unifiquem as eleições e se faça um "distritão". Minas Gerais saiu na frente. Minas Gerais, com nosso discurso da unificação e do "distritão", já deu o recado para todo o Brasil, que agora começa a falar sobre isso. Vossa Excelência concorda com este deputado. Lembro que unificar é preciso. Vossa Excelência está concordando comigo em tudo hoje. Está bom demais. Muito obrigado. Isso é muito bom.

O deputado Bosco – Boa tarde a todos e a todas, à deputada Leninha, que conduz esta sessão, ao deputado Alencar da Silveira, ao público que nos honra com sua presença e também às pessoas que nos assistem pela TV Assembleia. Caro deputado Alencar da Silveira, Vossa Excelência foi muito feliz em sua declaração, quando disse, com outras palavras, que o momento não é de se apontar dedos para este ou para aquele governo e muito menos para o governo atual. Como outros que o antecederam, este governo também herdou uma dívida astronômica do Estado de Minas Gerais com o governo federal. Trata-se de uma dívida de mais de R$170.000.000.000,00, cujos juros a tornam cada vez mais impagável. É uma dívida que tem assolado os governos que passaram por Minas Gerais e o que aqui está, do governador Zema e do vice-governador Mateus Simões. É uma dívida que tem sido uma verdadeira tortura para a nossa economia e para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Nós temos certeza absoluta de que, se não fosse por essa dívida, deputado Alencar da Silveira e deputada Delegada Sheila, certamente a situação dos nossos servidores da segurança, da educação e de todos os setores do Estado de Minas Gerais poderia ser diferente. Eles poderiam estar hoje gozando de salários e de proventos melhores, mas essa dívida impede que o governo avance, sobretudo, na valorização de seus servidores. Hoje nós demos um passo importante, por isso eu não poderia deixar de fazer esta declaração de voto para parabenizá-los. Num primeiro momento, parabenizo o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Leite, deputado Tadeuzinho, que, num ato de grandeza, num ato de comprometimento e num ato – por que não dizer? – de uma visão que foi além das montanhas de Minas Gerais e foi parar em Brasília, num ato de estadista… Ele realmente foi a Brasília para buscar, com o apoio desta Casa, uma solução para essa dívida. E essa solução foi construída às várias mãos, inclusive com o apoio do então presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco, que contou com o apoio de vários senadores e deputados federais, especialmente os deputados federais da bancada de Minas Gerais. Quero, na pessoa do presidente Tadeu, cumprimentar todos os que trabalharam independentemente de cor partidária e de bandeira partidária, para que realmente pudéssemos chegar a essa solução, que é o Propag. Também quero falar a todos da importância do discernimento e da vontade do governador Romeu Zema e do nosso vice-governador Mateus Simões de resolver o problema da dívida. Eles realmente aderiram à questão e permitiram que pudéssemos, então, apreciar esse projeto, que foi enviado a esta Casa e votado hoje em 1º turno. Com certeza, amanhã estaremos aqui votando-o em 2º turno. Então acho que, agora sim, temos um caminho, uma luz no fim do túnel para que possamos ter uma solução. Ela não é definitiva, como gostaríamos, para que a dívida realmente fosse solucionada de uma vez por todas, mas, pelo menos com a negociação através do Propag, com a disposição do governador Romeu Zema e do nosso vice-governador Prof. Mateus Simões – e, claro, com o aval desta Casa, sobretudo do nosso presidente Tadeu –, vamos agora ter a oportunidade de trazer um momento mais tranquilo para Minas Gerais. Assim, poderemos juntos, Assembleia Legislativa e governo do Estado, fazer um planejamento para o futuro, sobretudo para o futuro da economia de Minas Gerais. Parabéns a todos os colegas deputados que trabalharam nesse projeto, às comissões, às lideranças, a todos os parlamentares que deram a sua contribuição. Especialmente, os nossos parabéns, mais uma vez, ao nosso presidente Tadeu Martins Leite.

Encerramento

A presidente (deputada Delegada Sheila) – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 29, às 10 horas, e para a especial também de amanhã, às 19 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/5/2025

Presidência do Deputado Tadeu Leite e da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de Ordem – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.017/2019; discursos das deputadas Bella Gonçalves e Delegada Sheila, do deputado Eduardo Azevedo e da deputada Marli Ribeiro; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 434/2023; não recebimento de emenda do deputado Sargento Rodrigues; discursos do deputado Roberto Andrade, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Charles Santos, Sargento Rodrigues e Betão; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emendas; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; rejeição – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.566/2024; não apreciação da proposição – Registro de Presença; Questão de Ordem – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 72/2025; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 56/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.338/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 249/2023; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.153/2023; encerramento da discussão; discurso da deputada Lohanna; votação nominal do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.188/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.383/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.015/2024; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.662/2024; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 659/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 916/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.349/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.875/2023; aprovação do projeto com Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.286/2024; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.651/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.746/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.107/2024; encerramento da discussão; discurso do deputado Doutor Wilson Batista; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.731/2025; discursos do deputado Cassio Soares, da deputada Bella Gonçalves, dos deputados Leleco Pimentel e Lucas Lasmar, da deputada Lohanna, dos deputados Doutor Jean Freire, Betão e Professor Cleiton e da deputada Andréia de Jesus; encerramento da discussão – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lincoln Drumond – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique

Caixa – Marli Ribeiro – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 10h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Mauro Tramonte, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O deputado João Magalhães – Sr. Presidente, mais uma vez, assistimos ontem aqui, na Casa, a uma agressão a uma parlamentar, e isso já se tornou praticamente corriqueiro. Apesar de a Assembleia, hoje, dispor de mecanismos de controle, essas pessoas têm de ser banidas da Casa. Acho que a honra dos parlamentares deve ser intocável. Eu mesmo já fui agredido aqui com palavras de baixo calão, e V. Exa., na época, tomou uma decisão importante, que foi coibir, ou melhor, proibir que essas pessoas entrassem aqui, na Assembleia. Acho que a Assembleia tem que agir energicamente contra esse fato. Deputada, você tem a nossa solidariedade. Nós sabemos que V. Exa. se comportou como parlamentar, ouviu tudo calada, sem responder e sem agredir. Parabéns por sua atitude! Estamos juntos.

A deputada Chiara Biondini – Pela ordem, presidente. Quero reiterar o que o deputado João falou e agradecer as palavras dele. Foi exatamente isso. Ontem estava acontecendo uma reunião da Comissão das Mulheres, e pedi à deputada Leninha para falar de um assunto que realmente não era pauta na hora, mas era importante para mim. A deputada me permitiu, junto com a presidente Ana Paula, e fiz um discurso tranquilo sobre aquilo em que acredito, ou seja, em favor da vida e contra o aborto. Um senhora, que até então eu não sabia quem era, saiu da galeria, passou na minha frente, sentou-se ao meu lado, um pouco distante de mim, e começou a cochichar naquele momento. Até aí, tudo bem. Logo depois do meu discurso, ela se levantou de forma desrespeitosa com a deputada Leninha e com a deputada Ana Paula, dizendo: “Eu não vou respeitar vocês”. Ela começou a gritar, colocando o dedo na minha cara por 2 minutos, palavras absurdas, acusando-me de forma muito agressiva. Eu fiquei calada, sentada, filmando – peguei meu telefone para filmar. Em nenhum momento me levantei, e ela ficou falando, gritando, berrando naquele momento. Depois dos 2 minutos em que ela ficou me chamando de covarde, xingando o papa, falando que eu era uma menina, etc., ela saiu do plenarinho. Esperei um tempo e saí também. Quando eu passei pela porta da galeria, escutei dessa mesma mulher a seguinte frase: “Se você entrar na galeria, eu vou dar na sua cara”. Eu entrei na galeria e falei: “O que você disse?”. E ela repetiu: “Eu vou dar na sua cara”. Eu falei: “Eu não tenho medo”. Ela falou: “Você merece apanhar”. Naquele momento, a Leninha e os seguranças apaziguaram a situação, eu saí e fui embora. Logo em seguida, descobri que ela é assessora do vereador Pedro Patrus, da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte. Trata-se de mais um assessor; mais um assessor de deputado ou vereador do Partido dos Trabalhadores que entra na nossa Casa, no

nosso lugar de trabalho, no nosso lugar de democracia para nos acusar de forma covarde e muito constrangedora, inclusive me ameaçando. O pior de tudo isso para mim, presidente, foi que, depois desse papelão, depois dessa ameaça, ela ainda teve o direito de fala aqui, na Assembleia de Minas. Depois de dizer que iria me bater, que iria dar na minha cara, a presidente Ana Paula, em vez de pedir a ela para se retirar, concedeu fala a essa mulher. Quero dizer que, para mim, isso foi um vexame da deputada Ana Paula. Se eu fosse presidente em alguma audiência de uma comissão em que alguma pessoa falasse com qualquer parlamentar desta Casa que iria agredi-lo, eu seria a primeira a pedir à polícia que retirasse a pessoa desta Casa. Mas a Ana Paula, em vez de fazer isso, deu-lhe a palavra e o palanque. Isso é lamentável, é triste. Mais uma vez, sofro uma agressão verbal e quase física. Queria muito a união das mulheres, porque estávamos na Comissão dos Direitos da Mulher, e foi uma mulher que veio me agredir, e depois outra mulher meio que quase concordou com a atitude dessa senhora. Então, mais uma vez, trata-se de uma assessora do vereador Pedro Patrus me agredindo dentro do meu trabalho, dentro da Casa da democracia. Obrigada, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, queria fazer um apelo a V. Exa., que é sempre muito equilibrado, uma pessoa que nos dá orgulho em conduzir o Parlamento. E eu falo isso sobre V. Exa. tanto aqui, publicamente, quanto em qualquer lugar em que estou; sempre falo da forma brilhante com que V. Exa. conduz o Parlamento. Quando eu tomei conhecimento do fato ontem à noite, falei: "Não é possível! É a terceira vez que a deputada Chiara Biondini é desacatada aqui dentro da Assembleia. Não é possível que uma pessoa, seja lá quem for, vá até o plenarinho e fale que vai quebrar a cara da deputada". Eu só quero deixar aqui consignado o seguinte, presidente – e já chamei a atenção do policial legislativo: o Código de Processo Penal é claro ao dizer que qualquer um do povo pode prender em flagrante, e a polícia deve. Qualquer um do povo pode prender em flagrante. Ela estava em flagrante por desacato e ameaça. Desacatou uma servidora pública dentro da Assembleia e também ameaçou-a. Ou seja, ela estava em flagrante de dois crimes ali distintos. Quero deixar claro, presidente, que a Chiara tem dado o azar porque, se eu estou no recinto, quem vai dar voz de prisão sou eu. E, uma vez dada a voz de prisão, ninguém mais pode tirá-la. A pessoa será conduzida para a delegacia e lá, se quiser com o seu advogado pagar a fiança, ela vai responder. É uma pena que eu não estava presente porque, se estivesse, eu teria dado voz de prisão. O que eu peço a V. Exa. é que oriente a nossa Polícia Legislativa, aproveite esse fato e convoque uma reunião com os presidentes de comissões para que a gente possa tratar essa questão. Até porque, presidente, no âmbito da Comissão de Segurança Pública, eu respondo pela presidência e ali eu tenho que ser cobrado pelos atos. Essa senhora já esteve na Comissão de Segurança Pública, mas, talvez por conhecer este deputado, nunca teve a ousadia de ofender algum parlamentar. Se tivesse, ela sairia presa do plenarinho. Eu já vi, inclusive – para quem não sabe –, o deputado Durval Ângelo, presidindo a Comissão de Direitos Humanos, prender um tenente-coronel aqui dentro da Assembleia por entender que ele cometeu uma ameaça. Então, se isso acontecer com uma deputada ou com qualquer outro parlamentar, e eu estiver presente, darei voz de prisão em flagrante à pessoa. Peço a V. Exa. que entenda que esse fato foi gravíssimo. A deputada não só foi desacatada como também ameaçada. Portanto, providências têm que ser tomadas. Presidente, tomarei a iniciativa – e V. Exa. fique à vontade para dar os encaminhamentos – e vamos aprovar requerimento na Comissão de Segurança Pública, pedindo a V. Exa. que tome as providências cabíveis e encaminhando o requerimento também direcionado à Polícia Civil para que tome as providências de Polícia Judiciária. Então faço um apelo, presidente, principalmente para que não deixe de convocar uma reunião para V. Exa. presidir com os presidentes de comissões e possa orientá-los. Obrigado, presidente.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero me manter neste mesmo tema e, como líder da Bancada do PL, me solidarizar com a deputada Chiara Biondini e reforçar o absurdo dessa situação. A deputada Chiara foi à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher fazer uma defesa de uma PEC que, inclusive, eu sou o autor, que é a PEC da Vida, a PEC da Defesa dos Direitos do Nascituro. Ela foi lá e teve o seu posicionamento. Outros podem discordar, isso é natural. Na verdade, na política, muitos vão discordar e concordar com diferentes posicionamentos, mas o que houve ali não foi uma divergência política, o que houve foi uma violência, foi uma ameaça. Uma pessoa se levantou, começou a gritar com a deputada Chiara e não foi repreendida pela presidência da comissão. Depois, no corredor, ameaçou a deputada Chiara. A Polícia Legislativa nada fez, e a presidência também

não. Após esse episódio, a deputada Chiara se ausentou, e a pessoa teve direito à fala dentro desta Casa. Então é uma situação gravíssima! A gente não pode permitir, a gente não pode relativizar o fato de uma deputada mulher ter sido ameaçada, agredida dentro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e nada ter sido feito. É uma situação que precisa ser tratada com toda seriedade. Eu tenho certeza que V. Exa., que sempre faz a defesa desse parlamento, não vai se furtar a fazê-lo. E mais grave ainda, a pessoa não é uma desavisada. A gente está falando de uma assessora parlamentar de vereador de Belo Horizonte. Ora, eles não podem querer vir aqui fazer bagunça na Assembleia de Minas. Então que as devidas medidas sejam tomadas, que essa pessoa não possa mais entrar nesta Casa e que a Assembleia tome uma atitude, porque a situação que ocorreu ontem foi extremamente grave. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, fatos como esses ficam ruins para o Parlamento. Vou sugerir a V. Exa., mais uma vez, que façamos uma apuração. Nós temos câmeras caras, e tudo foi relatado e visto. Que a Mesa da Casa possa pegar todas as câmeras, e que possamos fazer um relatório para ser entregue, Sr. Presidente. Que a gente chame o vereador de Belo Horizonte e mostre tudo a ele. Não podemos deixar que atitudes como essa aconteçam novamente nesta Casa. Em muitos anos, foram poucas as vezes que isso aconteceu. Acho que é esta coisa de "sou isso e sou aquilo", um do lado e outro do outro. Isso é muito ruim, e está acontecendo muito nesta Casa. "Somos nós contra eles"; acho que não pode ser assim, nós contra eles; somos nós pelo povo mineiro. Deixo, então, essa sugestão para V. Exa.; vamos levá-la para a Mesa. Ontem V. Exa. havia dito que mandaria isso ser averiguado, então que a gente possa pegar todas as imagens, olhá-las e tomar as providências certas com a Mesa diretora desta Casa e com o Colégio de Líderes. A reunião da qual o Sargento falou é muito importante. Muito obrigado.

O deputado Arlen Santiago – O meu tema é o mesmo. A gente vê o trabalho da deputada Chiara, que é extremamente combativa, competente e está crescendo muito em todo o Estado de Minas Gerais, defendendo pautas muito importantes para todos nós, como a questão da vida, o que contraria muito os abortistas, os que querem assassinar criancinhas dentro do ventre das mulheres. Também contra as drogas, a deputada Chiara é um exemplo. Apesar da sua pouca idade, ela não pode ser agredida por essa situação. Há pouco tempo, Sr. Presidente, nós tivemos uma audiência na Comissão de Saúde em que a deputada Chiara compareceu para me ajudar com o quórum, quando começou a ser agredida por duas pessoas ligadas a sindicatos da área da saúde. Naquele mesmo momento, nós filmamos, e fiz o requerimento a V. Exa. De pronto, o senhor proibiu por seis meses a entrada dessas pessoas, que não têm capacidade e têm ódio no coração, de virem aqui agredir uma deputada. Seria por que ela é mulher? Uma questão como essa é absurda. Seria por ela ser nova? Por quê? Por que defende pautas importantes? Às vezes há questões aqui que não nos agradam, e nós realmente temos que ouvi-las, mas a assessora de um deputado… Acredito que a Mesa da Assembleia tenha que tomar uma atitude extremamente severa, inclusive mandando a questão para a presidência da câmara municipal, porque essa situação não está certa. E não se trata da primeira vez. Nós já tivemos assessoras de dentro da Assembleia que também tentaram agredir a deputada Chiara por causa dos seus posicionamentos, que são extremamente acertados. Então deixamos a nossa solidariedade à deputada Chiara e pedimos à Mesa da Assembleia que algo realmente seja feito com muita parcimônia sobre essa situação e que realmente essa pessoa seja proibida de entrar na Assembleia, porque não consegue estar no meio das pessoas, no meio do debate.

A deputada Ione Pinheiro – Obrigada, presidente. Bom dia, presidente, bom dia a todas, bom dia a todos. Deixo registrada a minha solidariedade à deputada Chiara e quero deixar como sugestão que sejam reunidos todos os líderes da Casa e todos os presidentes das comissões, porque nós não podemos aceitar nenhuma agressão a nenhuma mulher. Acho que, quando estão agredindo a Chiara, estão agredindo todas nós. Fica, então, a nossa solidariedade. Esperamos que a Casa tome uma atitude e que ela seja justa, porque não é a primeira vez que isso acontece. Obrigada, presidente.

A deputada Delegada Sheila – Bom dia, presidente e todos os colegas. Quero deixar aqui também o meu apoio à deputada Chiara Biondini e dizer que acabei de falar para ela não deixar de exigir providências policiais, registrar a ocorrência e procurar as autoridades. Afinal, ela foi, sim, vítima de crime, crime de ameaça de violência política contra a mulher, o que esta Casa tanto

combate. Também quero deixar aqui uma mensagem a toda a Bancada Feminina: que neste momento estejamos unidas, todas nós, da Bancada Feminina, para que seja apurado o que realmente aconteceu. Que todas se apoiem de forma mútua, porque nós não podemos aceitar que apenas os que pensam iguais tenham apoio e quem coloca a sua opinião seja agredido dessa forma, seja homem, seja mulher – neste caso, uma mulher, a deputada Chiara Biondini, que tem todo o meu apoio.

A deputada Lohanna – Presidente, como líder da Bancada Feminina e em solidariedade à deputada Chiara, gostaria de dizer que eu não estava presente, mas entendo que a fala do deputado Alencar foi muito importante no sentido de pedir apuração, para que a gente possa, ou melhor, para que os senhores possam, enquanto Mesa diretora, tomar a melhor decisão. Entendo que esta Casa já se manifestou em vários momentos pela segurança das nossas mulheres, e eu peço a cada um dos colegas que se manifestou aqui, a cada um dos colegas que se levantou em solidariedade à deputada Chiara que tenha essa mesma coerência quando as parlamentares progressistas são alvos de ameaça. Como líder da bancada, estou aqui em defesa de todas as mulheres, em respeito a todas as mulheres e solidária com a deputada Chiara. Obrigada, presidente.

O deputado Zé Laviola – Presidente, quero me solidarizar também com a deputada Chiara. Quem conhece a deputada Chiara sabe o tanto que ela trabalha com convicção em suas pautas. Realmente ela acredita e luta por aquilo a que se propôs aqui no Parlamento, e essa atitude não condiz com a forma como V. Exa., nosso presidente, e Leninha, nossa vice-presidente, vêm conduzindo esta Casa, com tanto respeito. A gente fala que, apesar das divergências de ideias, este aqui é um lugar onde a gente se sente acolhido por todos, porque sempre o debate é de ideias, mas com muito respeito e muita amizade entre os pares. Então, Chiara, a gente respeita muito a sua atuação e a forma aguerrida como você defende as suas pautas. Fica aqui a nossa solidariedade e o pedido para que essas ações não ocorram mais aqui.

O deputado Charles Santos – Obrigado, Sr. Presidente. Presidente, quero dizer que eu estava assistindo ontem à reunião e acompanhei atentamente a fala da deputada Chiara Biondini. Quero me solidarizar com ela e dizer, deputada, que V. Exa. foi autêntica, V. Exa. foi transparente. Eu comungo com cada palavra que V. Exa. trouxe ontem em seu pronunciamento. Não discordo de nenhuma palavra. Na verdade, a única discordância que tenho, deputada, refere-se ao posicionamento daquela pessoa que lá estava. Ela foi extremamente infeliz porque, embora nós tenhamos a liberdade de falar e de expressar as nossas ideias, não temos a liberdade de ofender as pessoas. Aquela cidadã foi infeliz na fala dela. Portanto, quero dizer que estou ao seu lado. Falo aqui hoje, como presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, que V. Exa., em momento algum, faltou com respeito, decoro ou dignidade na sua fala. Por isso tem o meu respeito e o meu apoio. E quero dizer, Sr. Presidente, que é importante que nós, presidentes de comissão desta Casa, estejamos unidos para que fatos como esse não se repitam mais aqui na Assembleia. Seria muito honroso se algum dos deputados ou alguma das deputadas que participou daquela reunião ontem pudesse usar aqui o microfone para se explicar, se justificar e falar também, quiçá, em nome da pessoa, da senhora que lá estava e que infelizmente falou o que não deveria ter falado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Henrique – Sr. Presidente, o lamentável é querer ideologizar uma situação grave como essa. Todas as mulheres merecem respeito, independentemente do campo ideológico em que atuem. Não pode haver nenhum tipo de agressão; não pode haver agressão verbal, quanto mais física. Ontem a ministra Marina sofreu uma agressão. Um senador se dirigiu a ela dizendo: "Eu a respeito como mulher, mas não a respeito como ministra". De qualquer forma, ele não respeitou a pessoa dela, não a respeitou como mulher. Veja a que situação estamos chegando! São situações de agressões, como se isso fosse um ato normal. Aliás, houve uma fala de uma deputada que diminuiu a agressão que a deputada Chiara sofreu. Isso não pode acontecer. As decisões que a Mesa e que V. Exa. tomarão certamente sempre foram e sempre serão enérgicas no sentido de defender todos os parlamentares desta Casa, principalmente as deputadas que atuam de forma brilhante. As opiniões e as escolhas delas devem ser respeitadas. Portanto nós não podemos, de forma alguma, admitir nenhum tipo de violência nesta Casa. Então eu trago a nossa solidariedade à deputada Chiara e a nossa solidariedade também às deputadas do campo progressista, que foram aqui ameaçadas. A polícia do Estado de Minas Gerais, do

governador Romeu Zema, atuou prendendo aquela pessoa ou aquele homem que atentou contra a vida das deputadas progressistas desta Casa.

A deputada Marli Ribeiro – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a toda a Casa. Também quero me manifestar e solidarizar com a nossa deputada Chiara Biondini, inclusive parabenizá-la pelo trabalho em defesa da vida que tem desenvolvido nesta Casa. Eu me coloco aqui para dar o meu apoio a ela. A deputada sempre foi em defesa da vida e em defesa dos valores, o que é algo que nós também fazemos com o nosso mandato, através das leis que apresentamos nesta Casa em defesa daqueles que não têm voz e que não podem falar. Então a deputada Chiara tem o meu apoio. Estamos juntas para defender umas as outras e defender principalmente aqueles que não tem o direito de falar. Muito obrigada.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me solidarizar com a deputada Chiara Biondini pelo lamentável fato. Tenho certeza de que V. Exa. já está preparado, desde quando o fato aconteceu, para tomar as providências cabíveis. V. Exa. tem demonstrado o que é certo, demonstrado justiça à frente desta presidência, para que nenhuma injustiça seja feita a nenhuma mulher, seja ela de ideologia A, seja ela de ideologia B, seja ela de partido A, seja ela de partido B. Quero manifestar a minha solidariedade à deputada Chiara Biondini.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, aqui estou manifestando também a minha solidariedade à nossa amiga deputada Chiara Biondini. Quero dizer da indignação de uma pessoa que inclusive é assessora de um vereador do Partido dos Trabalhadores na câmara municipal, o vereador Pedro Patrus. Essa foi a informação que chegou até nós, a informação de agressão verbal, inclusive com ameaça física. Isso é muito grave, Sr. Presidente – muito grave. Essa pessoa teria que ter saído presa desta Casa. Essa seria a atitude mais coerente. É lamentável também que, após a fala, a agressão e as ameaças, ela ainda teve oportunidade de perfazer a sua fala. Então, deputada Chiara, tenha o nosso apoio e a nossa solidariedade. Nós inclusive compartilhamos da mesma opinião quando V. Exa. fala de aborto. Nós somos a favor da vida e contra a morte das nossas crianças indefesas. Contem conosco! Precisamos tomar providências imediatas. Essa pessoa, no nosso entendimento, não poderia mais pisar nesta Casa. Essa pessoa teria que ser banida de frequentar a Casa do povo, que é a Casa da democracia. Muito obrigado.

A deputada Ana Paula Siqueira – Presidente, bom dia. Bom dia, colegas deputados e colegas deputadas desta Casa. Presidente, eu fui citada e estava ausente no momento. Fui citada pela deputada Chiara pelo incidente ocorrido ontem em uma comissão. No momento da audiência, todas as providências possíveis foram tomadas. A reunião foi suspensa, foi realizada uma conversa com a própria deputada, com a D. Tereza, que estava conosco e que trouxe uma discussão importante sobre a pauta da audiência. Também estava comigo a deputada Leninha. Eu estou aqui para, como sempre fiz, manifestar não só a minha solidariedade como também o meu compromisso com a defesa e a proteção das mulheres em qualquer situação, como inúmeras vezes já demonstrei diante da deputada Chiara. Presidente, eu não comecei ontem a ser presidenta da referida comissão. Não é o meu primeiro biênio, mas o terceiro, como presidenta dessa comissão séria, comissão que eu trato como uma das mais importantes da Casa porque diz respeito a um assunto transversal, que impacta a vida de todas as mulheres. Não há problema algum em tratar assuntos divergentes na comissão. Isso é natural. O Parlamento é para isso. Mas, realmente, há momentos em que a conversa e o diálogo ficam acalorados. Houve, sim, uma situação, que eu não presenciei, mas a deputada Leninha presenciou. Eu fui lá, conversei com a deputada na hora. Ela ainda estava lá. Ela se retirou, e a nossa convidada permaneceu. Presidente, estou aqui para dizer: eu tenho um compromisso. Não comecei agora. Seguirei na condução da comissão. Que a Casa tome as providências que julgar necessárias, porque, imediatamente após o fato, eu mesma recorri a V. Exa. para registrar o acontecido. Não é a primeira vez que a gente tem situações como essa na Casa. Quero só reiterar a minha disponibilidade integral para conduzir todos os processos com a maestria com que eu sempre os conduzi na Casa.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, bom dia. Eu queria também deixar – como diz o deputado Sargento Rodrigues – consignada a importância de todas nós, mulheres parlamentares, termos ambientes seguros e livres de violência para o exercício da nossa atividade parlamentar. Achei muito interessantes todas as manifestações dos meus colegas deputados no Plenário desta manhã

de quarta-feira. Na oportunidade, eu quero deixar registrada ao microfone – e protocolarei isto –, presidente, uma questão de ordem. Ouvindo os colegas deputados, eu me lembrei de três situações. Uma delas: recentemente eu fui informada de que o homem que me ameaçou de morte em 2022, que inclusive já teve que responder por isso na Justiça, veio à Assembleia, veio visitar o gabinete de uma deputada. De fato, nós precisamos de providências. Como um homem que me ameaçou de morte não só entra na Assembleia como é recebido em um gabinete parlamentar, como se um cidadão comum fosse? Então, é preciso, de fato, providências em relação a isso. Da mesma forma, eu me lembro de uma pastora que passou umas 2 horas de uma audiência que eu presidia me chamando, entre outras coisas, de vagabunda. Eu presidi uma audiência ouvindo gritos por horas. Inclusive, essa pastora está respondendo a isso criminalmente. Ela pode entrar aqui de novo, de novo me chamar de vagabunda e passar 2 horas incitando as pessoas a tumultuar uma audiência pública? Eu me lembrei também de outra situação: neste Plenário, o único deputado solidário a mim e à deputada Bella foi o deputado Tito Torres, quando, presidindo uma audiência da Comissão de Administração Pública, fui alvo de uma manifestação organizada que quase inviabilizou a realização da audiência. Era um grande poder econômico que estava por trás dessa movimentação – a federação que defende mineradora nesta Casa. E essa foi uma campanha organizada, imputando a mim e à deputada Bella omissões que foram desmentidas neste Plenário por outro colega deputado, que estava também presente na referida audiência. Lembro-me de um outro episódio, em que fui alvo do MBL. Todo mundo vai se lembrar disso, porque foi fartamente noticiado nos meios de comunicação. O MBL armou – posso falar isso, porque já foi comprovado pela Justiça – para imputar a mim crimes que eu, como deputada estadual, teria cometido. Ele armou aqui, dentro da Casa. Não estou falando de nada que acontece fora. Isso foi amplamente divulgado, e parte dos colegas que estão aqui eram deputados quando esse crime aconteceu. Ele armou, fazendo acusações falsas gravíssimas, expondo-me no exercício do meu trabalho parlamentar. Então, de fato, é preciso que o Parlamento seja um ambiente livre das violências que nós, parlamentares, sofremos. E como é importante haver uma solidariedade quando nós, mulheres, somos vítimas de violência. Estou apresentando a questão de ordem, presidente, porque, quando a turma do MBL, que cometeu esse crime, vem à Casa, ela é recebida em gabinetes, e eu sou avisada. Quem fica com a restrição de deslocamento no local de trabalho sou eu. Quem tem que ficar com a escolta da Polícia Legislativa quando o meu agressor de 2022 é recebido em gabinete de deputada, nesta Casa, sou eu. Sou eu que fico restrita em meu direito de andar não só dentro da Casa, como na redondeza da Assembleia Legislativa. Então, de fato, é preciso cuidar para que nós, mulheres, tenhamos condições plenas para o exercício do nosso trabalho e para que gabinetes parlamentares não recebam homens que comprovadamente agridem e ameaçam, homens que já foram condenados pela Justiça por ameaçar mulheres parlamentares no exercício do seu trabalho. Vou registrar isso, presidente, encaminhando toda essa documentação como questão de ordem para que a presidência possa resolver. Obrigada.

A deputada Bella Gonçalves – Presidente, na semana passada, esta Casa manteve o veto parcial do governador Zema ao projeto de lei que permitia a remoção das servidoras vítimas de violência, em situação de violência. Eu não poderia deixar de relembrar isso aqui, porque, muitas vezes, a nossa solidariedade às mulheres que sofrem violência é seletiva. Infelizmente esta Casa concorda que as servidoras tenham que ficar esperando um *ok* da burocracia do Estado, uma imposição do governador Zema, enquanto sofrem violência, e não aprovou o veto total à proposição. Sobre solidariedade seletiva, é muito interessante perceber que a gente ainda precisa caminhar muito para fazer uma luta integral contra a violência que as mulheres sofrem, independente da sua ideologia política, independente da sua posição de classe, independente da sua condição racial. Isso é o que a gente deseja para a Casa. Digo isso porque a deputada Beatriz citou uma série de violências que sofreu como parlamentar. Queria destacar o meu espanto ao conhecer um pouco mais de perto o processo judicial que prendeu aquela pessoa que fez ameaça contra mim e contra pelo menos outras 10 parlamentares, entre as quais a Lohanna e a Bia. Ele é um sujeito absolutamente perigoso, que foi condenado não propriamente só pelas ameaças, mas por crimes contra crianças e adolescentes, na sua maioria meninas de 13 anos. Os crimes foram descobertos graças à força-tarefa, à investigação que foi feita pela polícia. Esses fatos são muito graves e não suscitaram a solidariedade de muitas pessoas aqui. Inclusive há um deputado que propôs um projeto de lei pela liberdade das VPNs, dos perfis ocultos da internet que propagam crimes. Esse PL está na Comissão de Direitos Humanos, da qual faço parte. Faço questão de ser

relatora dele. Vamos poder discutir como esses espaços cibernéticos têm propagado processos de violência. Não deixo de manifestar uma posição sobre o que aconteceu ontem. Vamos lá. Ontem estava em votação, na Comissão de Constituição e Justiça, a PEC do estuprador. Tem gente que fala de PEC do nascituro, mas, na verdade, é a PEC do estuprador. É uma PEC que obriga as mulheres a escutarem batimentos cardíacos das crianças e as impede de fazer aborto em caso legalmente previsto, como estupro, como estupro de menores, como em situações graves como essa. Pedi vista na CCJ desse projeto de lei. A deputada Chiara estava na CCJ para aprovar esse projeto de lei também. Uma vez que não houve discussão na CCJ… Sim, peço que respeitem a minha palavra também, porque vou daqui a pouco falar. Foi numa audiência, que era uma audiência de muitos participantes da esquerda sobre dignidade menstrual, em que uma das convidadas ia falar sobre a situação da dignidade das mulheres em privação de liberdade. Ela expressou a sua posição em um ambiente onde sabia que ia ter respostas. Eu não estou legitimando a forma como a resposta foi feita. De fato, a deputada Chiara escutou palavras que não merecia escutar e que nenhuma mulher merece escutar. Eu não deixo de dizer que de fato está errado quem a agrediu verbalmente, mas eu gostaria que a gente compreendesse o caso de forma mais ampla, porque estava em discussão um projeto tenso e polêmico entre as mulheres. Foi uma comissão em que as integrantes eram majoritariamente da esquerda, para fazer uma discussão que sabia seria acalorada. Então essas são as minhas posições, presidente. Obrigada.

O deputado Eduardo Azevedo – Presidente, obrigado. Não tenho dúvidas de que o senhor vai tomar todas as providências cabíveis quanto a isso, só que gera uma narrativa para a população que a deputada Chiara está errada pelo contexto que ela está falando. De forma alguma, eu queria colocar aqui, na íntegra, o áudio da agressora que disse que a deputada deveria engolir o microfone. (– Aproxima celular do microfone para reprodução do áudio.) Então é inaceitável o que ocorreu na Assembleia ontem. Deixo aqui a minha solidariedade à deputada Chiara. Peço ao senhor, presidente, pela excelente forma que tem conduzido os trabalhos, que tome as providências. É muito triste, logo após essa agressão, essa pessoa ter oportunidade de voltar a usar o microfone para agredir a deputada. Obrigado.

O presidente – A presidência vai orientar o Plenário. Não passarei, para o mesmo assunto, a nenhum parlamentar que já utilizou a palavra neste momento, porque temos diversos projetos para votar, especialmente ou inclusive, um projeto muito importante para Minas Gerais, que é o projeto de pleno pagamento das dívidas do Estado. Sobre esse assunto especificamente, desde ontem, a presidência já buscou informações sobre o acontecido. Nós estamos levantando todas as informações, vídeo, áudio. Já estão sendo tomadas as providências necessárias sobre o episódio de ontem. É importante deixar claro, como sempre aconteceu desde o início da nossa gestão, que todos os deputados e deputadas têm de ter livre informação, livre expressão, e não vamos aceitar aqui neste parlamento que ninguém, seja da direita, seja da esquerda, seja de qualquer partido político, possa tentar oprimir parlamentares dentro desta Casa, no seu dia a dia, no seu trabalho defendendo o povo mineiro. Então as providências serão tomadas dessa forma.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.017/2019, da deputada Delegada Sheila, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Gustavo Mitre, que institui o Dia Estadual em Defesa das Comunidades Terapêuticas. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Prevenção e Combate às Drogas opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, presidente. Não devo usar os meus 10 minutos. Eu só gostaria de saudar todo mundo que veio aqui acompanhar este debate, em especial os trabalhadores e os estudantes da Uemg, que vieram defender a nossa universidade estadual. Já, já vamos chegar ao debate do Propag, que penso ser o momento que todos aguardam, não é?

Gente, está em discussão um projeto de lei que institui o Dia Estadual em Defesa das Comunidades Terapêuticas. Eu queria dizer que, talvez, no momento em que o projeto de lei foi apresentado, lá em 2019, houvesse menos conhecimento desse processo das comunidades terapêuticas e da quantidade de violação de direitos que acontecem nessas comunidades. Em algum momento, pessoas

podem ter pensado que as comunidades terapêuticas são políticas públicas de inclusão ou mesmo de cura de pessoas em situação de abuso de álcool e outras drogas, entre outras medidas. Mas não é o caso.

As comunidades terapêuticas hoje não são reconhecidas no Sistema Único de Saúde justamente porque elas não têm um método científico, deputado Doutor Jean Freire, para atuar, muitas vezes, com pessoas que estão em situações de sofrimento. Dentro das comunidades terapêuticas já foram identificadas milhares de violações de direitos humanos, como trabalho análogo à escravidão, tortura, privação de liberdade, convivência de adolescentes com idosos, condições de insalubridade, entre outras. Eu já fiz vistoria em uma comunidade terapêutica daqui de Belo Horizonte, e nós a fechamos depois dessa vistoria porque identificamos que, além de ela não ter alvará da Vigilância Sanitária e servir comida estragada para as pessoas que estavam lá privadas de liberdade, "hipermedicava" os internos. Entre os internos havia adolescentes que tiveram que ser resgatados de lá diretamente para a UPA. Nós temos hoje, então, instituições que são de violação de direitos, e quem diz isso não sou eu apenas.

É importante que a gente se lembre de que já foi feita pela Câmara Federal, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho e outros uma caravana para fazer vistoria em mais de cem comunidades terapêuticas, deputado Hely Tarqüínio, e em todas elas foi identificada uma ou mais de uma violação de direitos. Infelizmente, as comunidades terapêuticas estão se transformando em manicômios da atualidade. É aquela política que nós condenamos no passado, durante o chamado holocausto brasileiro, pela qual se prenderam pessoas por serem LGBTs, por serem mulheres divorciadas, e crianças rejeitadas pelas famílias foram levadas de trem daqui da capital até Barbacena, onde foram encarceradas e deixadas lá para morrer. Hoje não há mais o trem de Barbacena, mas infelizmente existem as *vans* que recolhem as pessoas de forma compulsória e as internam nas comunidades terapêuticas.

Este ano o governo do Estado já deu mais de R$15.000.000.000,00 para as comunidades terapêuticas. Enquanto ele fechava hospitais importantes, como o Hospital Maria Amélia Lins, recursos da saúde estavam sendo utilizados em comunidades terapêuticas, inclusive recursos do Fundo de Erradicação da Miséria. Depois de uma forte incidência nossa junto aos demais conselheiros do Fundo de Erradicação da Miséria, impedimos que R$12.000.000.000,00 fossem enviados para as comunidades terapêuticas.

O problema não é só o recurso ir para a comunidade terapêutica; o problema também reside no fato de que o Estado envia o recurso, mas não faz a fiscalização. Eu já perguntei em toda reunião do Assembleia Fiscaliza: "Quem faz a fiscalização das comunidades terapêuticas? É a Sedese? É a Sejusp? É a SES, a Secretaria de Saúde?". Ninguém sabe me responder. E por que não sabem me responder? Porque hoje não existe fiscalização desses espaços. São espaços onde as violações de direitos estão acontecendo, onde se notam condições de tortura, privação de liberdade e morte de pessoas. O Estado tem dado rios de dinheiro para as comunidades terapêuticas sem fazer a adequada fiscalização desses espaços. Por isso, não precisamos de um dia para a defesa das comunidades terapêuticas. Nós precisamos de um dia para celebrar a luta antimanicomial e precisamos de ações de fiscalização nessas comunidades terapêuticas. Talvez eu esteja errada e exista alguma que não viole direitos. Talvez eu esteja errada e exista alguma que, de fato, seja uma alternativa sustentável para as famílias. No entanto, conforme verificaram o Ministério Público Federal, a Procuradoria do Cidadão e vários outros órgãos que vistoriaram mais de cem comunidades terapêuticas, esse não é o caso. Então indico o voto "não" a esse projeto de lei.

O presidente – Obrigado, deputada Bella Gonçalves. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Delegada Sheila.

A deputada Delegada Sheila – Sou uma das autoras do projeto de lei que propõe o Dia em Defesa das Comunidades Terapêuticas. Como presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas desta Casa desde 2019, os coautores do projeto e eu consideramos que esse dia é de extrema importância. A deputada Marli, vice-presidente da comissão, dedica a vida dela, desde muito cedo, há muitos anos, ao trabalho nas comunidades terapêuticas, inclusive estando à frente de trabalhos assim. Ela é uma pessoa correta, séria, que desenvolve um trabalho fantástico de recuperação de dependentes químicos. Desde 2019,

venho conhecendo centenas de pessoas, não apenas devido à comissão, mas também por já estar na Polícia Civil. Em janeiro do ano que vem, completarei 25 anos na instituição, onde lidamos diretamente com pessoas envolvidas no submundo do uso das drogas. Tenho visto que existem vários métodos de recuperação de dependentes químicos, como os métodos praticados pelos Caps, que, por sinal, são bastante desestruturados pelo poder público. Cada paciente, cada dependente se adapta melhor a um tipo de método. Então nós não podemos excluir o trabalho que na maioria das vezes é feito pelas igrejas, cujos membros bancam as comunidades terapêuticas.

Problemas existem? Existem, e eu os conheço. Já estive participando de várias fiscalizações e vistorias em comunidades terapêuticas com algumas irregularidades, inclusive com o Ministério Público. Queremos que fiquem em funcionamento comunidades terapêuticas que cumprem as regras. O trabalho deles é fantástico e humano. Vi, conheço e inclusive tenho amigos que passaram por diversas comunidades, ficaram muito satisfeitos e hoje são pais de família que estão trabalhando, recuperados. O que não podemos aceitar é o que estamos vendo: centenas de milhares de pessoas neste país estão morrendo à míngua embaixo dos viadutos, em situações subumanas, porque ainda não foram alcançadas pelas políticas públicas. Precisamos fazer o que pudermos para melhorar a vida delas. Pessoas morrendo toda hora, abandono e irregularidades existem em todos os setores do serviço público, tanto federal quanto estadual. E somos a prova viva disso, pois estamos aqui para fiscalizar. Então peço aos colegas que votem favoravelmente à criação desse dia para que seja uma data de luta, marcada por fiscalizações e ações positivas, de forma a fazer com que esse trabalho melhore e atenda mais pessoas. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, Delegada Sheila. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Eduardo Azevedo.

O deputado Eduardo Azevedo – Obrigado, presidente. Deputada Delegada Sheila, autora do projeto, e demais autores, tenho que parabenizá-los pelo trabalho e pelo excelente projeto que hoje votamos. Encaminho o voto “sim” e peço aos deputados que sejam sensíveis a essa causa. Já imaginaram o que seria da nossa sociedade se não existissem as comunidades terapêuticas? É óbvio que, em qualquer setor da sociedade, existem irregularidades, as quais precisam ser apuradas. No entanto, na maioria dos casos, por trás dessas comunidades terapêuticas estão pessoas sérias e comprometidas, que querem realmente dar uma chance de ressocialização para aqueles que não tiveram oportunidade, para aqueles que viveram a vida inteira – durante a infância, a juventude e até mesmo a vida adulta – entregues às drogas. Então nós não conseguimos mensurar a relevância do trabalho que as comunidades terapêuticas fazem hoje para a sociedade, mas ele é extremamente importante e é realizado por pessoas sérias e comprometidas.

Então, dizer que um projeto desses não pode ter voto favorável é, no mínimo, loucura, é querer que a sociedade se torne um caos, que as nossas ruas e os nossos setores se tornem antros de pessoas drogadas, sem oportunidade de ser ressocializadas. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Eduardo Azevedo. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Marli Ribeiro.

A deputada Marli Ribeiro – Sr. Presidente, eu não poderia ficar calada, até porque sou autora da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas. Há mais de trinta anos atuamos nessa área, há mais de trinta anos trabalhamos com pessoas em situação de rua, com pessoas vítimas de dependência química e alcoolismo. Há muitas pessoas que foram resgatadas, tiradas das drogas, ressocializadas, reintegradas por meio de comunidades terapêuticas. Sou a favor, sim, de que haja fiscalização, de que haja uma forma de melhorar o atendimento e melhorar o combate a tudo o que vai de encontro aos direitos dessas pessoas. Mas também sou a favor de que essas comunidades recebam maior atenção do poder público e recursos para que tenham condições de oferecer um trabalho melhor.

Eu quero cumprimentar a nossa Delegada Sheila, presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, e os autores do projeto. Eu peço a todos que votem favoravelmente a esse projeto, porque nós temos uma quantidade enorme de pessoas jogadas

nas ruas, uma cracolândia dentro de Belo Horizonte e de todos os municípios. Cadê os direitos humanos para irem lá cuidar dessas pessoas, tirá-las das drogas e lhes oferecer o direito e a oportunidade de voltar à vida, de viver com dignidade?

O presidente – Obrigado, deputada Marli Ribeiro. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Adalclever Lopes. Portanto, votaram "sim" 48 deputados; votaram "não" 4 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

– Registraram "não":

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Lohanna (PV)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "não" 41 deputados. Não houve voto favorável. Está rejeitada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.017/2019. À Comissão de Redação.

– Registraram "não":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Lincoln Drumond (PL)

Lud Falcão (PODE)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 434/2023, do deputado Charles Santos, que altera a Lei nº 12.971, de 1998, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, ao vencido em 1º turno. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Desenvolvimento Econômico, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2. A presidência informa ao Plenário que, nos termos do inciso II do art. 173, c/c o §2º do art. 188 do Regimento Interno, deixa de receber uma emenda do deputado Sargento Rodrigues, uma vez que o projeto se encontra em fase de votação. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Roberto Andrade.

O deputado Roberto Andrade – Sr. Presidente, deputado Tadeu Leite, deputadas e deputados, eu gostaria de encaminhar esse projeto do qual fui relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico e prestar alguns esclarecimentos sobre o projeto de autoria do nosso colega Charles Santos. Referido projeto, por mais simples que possa parecer, causou algum espanto entre os colegas e o Sindicato dos Bancários do nosso estado.

O projeto aparentemente é simples, ou melhor, ele realmente é simples. Deputado Betão, o projeto prevê que, nas agências onde não há movimentação de dinheiro, de moeda, não existe a necessidade de segurança armada nem a necessidade de porta giratória. Ora, se o banco não tem dinheiro, se o banco não tem dinheiro para ser roubado, para que segurança armada, para que porta giratória?

Essa proposta do deputado Charles… A pedido da nossa colega, a deputada Beatriz Cerqueira, eu recebi o Sindicato dos Bancários, e nós conversamos por mais de 2 horas ou por volta de umas 2 horas sobre os seus argumentos. Os argumentos dos bancários não me convenceram muito, pelo contrário, porque eu acho até que eles estão dando um tiro no pé. Eu recebi também o sindicato, a federação dos banqueiros, isto é, tanto os empregadores quanto os funcionários dos bancos. Eu ouvi os dois lados.

Os argumentos dos bancos me convenceram, no meu relatório, a concordar com o autor do projeto, o deputado Charles Santos. Aliás, eu resgatei um projeto da Câmara dos Deputados, um projeto do deputado Reginaldo Lopes, de 2015. O deputado Reginaldo Lopes foi um visionário nesse projeto dele, porque ele previu, deputado Jean Freire, o fim do papel-moeda em 2015. Ele apresentou o projeto no Congresso Nacional: "Fica extinto o dinheiro em espécie". Foi exatamente para evitar, entre outras coisas, questão de corrupção e de furto.

Sobre os argumentos do sindicato, eu acho até que eles estão dando um tiro no pé. Hoje os bancos são eletrônicos. A nossa movimentação é eletrônica. Eu pergunto ao deputado Adalclever há quanto tempo ele não entra em uma agência bancária. Mas nós, que somos do interior, deputado Bosco e deputado Thiago Cota, sabemos que, naquelas pequenas cidades, ainda o pequeno agricultor e o pequeno comerciante gostam e precisam frequentar aquela pequena agência. Eles gostam de conversar com o gerente, principalmente no tocante ao crédito rural e à agricultura familiar, a qual a deputada Beatriz Cerqueira defende tanto. Então eles querem ir lá conversar com o gerente e fazer o seu financiamento. Mas os bancos estão fechando essas agências, essas pequenas agências das pequenas cidades. Aliás, são as cooperativas de crédito, através do Sicoob, que têm se instalado nas pequenas cidades e socorrido essas pequenas cidades.

No meu substitutivo, eu coloquei uma situação em que as prefeituras podem fazer o convênio com as cooperativas de crédito e com os próprios bancos, mesmo sendo a situação onerosa ou não, para que essas agências, ou melhor, para que esses escritórios de negócios possam funcionar em um imóvel da prefeitura, para baratear o custo, porque o banco nessas cidades é algo inviável – às vezes, são três, quatro funcionários e dois seguranças para proteger.

Sobre os argumentos do sindicato, o primeiro argumento é a questão do cangaço digital. O cangaço digital não é o fato de uma pessoa entrar no banco e obrigar uma outra pessoa a fazer uma transferência, porque isso ela pode fazer comigo aqui. Isso ele faz… O crime digital hoje… Hoje eu já recebi, deputado Carlos Henrique, duas tentativas de golpe no meu celular. Eu duvido que haja alguém aqui que já não tenha passado por uma tentativa de golpe via celular. Eu já caí em um golpe assim uma vez. Por mais

esperto que eu me ache, já caí nisso uma vez e tomei um golpe de um dinheiro em cartão de crédito. Acho ainda que sou esperto, mas todo o mundo… O crime digital não consiste em alguém entrar no banco e obrigar outra pessoa a fazer transferência. Isso o bandido, o criminoso, pode fazer não só no banco. Ele pode fazer isso em qualquer momento. Ele pode cercar uma pessoa e mandá-la fazer uma transferência em qualquer comércio, em qualquer local. No banco, isso é ainda mais complexo, porque os sistemas têm mais segurança.

Outro argumento do sindicalista, o qual eu respeito, mas com o qual não concordo, é que os funcionários de banco, deputado Celinho, são muito agredidos pelos clientes insatisfeitos. Aí peço desculpa ao pessoal do sindicato, mas todo comércio tem clientes insatisfeitos. Já vi, deputada Bella, em uma agência no aeroporto, uma funcionária da Gol sendo agredida porque o tempo estava ruim e o avião atrasou. Às vezes, o lugar onde há mais cliente insatisfeito é dentro do aeroporto. O avião se atrasa e o culpado é o funcionário da companhia aérea. Já vi uma funcionária da Azul sendo agredida fisicamente por um funcionário. Se todo funcionário de uma empresa precisar de um segurança armado para protegê-lo, o funcionário da drogaria Araújo vai ter de ter também, o funcionário de qualquer atividade vai ter de ter. Vai existir cliente satisfeito em qualquer ramo de negócio, inclusive no banco. O cara debitou um valor a mais ou não debitou, aí o cliente fica nervoso… Isso faz parte do negócio. Acredito que o interesse… (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – A presidência pede às galerias… São todos bem-vindos, mas é importante… Devolvo a palavra ao deputado Roberto Andrade.

O deputado Roberto Andrade – Estou concluindo, presidente. O próximo projeto é o do deputado Charles. Ele propõe uma redução da exigência quanto ao uso do colete pelos vigilantes, permitindo a utilização de um colete mais confortável. Hoje o colete que é exigido é um usado pelo Exército e tem um peso maior. O deputado Coronel Henrique, que é da área, está aqui. Esse colete tem causado, inclusive, problemas de coluna. Com um novo tipo de colete, o conforto previsto é maior.

Encerrando, presidente, outro argumento é que o bandido, às vezes, não sabe… Ele vê a agência bancária ou o escritório de negócio do banco e não sabe se ali há dinheiro. Ora, esse argumento realmente até dispensa comentário. Se o bandido não sabe se ali há dinheiro… Ele sabe mais do que qualquer pessoa aonde é que ele vai, aonde é que ele não vai. É isso, presidente. O nosso encaminhamento é pela aprovação do projeto do deputado Charles, para mantermos as agências bancárias, principalmente nas cidades pequenas do nosso estado, para atender o pequeno agricultor e o pequeno comerciante. Não ao fechamento das agências bancárias para haver viabilidade econômica. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Roberto Andrade. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Gente, bom dia. Bom dia a todos e a todas que ocupam as galerias desta Assembleia. Quero parabenizar a mobilização dos estudantes e a mobilização da Aduemg, porque quem não é visto não disputa a pauta na política. E o recado está bem dado: a Uemg não está à venda. Não aceitamos o fim da nossa universidade. Permitam-me também, presidente e demais colegas, cumprimentar o Sindicato dos Bancários, que está presente nesta importante mobilização. Acho que muitos de nós podem olhar para as galerias e dizer: "Ah, mas essa é uma pauta de sindicato. Como sindicatos não votam em mim, então não vou nem me importar". Essa pauta não é do sindicato. Venho à tribuna compartilhar informações que julgo importantes e necessárias para a tomada de decisão, porque quem vai pagar essa conta depois somos nós, uma vez que o voto decide o que vai acontecer. Aliás, primeiro quem paga a conta é a população, mas nós também, porque flexibilizaremos medidas de segurança de instituições financeiras.

Quero iniciar compartilhando uma informação para entendermos o conteúdo desse projeto. (– Lê:) "Cangaço digital: sete membros do PCC são presos por envolvimento em assaltos a bancos". Essa é uma matéria do R7, de São Paulo. "Sete pessoas foram presas na manhã desta terça-feira por suspeita de integrar uma quadrilha especializada no cangaço digital, uma modalidade de roubo a

banco relativamente nova na Zona Sul de São Paulo. Elas também são apontadas como membros do Primeiro Comando da Capital, a maior facção criminosa do Brasil. Uma das modalidades é o roubo a banco, no qual os suspeitos rendem os funcionários de agências bancárias e fazem inúmeras transferências digitais, mas não levam nenhuma quantia em espécie".

Quero compartilhar também outra matéria com os colegas, para que compreendamos do que se trata essa nova modalidade, que está sendo chamada de cangaço digital. Quero que compreendamos ainda como nós, deputados e deputadas de Minas Gerais, vamos favorecer que movimentos criminosos entrem em instituições financeiras, sob o argumento de que onde não há dinheiro em espécie não são necessárias medidas de segurança, as quais estão sendo retiradas por meio desse projeto. (– Lê:) "Belo Vale: homem armado tenta extorquir gerente de banco. Na manhã desta quarta-feira, dia 25, a Polícia Militar foi acionada após uma tentativa de extorsão no centro de Belo Vale. O gerente relatou que um homem supostamente interessado em abrir uma conta se acomodou na cadeira e em seguida tirou um revólver, exigindo que ele inserisse um *pen drive* em seu terminal". Não houve dinheiro envolvido. Está em curso uma nova modalidade de crime, que não tem a ver com entrar numa agência bancária e sair de lá com valores em espécie. Ela tem a ver com entrar em instituições financeiras e praticar uma modalidade de crime virtual.

Qual é a necessidade de a Assembleia Legislativa de Minas Gerais favorecer esse tipo de crime? Ao votarmos favoravelmente a esse projeto, estaremos removendo itens de segurança, pois o argumento é este mesmo: onde não há dinheiro em espécie, não são necessárias todas as medidas de segurança. E a Assembleia vai flexibilizar medidas de segurança para favorecer a entrada desses criminosos em instituições financeiras, onde não há dinheiro em espécie mesmo, não. Mas não é preciso que haja. Existem outras formas. As duas matérias que eu citei dizem respeito a outras formas de quadrilhas organizadíssimas. O projeto de lei não melhora as condições das instituições financeiras. Nacionalmente, hoje, o acordo coletivo da Febraban com o Sindicato dos Bancários mantém os itens de segurança que o projeto de lei quer retirar.

Minha fala é muito curta, porque acho que todos nós lemos o projeto. E todos nós, incluindo aqueles que não sabiam, uma vez que não somos obrigados a saber, agora estamos cientes do risco que corremos ao votar favoravelmente a esse projeto que remove itens de segurança, com a justificativa de que não é preciso haver porta giratória onde não há dinheiro em espécie. Que recado nós daremos à sociedade e ao crime organizado? Venham para Minas, porque aqui está mais fácil agora, porque aquilo que poderia dificultar um pouquinho, a Assembleia Legislativa tirou. É isso que vai acontecer, gente. Não é uma pauta de sindicato, não é uma pauta de sindicato, não é uma pauta para modernizar, é uma pauta para flexibilizar condições de segurança das instituições financeiras para facilitar o crime organizado a praticar esse novo cangaço digital em terras mineiras. É isso que nós vamos decidir com a próxima votação.

Para quem tiver alguma dúvida, está lá no art. 3º do projeto de lei, quando excetua-se do poder de instalar o dispositivo de segurança, previsto no inciso I do *caput*, as agências e os postos de atendimento de instituições bancárias e financeiras "em que não há guarda de valores ou movimentação de dinheiro em espécie." Ou seja, em espécie, os itens de segurança continuam intactos, onde o cangaço digital está se especializando, com quadrilhas, com crime organizado, a Assembleia Legislativa vai dizer: pode retirar itens de segurança e tornar o espaço mais acessível a criminosos.

Esse é o debate desse projeto de lei. Eu li o projeto, para que depois ninguém possa me dizer que é uma questão interpretativa. Eu li o que a gente vai votar daqui a pouco. Por isso o meu encaminhamento é contrário a este projeto de lei, por todos os sinais de flexibilização de instrumentos de segurança para instituições financeiras que nós daremos, desprotegendo a população mineira e as instituições financeiras. Tem uma turma que quer economizar às custas da vida do gerente, da vida do atendente, colocando-os à disposição do perigo. É isso que vai acontecer com a votação do projeto, porque é o que está no seu conteúdo.

Nós trabalhamos muito para que o projeto, ao vir a Plenário, dele fosse retirado esse item, fosse retirada essa flexibilização de segurança, mas não obtivemos êxito. Então vai ser no Plenário mesmo que vamos decidir sobre manter os itens de segurança nas instituições financeiras ou flexibilizar, recuando nas medidas de segurança para determinadas instituições financeiras, agências e

postos de atendimento, de acordo com os argumentos que foram trazidos. Eu vou votar para que as instituições financeiras continuem com toda a proteção. Não há o que justifique a flexibilização que se quer propor nesse projeto de lei. São essas as minhas considerações. Meu encaminhamento é contrário, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Charles Santos.

O deputado Charles Santos – Obrigado, presidente. Bom dia, colegas. Cumprimento todos da galeria. Meus amigos, apenas… (– É interrompido.)

O presidente – A presidência pede a todos da galeria que possam deixar o deputado falar, passar a sua informação, sua mensagem. É importante que possamos ouvir a todos. Por favor, deputado Charles.

O deputado Charles Santos – Obrigado, presidente. Apenas para tranquilizar os colegas e trazer também algumas informações, informo que esse projeto, que hoje tramita aqui em Minas Gerais, com o mesmo teor, é lei em alguns Estados brasileiros, a exemplo de Santa Catarina, a exemplo do Estado de Goiás também. O mesmo projeto existe lá como ordenamento jurídico. Aliás Belo Horizonte também adotou a mesma pauta como lei. O Município de Belo Horizonte hoje tem também esta proposta como lei.

Eu gostaria de fazer, antes de avançar, Sr. Presidente, um agradecimento aos colegas que contribuíram na construção desse projeto aqui. Não posso deixar de falar do deputado Roberto Andrade, relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, que aprimorou o texto. Preciso fazer um agradecimento também ao deputado Sargento Rodrigues, que, na Comissão de Segurança Pública, atuou fortemente como relator no sentido de melhorar o tema da segurança dentro do projeto. Daí eu começo a minha fala de uma forma muito objetiva.

O projeto não diminui segurança. Eu quero trazer aqui a seguinte informação. Primeiro ponto importante a ser discutido, primeiro ponto importante a ser colocado para os colegas: nós não temos, em Minas Gerais… (– Manifestação nas galerias.) Por favor, Sr. Presidente.

O presidente – Nós temos ainda diversos projetos na pauta. Quanto mais tempo nós perdermos sem conseguir ouvir o parlamentar, mais tempo nós vamos demorar nesta reunião. Por isso, eu peço a gentileza de todas e todos para que a gente possa dar sequência à votação desse projeto e garantir a palavra do deputado Charles. Deputado Charles, V. Exa. tem a palavra.

O deputado Charles Santos – Obrigado, Sr. Presidente. Seria importante a gente falar aqui para evitar narrativas, porque nós não temos dados – e são dados comprovados – historicamente, em Minas Gerais, de casos de assaltos em agências de negócios. A exemplo da colega que me antecedeu que trouxe uma notícia de assalto, não existem dados comprovados. Não tem problema. Não existem dados comprovados de assaltos em agências de negócios. Nós queremos deixar claro, nós queremos deixar claro que a intenção do projeto não é reduzir a segurança das agências de negócios. Pelo contrário, é permitir que elas possam se expandir e chegar aos municípios menores.

O projeto traz… A própria deputada que me antecedeu fez a leitura apenas do § 3º, excetuando-se do dever de instalar o dispositivo de segurança previsto no inciso I, mas ela não fez a leitura do § 4º: "O dispositivo do parágrafo anterior não dispensa o cumprimento das demais obrigações a que estão sujeitas as agências e os postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras, especialmente quanto aos seguintes termos". E aí vêm as especificações.

Portanto, todas as agências bancárias onde há movimentação de espécie, de dinheiro permanecem como estão. Aliás, com uma diferença, pois estamos inovando. Uma sugestão que nós demos e que foi acatada no projeto é a instalação do piso tátil. Esse é outro ponto que nós estamos colocando, uma iniciativa social para que em todas as agências, quer a janela, a movimentação de espécie ou não, seja instalado o piso tátil. Essa é uma iniciativa social importante que, com certeza, vai trazer grande benefício à nossa sociedade.

É importante também frisar, senhoras e senhores, que o projeto inova, como foi falado a respeito do colete. Eu tive oportunidade de conversar com seguranças do sexo feminino que ainda utilizam uma versão do colete pesado para elas. E o projeto permite que seja utilizado um colete mais leve, dentro da lei, dentro daquilo que as forças de segurança permitem, dentro daquilo que é orientado por lei.

Portanto, gostaria de encaminhar favoravelmente no sentido de que a gente possa, sim, ter o melhor para a nossa população. Municípios pequenos com certeza serão beneficiados com a abertura dessas agências de negócios, que vão poder atender o pequeno agricultor, o pequeno empreendedor. Conto com o apoio dos colegas na aprovação do Projeto nº 434. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Charles Santos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, nós estávamos acompanhando a tramitação dessa matéria, que passou pela Comissão de Segurança Pública. Nós tivemos a oportunidade inclusive de nos reunir com o deputado Roberto Andrade e de fazer diversas ponderações quanto àquilo que a gente entende ser mais seguro tanto para o cliente, como para os servidores, os profissionais que trabalham nas agências bancárias. Hoje mesmo a minha assessora de processo legislativo recebeu representantes do sindicato bancário, e nós apresentamos uma emenda. No entanto, no processo legislativo, a emenda não foi acatada pelo presidente. Não sei se alguns aqui tiveram essa percepção. Nós acrescentamos ao § 4º o seguinte teor: "Nas agências e nos postos de atendimento nos quais haja…". Presidente, faço a leitura da seguinte emenda: "Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 4º do art. 2º da Lei nº 12.971, de 27/7/1998: Art. 2º, § 4º, II – Nas agências e nos postos de atendimento nos quais haja atendimento ao público, seu sistema de segurança deverá contar com um vigilante no mínimo equipado com arma de fogo ou arma de menor potencial ofensivo". Nós apresentamos essa emenda devido à visita que os sindicatos fizeram ao nosso gabinete. Entendemos que era de bom alvitre apresentá-la. No entanto, o presidente deixou de recebê-la pelo prazo regimental aqui, no Plenário. Faço um compromisso com os profissionais do sindicato. Nós faremos um novo projeto de lei e vamos apresentar melhorias na redação, para que vocês possam ser acolhidos, do ponto de vista da segurança, enquanto trabalhadores desse setor que merecem o nosso respeito e merecem, sim, ser resguardados na sua atividade. Faço aqui esse compromisso com os senhores e com as senhoras. Presidente, obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de entrar nessa discussão. Chamo a atenção para uma questão, deputado Charles Santos: em qualquer parte do mundo, os bancos são as empresas mais lucrativas que existem. Deputado Jean, eles captam o dinheiro de todo mundo aqui, de todo mundo que está aí em cima, pagam uma mixaria de juros, de investimentos e depois emprestam isso na forma de cheque especial ou em outros formatos. Eles pagam 5% para a pessoa que está investindo e emprestam o seu dinheiro a 17%, 20%, 22%, se não mais, para outras pessoas. É por isso que os bancos tiveram um lucro líquido de quase R$150.000.000.000,00 no ano de 2024. São as empresas que mais ganham neste país e no mundo.

Querem economizar realmente em cima do trabalhador, querem economizar numa porta giratória, desempregam milhares e milhares de trabalhadores das empresas terceirizadas de segurança ou mesmo de empresas públicas de segurança. É essa a economia porca que o banco quer fazer? Então, deputado Charles Santos, com todo respeito ao senhor, acho que não cabe essa proposta. Há muito tempo os bancos vêm tentando fazer isso. Eu mesmo, quando era vereador em Juiz de Fora, apresentei um projeto de lei via sindicato dos bancários de Juiz de Fora e da região. Eles levaram para mim esse projeto. Nós conseguimos instalar a porta, conseguimos instalar aqueles tablados para ninguém ver o que estava acontecendo do outro lado. Essa foi uma conquista dos trabalhadores dos bancos e das financeiras, e acho que tem que ser mantida. Encaminho, então, contrariamente a esse projeto de lei. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos "sim" dos deputados Adriano Alvarenga, Bim da Ambulância, Gil Pereira e Gustavo Santana. Portanto, votaram "sim" 37 deputados; votaram "não" 16 deputados, totalizando 53 votos. Está aprovado o substitutivo, salvo emendas.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Lincoln Drumond (PL)

Lud Falcão (PODE)

Marli Ribeiro (PL)

Noraldino Júnior (PSB)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Zé Guilherme (PP)

– Registraram "não":

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Doutor Jean Freire (PT)

Elismar Prado (PSD)

Hely Tarqüínio (PV)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Luizinho (PT)

Professor Cleiton (PV)

Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Em votação, as Emenda nºs 1 e 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Gustavo Santana. Retifiquem-se os votos da deputada Leninha e do deputado Lucas Lasmar de "não" para "sim". Portanto, votaram "sim" 17 deputados; votaram "não" 29 deputados, totalizando 46 votos. Estão rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 434/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Doutor Jean Freire (PT)

Elismar Prado (PSD)

Gustavo Santana (PL)

Hely Tarqüínio (PV)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Professor Cleiton (PV)

Ulysses Gomes (PT)

– Registraram “não”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Lincoln Drumond (PL)

Lud Falcão (PODE)

Marli Ribeiro (PL)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Thiago Cota (PDT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.566/2024, do deputado Tito Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedra Azul o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, da ex-deputada Celise Laviola. Seja sempre bem-vinda ao Parlamento, deputada Celise. A presidência registra, ainda, a presença, nas galerias, do presidente da Câmara Municipal de Cônego Marinho, Dudú Tupiná, e do vereador de Kal de Catulino, a pedido do deputado Oscar Teixeira. Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Questão de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Presidente, só quero registrar a presença do prefeito de Cana Verde, Aender, e do vereador de Campo Belo, Gustavo Protásio, que estão aqui na galeria acompanhando os trabalhos.

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 72/2025, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado a Hildegard Beatriz Angel Bogossian. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 56/2024, do procurador-geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 56/2024 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.338/2021, do deputado João Leite, que declara como patrimônio cultural e turístico do Estado o Caminho do Comércio e dá outras providências. A Comissão de Cultura opina pela

aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 56 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.338/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 249/2023, do deputado Caporezzo, que proíbe o policiamento ostensivo unitário. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.153/2023, da deputada Lohanna e do deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência – CIS-URG Oeste – o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Rapidamente, presidente, deixo o meu abraço ao deputado Fábio Velar, que hoje é prefeito do Município de Nova Serrana. Esse projeto é muito importante para a ampliação do consórcio do Samu, Sistema de Atendimento Móvel

de Urgência e Emergência, que salva tantas pessoas, que ajuda tanto e que foi uma conquista tão importante para o nosso Brasil, quando instituído pelo presidente Lula no seu primeiro mandato. O Samu de Divinópolis está criando um grande centro de especialidades e de formação, com apoio e integração com as universidades, com a nossa Uemg, com o apoio da Universidade Federal de São João del-Rei, onde vai haver um auditório; vai ser um espaço muito legal. E, depois, presidente, os deputados votados na região Centro-Oeste serão chamados a ajudar com emendas parlamentares na construção desse centro, no auditório e tudo mais. É um projeto muito importante de que eu tive a alegria de ser autora, junto com o deputado Fábio Velar, e que precisa ser aprovado na Casa hoje. Eu encaminho o voto "sim". Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Lohanna. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 53 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.153/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.188/2023, do deputado Grego da Fundação, que altera a Lei nº 20.622, de 15/1/2013, que torna obrigatória a destinação preferencial de assentos para idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos que menciona. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Retifique-se o voto do deputado Alencar da Silveira Jr. de "não" para "sim". Portanto, votaram "sim" 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.188/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.383/2023, da deputada Maria Clara Marra, que institui a Política Estadual de Estímulo às Sessões de Cinema Adaptadas para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA – no Estado. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Bruno Engler. Portanto, votaram "sim" 57 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.383/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.015/2024, do deputado Leleco Pimentel, que acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 24.482, de 4/10/2023, que institui a política estadual de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 58 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.015/2024 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.662/2024, do deputado Douglas Melo, que dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição em concurso publico estadual para o cidadão que compuser mesa receptora de votos em seção eleitoral da Justiça Eleitoral. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 54 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.662/2024 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 659/2019, do deputado Mauro Tramonte, que dispõe sobre o acompanhamento do índice de umidade do ar pelas instituições de ensino, asilos, hospitais públicos e privados e postos de saúde do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 659/2019 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Saúde.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 916/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, que dispõe sobre a realização de ecocardiograma fetal em gestantes, nas unidades hospitalares do Estado, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 916/2023 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Saúde.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.349/2023, do deputado Doutor Jean Freire, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival da Canção – Festur – realizado no Município de Turmalina. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela

aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.349/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Cultura.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.875/2023, do deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Chapada do Norte o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Bim da Ambulância. Portanto, votaram "sim" 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.875/2023 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.286/2024, do deputado Professor Wendel Mesquita, que permite às pessoas com transtorno do espectro autista – TEA – o ingresso e a permanência em qualquer local portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2024, do deputado Professor Cleiton, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fabricar queijos no Município de Alagoa. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Gustavo Santana. Portanto, votaram "sim" 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.452/2024 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Cultura.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.651/2024, do deputado Dr. Maurício, que reconhece como de relevante interesse cultural, social e imaterial do Estado de Minas Gerais a trilha denominada "Caminhos do Ouro", que vai de Ouro Fino a Paraty – RJ. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos "sim" da deputada Bella Gonçalves e do deputado Bruno Engler. Portanto, votaram "sim" 54 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.651/2024 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Cultura.

– Registraram "sim":

dalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.746/2024, do deputado Carlos Henrique, que institui a Política Estadual de Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça

conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto "sim" do deputado Thiago Cota. Portanto, votaram "sim" 52 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.746/2024 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Educação.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Oscar Teixeira (PP)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.107/2024, do deputado Doutor Wilson Batista, que dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas de Pele. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Wilson Batista.

O deputado Doutor Wilson Batista – Presidente, eu gostaria de falar da importância desse projeto, porque as doenças crônicas de pele afetam milhões de pessoas no Brasil e ainda são desconhecidas por milhares de outras pessoas, que pensam que essas doenças são transmissíveis e contagiosas. Isso afeta, de forma significativa, a vida das pessoas com doenças crônicas de pele. Infelizmente essas pessoas não encontram um tratamento adequado e oportuno no sistema público de saúde. São doenças negligenciadas pelo Sistema Único de Saúde, e os pacientes, às vezes, convivem com essas doenças, que se agravam a cada dia e ainda não são conduzidas com tratamentos corretos. Elas vivem passando por diversos especialistas, sem um tratamento adequado e sem um diagnóstico correto. Muitos desses pacientes passam por diversos clínicos, chegam até a realizar procedimentos cirúrgicos, quando o melhor tratamento para o enfrentamento dessas doenças são os medicamentos que hoje existem na rede do Sistema Único de

Saúde. Mas infelizmente, pela escassez de profissionais dedicados aos pacientes com doenças crônicas de pele, esses pacientes não têm acesso a esses medicamentos.

Essas doenças impactam significativamente a qualidade de vida de todas essas pessoas, porque elas são discriminadas no seu convívio social, nos seus ambientes de trabalho e acabam se tornando depressivas e têm dificuldade para dormir. Na verdade, esses pacientes poderiam ser acompanhados no sistema de saúde através do Centro Estadual de Atenção Especializada – Ceae –, que poderia contar com um dermatologista no Sistema Único de Saúde com medicamentos hoje eficazes para minimizar e, às vezes, até proporcionar a cura desses pacientes.

Esse nosso projeto foi discutido amplamente com a Sociedade Brasileira de Dermatologia e com o grupo Psoríase Brasil. Criamos, na Assembleia Legislativa de Minas, uma frente parlamentar em apoio aos pacientes com doenças crônicas de pele. E agora, com esse projeto de lei, esperamos que a gente possa não só conscientizar as pessoas, como também cobrar do Sistema Único de Saúde que dê um apoio continuado a tantas famílias e pessoas que convivem com essa doença que ainda é considerada uma doença transmissível, contagiosa. E essas pessoas sofrem uma marginalização, uma discriminação no seu dia a dia. Muito obrigado a todos que estão apoiando esse projeto.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Wilson Batista. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram "sim" 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.107/2024 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

– Registraram "sim":

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Hely Tarqüínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lincoln Drumond (PL)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.731/2025, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por intermédio do Poder Executivo, a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13/1/2025, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pelo desmembramento da proposição, que deu origem ao Projeto de Lei Complementar nº 71/2025. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Cassio Soares.

O deputado Cassio Soares – Boa tarde, nobres colegas deputados e deputadas; boa tarde, alunos da Uemg que aqui estão. São muito bem-vindos os alunos da nossa Universidade do Estado de Minas Gerais. É um momento muito importante para a nossa Minas o início da discussão desse projeto, que pode trazer soluções ou problemas para o nosso Estado de Minas Gerais.

Claro que, diante da complexidade de tudo aquilo que nós estamos discutindo, referente à dívida de Minas Gerais com o governo federal, com a União, nós temos que levar em conta que os projetos que chegaram à Assembleia Legislativa serão trabalhados, discutidos sob a firme determinação do presidente Tadeu Leite e de todos os colegas, principalmente daquelas comissões que vão avaliar isso. Hoje mesmo, às 16 horas, nós teremos uma audiência pública com a participação de secretários de Estado, aqui trazendo a visão do governo; e nós, enquanto parlamentares, olhando a visão da população de Minas Gerais.

Eu quero dizer especialmente aos alunos da Uemg, tanto àqueles que aqui estão, como também àqueles que estão nas salas de aula, àqueles que estão nos *campus* no interior: a nossa universidade é um patrimônio dos mineiros, a nossa Universidade do Estado de Minas Gerais é uma universidade em constante evolução. Fato é que, no último sábado, nós fizemos história assinando o contrato do fornecimento de alimentação do restaurante universitário da unidade de Passos. É o primeiro restaurante universitário da nossa universidade, depois de muita luta, muito trabalho, depois de aprovarmos, nesta Casa, um projeto de lei.

Aliás, aprovamos um projeto de lei que se tornou lei, do programa de assistência estudantil, que tive a honra de assinar, juntamente com a deputada Lohanna, para defender a nossa Uemg, para o fortalecimento da nossa universidade. No domingo, nós tivemos mais uma etapa de concurso público para efetivarmos professores que antes… Na verdade, para substituirmos professores que antes eram contratados através de contratos administrativos precários. É tudo aquilo que a gente deseja e almeja. Mas, para que tudo isso possa se tornar realidade, nós precisamos colocar Minas Gerais numa condição favorável de administrar a sua dívida com o governo federal. E o Propag, que ora é enaltecido, ora é criticado, é um dos melhores. É, até agora, o melhor instrumento para que a gente tenha Minas Gerais retomando a sua capacidade de investimento nas diversas áreas de atendimento público. E, de modo muito especial – está aqui a deputada Beatriz Cerqueira –, para que Minas possa ter condições de voltar a investir na educação pública de qualidade, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio, seja no ensino superior gratuito para toda a nossa população mineira. Hoje a Universidade do Estado de Minas Gerais tem mais de 20 mil alunos sendo formados. Na década passada, nós passamos por uma etapa de evolução da nossa universidade, com a estadualização de diversas fundações privadas. Nós mais do que dobramos o tamanho da Uemg em pouco tempo.

É claro que essa proposta do governo do Estado, que traz para cá uma discussão complexa, deixa todo mundo aflito, todo mundo sem um norte claro. Mas vocês podem ter certeza de que nós estamos aqui para defender Minas Gerais, defender a nossa Uemg, defender o bom encaminhamento. O que não é permitido, o que nós não podemos permitir é que Minas continue sendo cobrada por parte do governo federal com juros altíssimos. Eu não falo isso deste governo especificamente. Eu falo de todos os governos que aí passaram e que arrancam de Minas Gerais a sua capacidade de investimento. (– Manifestação nas galerias.)

A presidenta (deputada Leninha) – Pessoal, vamos garantir a conclusão da fala do deputado Cassio, por favor. Obrigada.

O deputado Cassio Soares – Quando estávamos em votação, diversos de vocês estavam falando para prestarmos atenção e cumprirmos o nosso papel e o nosso dever de votar. E nós estamos aqui fazendo o nosso papel, trabalhando, defendendo a universidade. Talvez não da forma que todos gostariam, porque a democracia é isso. A democracia é exatamente isso.

Então eu vou seguir nesta mesma linha, presidente Leninha, trabalhando para que Minas Gerais possa sair deste atoleiro que é a dívida do Estado com a União. E com essa construção que foi feita ao longo de muito tempo, com a participação ativa do presidente do Senado até então, senador Rodrigo Pacheco, com a participação ativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com a participação ativa do nosso presidente Tadeu Martins Leite nos liderando aqui, nós vamos seguir em frente. A adesão de Minas Gerais ao Propag é fundamental, mas a forma como isso se dará vai depender do que nós estamos discutindo aqui.

Vocês que hoje criticam, vocês que hoje não querem a adesão de Minas Gerais ao Propag, não sabem que, sem a adesão de Minas ao Propag, nós não teremos recursos para pagar as despesas oriundas do nosso restaurante universitário, dos concursos públicos que estão sendo realizados, e muito mais. Não teremos condições mínimas de levar recursos para o asfalto das nossas estradas, remédios para as farmácias básicas que os nossos mineiros e mineiras tanto precisam, aqueles que tanto fazem jus ao atendimento de qualidade.

Eu continuarei sendo muito responsável aqui, olhando todos os lados e levando as propostas que vão beneficiar o nosso estado e, consequentemente, a população de mais de 20 milhões de mineiros e mineiras. Muito obrigado, presidente Leninha.

A presidenta – Obrigada, deputado Cassio Soares. Com a palavra, para discutir, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, deputada Leninha. A Uemg não está à venda e a Unimontes também não. Aliás, a presença de vocês vem aqui dizer que o Estado de Minas Gerais não está à venda. Isso é muito importante.

Parabéns pelo dia de mobilização e luta da Universidade do Estado de Minas Gerais, que veio dos diferentes cantos deste estado para estar aqui e dizer que nós não vamos aceitar o sucateamento e tentativas de privatização da Uemg ou dos seus imóveis. O que nós queremos é a ampliação da assistência estudantil, o que nós queremos é a ampliação do acesso à universidade pública.

Eu vou até compartilhar com vocês que já está tramitando na Casa um projeto de lei da minha autoria para gerar as cotas trans na Uemg. Nós precisamos ver… É mais gente. É uma universidade pública e inclusiva, com restaurante universitário, como a minha amiga Lohanna já colocou, direito para todas as pessoas.

Gente, nós estamos aqui hoje num dia muito importante – muito importante. Desde o primeiro dia em que o Zema virou governador, ele tem dado um calote na União e não tem pago a dívida do Estado com a União. Para vocês terem uma ideia, essa dívida era de pouco mais de R$100.000.000.000,00 quando ele virou governador. Ele ficou defendendo que a solução para pagar a dívida seria privatizar, privatizar, sucatear direitos, congelar salários, precarizar as condições dos servidores e o serviço público. Graças à luta dos sindicatos, dos servidores públicos, dos estudantes, da sociedade em geral e nossa, deputados da oposição, o Regime de Recuperação Fiscal não prosperou, e conseguimos construir uma alternativa muito melhor, que é o Propag, um programa que vai, de fato, pagar a dívida pública.

Vamos compreender: com o Regime de Recuperação Fiscal, que era defendido pelo Zema, depois de acabar com o Estado de Minas Gerais, sucatear o serviço público, entregar todas as nossas estatais, nós ainda estaríamos devendo mais do que devemos hoje. Depois de 30 anos pagando juros da dívida pública, a gente estaria devendo, no mínimo, R$200.000.000.000,00. Ao contrário disso, o programa de pagamento de agora, o Propag, é um programa para, de fato, pagar a dívida. Durante 30 anos, vamos pagar uma parcela menor do que seria a parcela do regime e vamos conseguir quitar essa dívida pública.

Então o Propag não é o nosso inimigo, o Propag não é o problema. O problema é a forma como o governo Zema vem tentando boicotar o programa e colocar uma série de cascas de banana para confundir a população e abrir espaço para as privatizações, que, afinal de contas, eram o seu objetivo desde o início, desde o primeiro dia em que se sentou na cadeira de governador.

Gente, quando a gente estava discutindo a possibilidade do Propag, o Zema falou mal, xingou o ministro Fernando Haddad, falou que iria fazer a discussão da dívida pública em Brasília e voltou atrás, fazendo videozinho atrás da sacada, dizendo que era um evento político e que não iria participar do debate. Ele não contribuiu em nada para a gente encontrar um sistema de pagamento da dívida pública.

Quando o Propag, de fato, vem, ele ainda fica falando mal, dizendo que o programa é ruim, que, com os vetos do Lula, não vale a pena aderir. Mas, pelos dados que a própria Assembleia Legislativa nos mostrou, o Propag, no pior dos cenários, vai fazer com que o Estado de Minas Gerais economize R$100.000.000.000,00, em relação ao que ele gastaria no Regime de Recuperação Fiscal; e, no melhor dos cenários, haverá quase R$300.000.000.000,00 de economia, por esse movimento feito pela sociedade, pelos servidores, pela oposição, pelo presidente da Casa, Tadeu, pelo senador Rodrigo Pacheco e que ele, o tempo inteiro, tentou boicotar.

De birrinha, agora, o governador quer jogar cascas de banana, confundindo o que é a federalização de empresas para a amortização da dívida… Se a gente amortizar a dívida numa quantidade maior… Eu estou tentando explicar isso, gente, para compreendermos todas as etapas. Um dos papéis da nossa fala é ser pedagógico e explicar o problema. Para haver benefícios de zerar os juros da dívida pública, o Estado de Minas Gerais tem que dar uma entrada, um pagamento inicial de 20%, de 10% ou mesmo de nada. Em todos os cenários, ele é melhor do que o regime. Mas esse pagamento inicial pode ser feito por meio da federalização de empresas.

Nós estamos aqui discutindo, por exemplo, a possibilidade de federalização da Codemig, da Codemge, que tem o nióbio de Minas Gerais. Na nossa opinião, essa é uma federalização que seria justa. É uma empresa lucrativa, que vale muito dinheiro, e isso pode ser usado para amortecer os juros da dívida pública. Isso é muito diferente da casca de banana que ele tentou jogar ao propor a federalização da Uemg, gente. Porque federalizar a Uemg não significa transformar a Uemg em uma universidade federal. Na verdade, o projeto de lei que fala da Uemg, que tem duas linhas, nem sequer cita o que pretende com a federalização dela. Mas a gente, desconfiando, pela forma como ele historicamente tratou servidores e estudantes da Uemg, imagina que essa seja mais uma proposta de sucateamento.

Por quê? Porque, ao longo dos últimos anos, não foram recompostos salários, não se investiu mais em assistência estudantil, e a nossa universidade estadual está vivendo de resistência em resistência ao governo Zema. Então, o risco é que, colocando-se esse projeto aqui, ele de fato abra espaço para o desmonte e a privatização da Uemg e para a privatização dos imóveis da Unimontes e de outros imóveis.

E há um outro projeto de lei que não vai ser votado hoje, está bem, gente? Ele o será mais adiante. Trata-se de um projeto para se poder vender imóveis do Estado. Eu imaginei, Lohanna, que ele ia botar para vender aqueles imóveis de terras devolutas do Norte de Minas, que estão todos arrendados para as empresas de eucalipto. Eu imaginei que ele poderia colocar imóveis da MGI ou da Cohab que hoje estão sendo leiloados a preço de banana para os amigos empresários do Zema. Mas não. Ele colocou o Hospital Risoleta Neves, o maior hospital da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele colocou a Escola Estadual Central. Ele colocou os imóveis todos da Uemg e da Unimontes. Ele colocou, gente, uma proposta de entrega da cidade administrativa. Ele colocou o Ceasa.

Nós estamos falando de uma entrega completa do Estado de Minas Gerais. Daqui a pouco, ele vai querer entregar, sei lá, os boletos de pagamento dos servidores públicos; como a Lohanna zoou ontem: a certidão de nascimento de quem vai nascer em Minas Gerais. “Olhe, você passa a ser patrimônio do governo federal. Não haverá mais cidadão de Minas Gerais. Vamos federalizar tudo.” Obviamente, gente, a ideia dele não é federalizar tudo. O Zema sabe muito bem que o governo federal não tem interesse em grande parte desses imóveis, inclusive porque eles servem, hoje, ao Estado de Minas Gerais. O que ele quer é, ao aprovar esse projeto de lei, ter a autorização da Assembleia: caso o governo federal não se interesse por esses imóveis, o Zema estaria autorizado a vendê-los. Nós estamos falando da possibilidade de venda do Hospital Risoleta Neves! Olhem a gravidade da situação que nós estamos vivendo. É muito grave.

É importante a gente afirmar: a gente topa discutir a federalização de empresas como a Codemig, mas não faz sentido a federalização de direitos estaduais, como é o caso da universidade. Sabem por quê? Porque o programa de pagamento das dívidas da União, ao contrário da proposta de Estado mínimo dele, também abre espaço para que investimentos em educação e em saneamento básico, por exemplo, sejam abatidos da dívida.

Olha só, gente, vou falar para vocês: Lula foi uma mãe mesmo para o Estado de Minas Gerais, porque ô projeto melhor! Ele fala que pode ser considerado parte do pagamento do que o Estado deve à União, se o Estado de Minas Gerais investir em educação; se ampliar a oferta de água e saneamento básico nas periferias, nos municípios onde ainda não existe saneamento básico; se ampliar as soluções de eficiência energética, fazendo placas solares, substituindo a forma de hoje de geração de energia da Cemig. Por isso compensa mais para o Estado essas empresas permanecerem estaduais.

Vou dar o exemplo da Copasa, gente. Se a gente fosse vender, privatizar a Copasa, a gente conseguiria ganhar no máximo R$4.000.000.000,00. Só que o lucro anual da Copasa é de R$1.600.000.000,00, ou seja, três anos, quatro anos da Copasa funcionando valeriam muito mais que o preço de banana que estão dizendo que a Copasa vale, que são R$4.000.000.000,00. Os investimentos da Copasa, previstos para os próximos anos, estão na ordem de R$15.000.000.000,00. Ou seja, se a gente mantiver a Copasa, enquanto uma empresa pública, além de ela ofertar um lucro líquido para o Estado de R$1.600.000.000,00, os recursos de investimento em saneamento básico e em medidas para enfrentar as crises climáticas vão ser abatidos da dívida. Então, em vez de valer R$4.000.000.000,00 privatizada ou entregue para a federalização, a Copasa pode valer R$20.000.000.000,00, R$30.000.000.000,00 para o abatimento da dívida.

Compreenderam a importância de a gente manter essas empresas estaduais e públicas? A Copasa, para mim, é o maior exemplo, porque, no projeto de lei do Propag, fala-se taxativamente que investimento em saneamento básico pode ser abatido para o pagamento da dívida. Por isso que essas empresas devem ser públicas. É por isso também que nós não aceitaremos que esta Casa paute o projeto de emenda à Constituição para acabar com a necessidade de referendo popular para as privatizações de estatais. Na época do governador Itamar Franco, foi colocado, na Constituição, a ideia de que as empresas Cemig e Copasa só poderiam ser privatizadas se um dia a população fosse consultada, e a maior parte da população concordasse com isso. Na época em que o Itamar fez essa proposição, Betão, muita gente achou que era loucura. Eles falaram: “Quem vai querer, gente, privatizar a Cemig, privatizar a Copasa? Ninguém vai querer isso não”. Mas colocaram na Constituição.

O Zema tem um projeto, aqui nesta Casa, para acabar com a possibilidade de a população opinar se aceita ou não a privatização das estatais. Ele está dizendo que o projeto é importante para o regime de recuperação fiscal. Só que não tem nada a ver. Esse era um projeto necessário para o regime de recuperação fiscal, que nós já derrotamos. Para o Propag, essas empresas podem muito bem permanecer empresas públicas, levando água de qualidade, levando luz de qualidade para as pessoas.

Por falar em luz de qualidade, queria só dizer da minha alegria de saber que mais de 60 milhões de brasileiros vão ter suas contas de luz zeradas pelo novo programa de suficiência energética do governo Lula. Aquelas famílias do CadÚnico, que gastam até 18 quilowatts por mês, não vão pagar nada para acessarem a energia elétrica, porque a energia é um direito, água é um direito. Nós precisamos avançar para que esses direitos cheguem à população sem depender da condição econômica delas, porque não é possível a gente ver família cozinhando na lenha, dormindo à luz de velas no Brasil. Por isso é que a gente precisa dessas empresas públicas e da energia sendo tratada enquanto um direito. Precisamos da água sendo tratada enquanto um direito, e não como uma mercadoria.

Da mesma forma, a educação pública e a educação superior vão ser defendidas ao extremo pelo Bloco Democracia e Luta. Nós vamos fazer, gente, muita audiência pública, muita luta para defender a Uemg, para defender a Unimontes, para defender o Risoleta Neves, para defender o Estadual Central e todos os imóveis que o Zema pretende entregar. E nós também precisamos do apoio de vocês para que a gente possa defender as nossas empresas estatais.

Minas Gerais não está à venda. Vamos votar "sim" ao Propag e votar "não" à tentativa de boicote do governador Zema. Fora, Zema!

A presidenta – Obrigada, deputada Bella Gonçalves. Com a palavra, para discutir, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Desejo que a voz de vocês seja ouvida, no entanto peço que possam escutar, por 1 minuto, a minha fala. O meu ouvido está bastante atento, assim como o meu voto estará aqui também para todos verem. Peço licença nesta boa tarde aos estudantes da Uemg. (– Manifestação nas galerias.)

A presidenta – Vamos ouvir o deputado Leleco Pimentel, pessoal!

O deputado Leleco Pimentel – Se vocês não ouvirem quem está aqui ouvindo vocês, os que não estão aqui serão privilegiados. Eu peço 1 minuto. Então que você continue a gritar! Lamentavelmente os que não estão aqui vão ser privilegiados. Eu estou aqui e eu gostaria de trazer esta palavra aos estudantes e aos servidores da Universidade do Estado de Minas Gerais. Por essa razão, se vocês também puderem contribuir, eles voltarão para o Plenário. Infelizmente eles não têm consciência do que estão a votar, porque a consciência de muitos deles, com todo o perdão, está dentro de alguma negociata com o Zema. Não é o meu caso nem o caso do Bloco Democracia e Luta. Infelizmente, se eu deixar de falar, eu vou ter que sair para passar a fala ao próximo orador. Eu estou dialogando com vocês. Não vou utilizar o tempo de 1 hora; não vou utilizar 1 hora; vou utilizar apenas 5 minutos. Aos que me acompanham pela TV Assembleia, informo que nós votamos, nesta manhã, um importante projeto de lei… (– Manifestação nas galerias.)

A presidenta – Obrigada, companheira. Com certeza, os deputados que estão aqui são os que estão com vocês. Estamos juntos na luta com vocês. Nós já ouvimos todos vocês, e agora eu peço, por favor, que garantam a fala do deputado Leleco, que é um parceiro, um companheiro. Vocês vão ouvi-lo e vão ver que ele está alinhado com a luta de vocês em defesa da Uemg e da universidade pública. Enfim, muito obrigada! Com a palavra, o deputado Leleco.

O deputado Leleco Pimentel – Em razão. Não, não é fácil; e a gente escuta. Escolham bem quem são os inimigos nessa luta. Então é importante que vocês compreendam que, juntos, estamos do mesmo lado da história. Aqui o Bloco Democracia e Luta é que tem pedido… Inclusive, fui eu quem pedi ao presidente agora há pouco que mantivesse a fala. Sou professor de história do Partido dos Trabalhadores e contra a privatização e o desmonte do Estado. Nós teremos oportunidade durante as audiências públicas… Queremos e pedimos que vocês se mantenham mobilizados para nos ajudar. É porque o Regimento da Casa… Este momento até nos permite dialogar melhor com cada um e cada uma. Aqui, se não guardamos as inscrições, as próximas virão, e vai acontecer, em alguns minutos, a votação, em 1º turno, para a adesão ao Propag, que entendemos ser importante. Primeiro porque o Estado de Minas reconhece, mesmo que seja por meio deste, que vocês também querem fora, como eu quero… Como quero que Zema nunca mais nem se candidate para não fazer tanto mal como faz! Essa é a minha expressão. No entanto a adesão ao Propag foi formulada pelo presidente Lula, antes de mais nada, pelo ministro Haddad e no conjunto de força com o senador Pacheco e o presidente desta Casa, que é o Tadeu, para colocar um basta nessa dívida. O problema é que aquele que despreza a educação e a saúde resolveu colocar a pauta da privatização e do desmonte para ser o maior oportunista. Quando dá e coloca a Uemg, quando coloca a Unimontes ou quando coloca a própria estrutura do Estado, como a Cemig, desmontando tudo, é que está colocando com oportunismo a pauta privatista para ser votada no Estado.

Agradeço a vocês por me ouvirem porque, se não falo aqui, a presidenta pode, regimentalmente, chamar o próximo deputado. Por essa razão e não por outra, eu pedi que pudessem nos ouvir. Além disso, tenho a alegria de anunciar aqui, junto com vocês, que hoje nós passamos uma pauta da educação, em 2º turno, relativa ao nosso Projeto de Lei nº 2.015/2024. Hoje garantimos aqui, em Plenário, que os pacientes renais crônicos ou com doenças crônicas tenham direito à educação pública e de qualidade no ambiente onde fazem o seu tratamento. Dessa forma, evita-se a evasão escolar e combate-se o abandono da escola, porque educação é direito e é direito de todo o mundo, inclusive de quem está em idade escolar e não consegue se matricular numa escola pública.

Nós temos acompanhado os pacientes crônicos renais, especialmente a nefrologia, e somos sabedores que hoje essas pessoas passam 20 anos, 30 anos da sua vida, ou seja, uma vida inteira, sem direito à educação. Então é junto com os estudantes, professores e servidores da Uemg que me alegro em anunciar que o nosso projeto de lei demorará agora 60 dias. É obrigatório, então, que a sanção desse projeto de lei nos dê condição também de nos somar à luta de todos que aqui estão.

Quero ainda falar de uma questão: nós subimos aqui para dizer que o projeto de adesão ao Propag agora é o que nos dá a possibilidade de frear processos de privatização que estão em curso e que a maioria, que voltará ao Plenário em alguns minutos, precisa saber, ou seja, a destruição de políticas públicas e o desmonte do Estado de Minas Gerais. Eu não tenho dúvida de que estou conversando com quem compreende profundamente de que lado da luta nós estamos. Peço desculpas se o Regimento, muitas vezes, faz com que estejamos aqui, ao microfone, e não vocês todos juntos. Espero que a gente esteja ouvindo bem. No entanto, dos 77 deputados, o presidente e a Mesa, ou melhor, o presidente, na hora da votação, talvez não vote. Só em caso de empate é que ele vai dar o seu voto, o que é preciso e o que pode fazer a diferença para nós, não permitindo a destruição. É um engodo quando colocam os *campi,* a estrutura da Uemg e da Unimontes; há uma mentira no meio disso tudo, porque o servidor e o professor não vão se transformar em um professor e em um servidor da carreira federal. Isso é uma enganação!

Então o que nós estamos fazendo aqui é desmascarar a cara de cupim lavada que tem o Zema, que não tem escrúpulo, que não tem compromisso. Nós sabemos bem a quem serve esse, infelizmente, chamado governador. Ele está de joelho diante do poder econômico das mineradoras, ele está de joelho diante das empresas às quais ele dá isenção fiscal. Ele veio para fazer negócio dentro do governo de Minas, e é por isso que o povo tem que denunciar que Zema é um destruidor do Estado de Minas Gerais e que jamais deveria ter sido governador.

No entanto, esta é a arena dos interesses. Muitos deputados aqui receberam votos em razão de suas condições econômicas ou das condições econômicas que eles defendem. E quem está de joelho para a economia faz muito mal ao povo e faz muito mal à vida. Por isso é importante a presença de vocês. O que me incomoda não são os gritos nem esta aula pública que acabei de presenciar. Isso é para que a gente escolha bem aqueles que serão os nossos inimigos, aqueles que serão os nossos adversários, aqueles a quem, potencialmente, iremos convencer. Mas não tenham dúvida de que nós, do Bloco Democracia e Luta, formado pelos partidos PCdoB, PT, PV, Rede e Psol, estaremos nessa luta. Nós somos 20 deputados nesta Casa, e o nosso compromisso é com esta luta: a luta da Uemg como universidade forte, mas que está sendo atacada, desmontada e descaracterizada para a finalidade que o Zema acabou de dizer. Ele queria mesmo que ela estivesse nas condições em que está, demonstrando que ele é um péssimo governador, para colocar tudo à venda a preço de banana.

Não! Nós não estamos do lado de Zema nem do lado dos deputados que votam pela diminuição do Estado para os mais pobres e para que o Estado inteiro esteja no bolso dos ricos e das elites que eles geralmente representam aqui. Força na luta! Contem conosco! Saibam que a gente aprende. Continuem aqui, não arredem o pé, para que a gente derrote Zema e sua proposta de privatização. Muito obrigado, presidenta Leninha. Obrigado, gente.

A presidenta – Obrigada, deputado Leleco Pimentel. Com a palavra, para discutir, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Boa tarde a todos os deputados e deputadas aqui presentes; boa tarde aos alunos da Uemg. Quero me apresentar: eu sou o deputado Lucas Lasmar, da cidade de Oliveira, e estou aqui para deixar registrado o meu apoio à Uemg. Vocês podem ter certeza de que estaremos aqui defendendo a Uemg para que ela possa ser melhorada, ter investimentos, e não ser vendida, não ser transformada em moeda de troca para abater uma dívida que o governador Zema, desde o início do seu mandato, negligenciou, dizendo que tinha colocado as contas de Minas Gerais nos trilhos. Agora a gente vê que isso não é verdade. A história sempre demonstra que quem fala mentira é desmascarado em algum momento. E a realidade está aí, governador Zema. Agora o senhor quer pegar o maior patrimônio educacional do Estado para resolver um problema que o senhor mesmo criou. O senhor se diz

herdeiro de uma dívida, mas, na verdade, o senhor é protagonista dela. Aumentou em 50% a dívida do Estado com a União, e agora a gente precisa resolver isso.

É importante deixar aqui registrado para todos os estudantes da Uemg e para quem está nos acompanhando que esta Assembleia, liderada por um grande jovem, o presidente Tadeu Martins, foi protagonista de um movimento para encontrarmos uma solução para a dívida do Estado. Nós temos aqui a 1ª- vice-presidenta da Assembleia, que faz um grande trabalho – tenho certeza disso – e que está representando o presidente Tadeu. Quando nós, deputados que nos inscrevemos para falar, terminarmos a nossa fala, tenho certeza de que todos os deputados voltarão ao Plenário para votar. Nós estamos aqui para ouvir e fazer com que a voz de vocês seja representada no voto dentro deste Plenário. Nós estamos aqui fazendo confronto a um governo que sequer sabe o caminho que Minas Gerais precisa trilhar.

O exemplo claro é a gente ver, no interior de Minas Gerais, o governador Zema e o vice-governador Mateus pegando carona em emenda parlamentar de deputado para falar que estão fazendo alguma coisa para o Estado. Hoje eles querem entregar 11 *campus* da Universidade Estadual de Minas Gerais, em torno de 35 imóveis para pagar a dívida, a dívida que não existia na cabeça dele, a dívida que ele teve que entrar no Supremo Tribunal Federal para prorrogá-la por vários meses para ganhar tempo. A política do Zema é essa: ganhar tempo e não realizar o pagamento dessa dívida bilionária, que iniciou-se em 1998. Todos os governadores fizeram essa contribuição para diminuí-la realizando o pagamento. Quem deve tem que pagar.

E nós precisamos fazer aqui um trabalho em conjunto: esquerda, centro e direita. Nós estamos falando aqui de educação. Nós estamos falando aqui de imóveis da Fhemig. Nós estamos falando de imóveis da Fucam. Eles querem também entregar a Fazenda São Judas Tadeu, em Betim, que é da Funed, para a União. Nós precisamos entender o que está acontecendo.

Esse requerimento que eu e o deputado Doutor Jean Freire, na Comissão de Constituição e Justiça, onde somos membros efetivos, solicitamos para que o governo nos informasse quais são os imóveis que ele quer entregar em moeda de troca para o governo federal, porque do jeito que o projeto que o governo mandou para a primeira comissão, a que recebe para analisar a constitucionalidade do projeto, ela estava como um cheque em branco. Ele poderia entregar quase todos os imóveis que ele achar necessário e que a União aceitasse. E o que é pior: há um entendimento, há uma dúvida, se a União não aceitar, se ele vai poder vender esses imóveis. Nós vamos lutar para que haja transparência nesse projeto para que isso não aconteça. Se a União não aceitar, caso ele queira vender os imóveis, ele vai ter que respeitar a legislação estadual, ouvindo a população de Minas Gerais em relação à Cemig, à Copasa, enfim, a todas as fundações.

É importante a gente destacar que o governo não quer só entregar o imóvel e vendê-lo. Ele está fechando hospital. Eu não sei se vocês jovens sabem que o governador Zema fechou o Hospital Maria Amélia Lins, um grande hospital de retaguarda hospitalar do João XXIII. Hoje o João XXIII tem mais de 20 pacientes no corredor com fratura exposta aguardando cirurgia há semanas. Ontem, fizemos uma audiência pública em que trouxemos a grande mulher qualificada, a Dra. Josely, promotora que defende a saúde pública da região metropolitana, que disse que ouviu um médico que trabalha dentro do João XXIII que teve que quebrar o osso de um paciente para realizar um novo procedimento. Esse paciente teve uma fratura forte na parte óssea e ficou lá duas semanas aguardando cirurgia, e o osso colou. O médico teve que quebrar o osso de novo para poder operá-lo.

Que narrativa é essa de que Minas Gerais está nos trilhos? Que discurso é esse que Minas está indo no lugar correto? Basta ir lá dentro da Funed, que não produz vacina mais, onde inauguraram uma fábrica em março que não funciona porque não existe soro. Essa foi a conversa do presidente da Funed na sabatina na Comissão de Saúde. Esse é o cenário que o governador quer criar.

Então eu quero deixar registrado que amanhã vai haver a reunião extraordinária na Comissão de Constituição e Justiça para tratar do Projeto de Lei nº 3.733, do governador, que o permite entregar esses imóveis, essas dezenas de imóveis. Ele colocou em seu requerimento entregue à Assembleia, ao presidente desta Casa, informação dos imóveis que quer entregar. Deixo registrado também que estamos protocolando 90 emendas a esse projeto, amanhã, na CCJ. Eu tenho certeza de que, se o governo do Estado não ouvir a

Assembleia, esse projeto não vai andar aqui e vai prejudicar essa negociação que o governo quer fazer de forma irresponsável e de forma irregular.

Não vamos permitir que se destruam a Uemg, a Funed e a Fhemig para que o problema seja resolvido. Nós sempre estaremos aqui, defendendo serviços essenciais para o povo mineiro. Tenho certeza de que a educação e a Uemg já transformaram a vida de milhares de pessoas e as tiraram de um local em que elas não teriam oportunidade de acesso ao ensino gratuito e ao ensino superior. Tenho uma irmã que se formou em fisioterapia na Uemg de Divinópolis, então estarei sempre aqui, em defesa da Uemg, essa instituição tão respeitada.

É importante que eu fale principalmente com as pessoas das cidades em que atuo. População de Cláudio, o governador quer entregar o *campus* da cidade para abater a dívida com o governo federal. Essa instituição tem formado vários alunos no ensino técnico e no ensino superior e faz com que Cláudio continue sendo uma potência industrial, mas o governo quer retirar isso. Ele quer federalizar a instituição e entregá-la para o abatimento de uma dívida que negligenciou desde o início de seu mandato. Ele não pagou a dívida. Infelizmente, em seu mandato, a dívida aumentou em 50%, chegando a R$160.000.000.000,00. Em relação à unidade de Abaeté, está acontecendo o mesmo. A população está preocupada. O governo quer realmente vender a Uemg de Abaeté para integrar, para abater a dívida com a União.

Tenho certeza de que os deputados, tanto os de oposição quanto os de situação, vão ter responsabilidade em seu voto aqui na Assembleia. Estamos representando todos os mineiros do Estado de Minas Gerais e temos que nos lembrar de que nós, políticos, somos momentâneos e temos mandato, mas o Estado, não. Não podemos deixar que o governador Zema destrua o que levou décadas para ser construído, como essas fundações, entidades e principalmente a Uemg, que faz um grande trabalho no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado a todos. Vamos juntos à luta!

A presidenta – Obrigada, deputado Lucas Lasmar. Com a palavra, para discutir, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Salve, salve, Movimento Estudantil da Universidade do Estado de Minas Gerais! Boa tarde a todos. Boa tarde à galera da Aduemg, que está presente também. Gente, vou falar muito rapidamente, porque precisamos votar.

Acho que é importante deixarmos algumas coisas explicadas para que todos entendam. O que está acontecendo? Hoje estamos votando a adesão ao Propag. Não estamos votando a privatização da Uemg, até porque eu jamais votaria a favor disso, e não estamos votando a federalização. É muito importante que o movimento estudantil esteja organizado e mobilizado a todo momento para que, em circunstância nenhuma, cheguemos perto de votar isso. O Propag foi defendido pelo bloco de esquerda aqui da Casa. A gente foi atrás do Propag. Por que é importante sabermos disso? A única forma que existia no Estado para o pagamento dessa dívida, que é uma dívida de 30 anos e que piorou muito, porque o Zema ficou seis anos sem pagá-la, era por meio do Regime de Recuperação Fiscal, que era horroroso, penalizaria demais os professores de vocês, os servidores estaduais e não deixaria que acontecessem concursos públicos. Seria um terror. O bloco de esquerda passou, na última legislatura… Eu não estava aqui, pois era vereadora em Divinópolis. Divinópolis está aqui ou ainda não chegou? Divinópolis está aqui. Que bom! E tem mais gente chegando.

À época eram outros deputados que estavam aqui, e alguns foram reeleitos. Eu era vereadora em Divinópolis e, a partir de 2023, quando entrei para a Assembleia, continuamos essa luta. O Zema, desde o início, quis o Regime de Recuperação Fiscal, que era horroroso, prejudicaria muito o Estado, colocando nele uma mordaça, e impediria que avançássemos rumo a qualquer direção. A gente disse que não aceitaria isso, e o presidente Tadeu abraçou a nossa proposta. Fomos até o Rodrigo Pacheco, que era o presidente do Senado à época.

Então ele estava numa posição de muito poder para negociar com o governo federal, que é para quem a gente está devendo mais de R$100.000.000.000,00. O Pacheco conseguiu construir, junto com a gente e com o Lula, um projeto melhor, bem melhor para pagar a dívida. O Propag é muito melhor do que o Regime de Recuperação Fiscal. No Propag foram construídas umas faixas. Alguém aí tem pai e mãe com casa financiada, irmão com casa financiada, cunhado que paga o financiamento da Caixa todo mês? Há um

negócio de a gente amortizar uma parte da dívida. Se a gente paga um tanto a mais… Por exemplo, se a pessoa é professora e pega o seu 13º salário e o coloca inteiro para amortizar de uma vez, ela deixa de pagar um monte de juros. É muito vantajoso quando a gente consegue fazer isso.

O que o Estado tem de possibilidade? Amortizar 20% do valor da dívida total, que dá R$34.000.000.000,00. Se se amortizar isso, a gente vai pagar um juro muito baixo, e o Estado vai economizar muito. Ocorre que o Zema está chantageando a Assembleia; está dizendo: "Ah, não, só vamos aderir ao Propag se a gente conseguir R$34.000.000.000,00 de amortização, senão para o Estado não compensa". É mentira do Zema! Se se amortizar 10%, ainda é muito melhor do que o Regime de Recuperação Fiscal; se não se amortizar nada, ainda é muito melhor do que o Regime de Recuperação Fiscal.

De novo, fazendo uma comparação com uma casa financiada, quando a gente financia pelo Minha Casa, Minha Vida, mesmo se a gente não der conta, se não sobrar dinheiro para amortizar nem um mês, ainda compensa muito mais do que financiar num banco privado. Porque o Minha Casa, Minha Vida tem juro subsidiado no programa todo. Deu para entender essa questão dos juros? Deu, não é? A gente concorda com a entrega das estatais; a gente concorda. E há diferença entre alguns deputados. Alguns concordam em entregar a Cemig, entregar a Codemig, entregar a Codemge, mas, no geral, há uma concordância sobre entregar as estatais. Muda a opinião sobre qual a gente acha que deve ser entregue, mas a gente concorda sobre entregar. A gente não concorda – nenhum de nós – é com a entrega da Uemg, com a entrega da Unimontes, com a entrega das escolas estaduais, com a entrega do Risoleta. Gente, ele está querendo entregar a Ceasa. Esse povo fica falando que defende o agro e quer entregar a Ceasa? Como é que se vai fazer para vender as verduras e as frutas do povo? Quer entregar a delegacia, quer entregar a Prefeitura de Patos de Minas – aliás, a Prefeitura de Lagoa Santa –, a Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas. Está tudo na lista. Para quem é de Divinópolis, quer entregar o Lagoa dos Mandarins inteiro. Além da Uemg, quer entregar a Lagoa dos Mandarins toda. Isso não faz o menor sentido, e a gente vai brigar contra esse processo.

A votação de hoje, referente ao Propag, é boa. É importante que a gente vote favorável, porque nós fomos atrás do Propag. O nosso bloco, o bloco de esquerda, quis o Propag, que é muito melhor do que o Regime de Recuperação Fiscal. A gente vai votá-lo hoje. A gente é contra a federalização da Uemg, da Unimontes. Ele não propôs isso, mas está querendo entregar os terrenos. A gente é contra entregar o Risoleta, entregar a escola estadual, entregar a delegacia, entregar a Ceasa, entregar esses prédios históricos. Há alguém de Pitangui aí? Ele quer entregar o Fórum de Pitangui, gente. Eu acho que ele não avisou ao Poder Judiciário que ele está entregando o Fórum de Pitangui, que é um prédio histórico, inclusive, tombado pelo Iepha e pelo Iphan. Esse é o cenário que a gente tem, um cenário para o qual a gente vai votar favoravelmente hoje, votando uma coisa boa para o Estado. E a gente vai fazer o enfrentamento a essas pautas com as quais a gente não concorda. Hoje não está na pauta o projeto da Uemg.

Por último, eu queria registrar uma coisa muito importante. É preciso que o movimento estudantil se mantenha mobilizado, para que o Estado não tente chantagear a Assembleia dizendo para a gente: "Se não nos deixarem entregar todas as estatais, todos os imóveis, a Uemg, a Unimontes e tudo mais que a gente quer, nós não vamos aderir ao Propag". Por isso, gente, a defesa do Propag é importante, bem como a defesa da manutenção das nossas universidades estaduais.

Lembro que a gente não está fazendo essa defesa à toa. O Zema adora puxar saco do Tarcísio. Vocês já viram isso? Ele adora ir para São Paulo puxar saco do Tarcísio. Em São Paulo, há a USP, há a Unicamp, há a Unesp, há um monte de universidade pública estadual de qualidade. Elas são de qualidade porque a água lá é mais abençoada do que a daqui? As nossas universidades também são de qualidade, mas vá ver a diferença de investimento, vá ver a diferença de salário dos professores, vá ver a diferença de apoio para os estudantes, para restaurante universitário, para moradia, para creche, para mãe universitária, vá ver tudo isso. A gente tem uma perspectiva muito clara de que defender que as universidades continuem estaduais é defender que Minas Gerais não pode virar as costas para sua obrigação de fazer ensino de qualidade, pesquisa de qualidade e extensão de qualidade no território do Estado.

Eu me formei na UFSJ, em Divinópolis – há um *campus* em Divinópolis. Quase no mesmo bairro, temos o Cefet, a UFSJ e a Uemg, todas coladinhas. Inclusive, no passado, eu tinha o sonho de fazer a Universidade Federal de Divinópolis – você não é dessa época, não. Esse era um sonho que a gente tinha. No movimento estudantil, nós defendíamos muito isso. Na época, o Cefet e nós, da UFSJ, tínhamos todo o apoio. Eu entrei em 2015, então ainda havia dinheiro na universidade. A gente tinha todo o apoio, a gente tinha RU, a gente tinha bolsa, eu fiz intercâmbio, a gente teve tudo, tudo, tudo. Eu via que o povo da Uemg passava um aperto danado, e, quando fui candidata a vereadora e ganhei, a coisa que eu mais sentia é que, como vereadora, eu não podia ajudar a Uemg. Então falei: "Se eu virar deputada estadual, vou apoiar a Uemg".

A gente conseguiu muita conquista importante nestes últimos dois anos. A gente conseguiu a criação do restaurante universitário; o bloco aqui… A deputada Beatriz faz a defesa permanente dos servidores, e a gente tem ido lá junto, com a Comissão de Educação; o deputado Cassio foi o segundo autor, junto comigo, do projeto do RU. E a gente tem vários nomes que defendem a Uemg aqui dentro. Acho que o Leleco foi muito sábio quando disse: "Vamos escolher os nossos inimigos direitinho. Vamos ficar com os nossos amigos juntos e de mãos dadas". Não se enganem: o Propag foi uma grande conquista para que a gente tratasse os nossos professores com o respeito que eles devem ser tratados, assim como os nossos servidores. O que a gente não pode, como disse a minha amiga deputada Bella, é escorregar na casca de banana e deixar que entreguem a nossa Uemg, que entreguem a nossa Unimontes.

Para fechar, presidente, fico pensando no que o governador acha que vai fazer. Vamos supor que entregue a unidade de Ituiutaba, que é enorme. Vamos supor que entregue a unidade de Frutal. Vamos supor que entregue o Hospital Universitário da Unimontes. Onde o povo vai trabalhar e estudar, gente? Onde vocês vão estudar? Vocês vão para a rua? O que vai acontecer? Ele está efetivamente tentando ter autorização da Assembleia para federalizar, sabendo que isso é impossível e sabendo que o que ele quer de verdade é vender esses terrenos depois e acabar efetivamente com o nosso patrimônio. Mas a gente não vai deixar isso acontecer. Essa briga vai ser grande aqui, na Casa, e eu acredito que, pela via do convencimento, os próprios deputados e as próprias deputadas vão segurar esses projetos e dizer ao governador que não aceitamos chantagem. Parabéns pela luta, parabéns pela mobilização. Vamos em frente em defesa da nossa universidade!

A presidenta – Obrigada, deputada Lohanna. Com a palavra, para discutir, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, presidenta, companheiros deputados presentes, presidente da Assembleia Tadeu, também presente conosco, deputados do Bloco Democracia e Luta, em sua maioria presentes, servidores desta Casa e estudantes. É muito interessante… Tenho em mãos a lista dos prédios da Uemg e da Unimontes. Essa lista foi uma resposta a um requerimento apresentado por mim e pelo deputado Lucas Lasmar, senão isso seria um cheque em branco que passaria despercebido. Eles anunciaram, e isso passaria despercebido. Vou ler para vocês: "Em atenção à diligência em epígrafe" – solicitada por mim pelo deputado Lucas –, "a partir de consulta a área técnica, encaminhamos um anexo que representa o levantamento preliminar…". É preliminar do… Eu já iria falar "do cardápio", Professor Cleiton. Como o Professor Cleiton disse, o Zema falou que iria oferecer um cardápio mais amplo, mais extenso para o governo federal. Está aqui o cardápio – acho que parte dele, porque aqui se fala que é parte, é preliminar, e poderão vir mais surpresas por aí, poderão vir mais… Acho que, na vontade de fazer o Estado mínimo – mínimo, mínimo –, o governo do Estado está pegando o Propag de carona para entregar Minas Gerais.

Uma coisa que chama atenção: que critérios eles usaram, deputada Lohanna, para fazer essa lista? É muito interessante. A elaboração dessa lista procurou levar em conta alguns critérios: valor estimado ou registrado superior a R$5.000.000,00, área igual ou superior a 10ha, exceto para imóveis da Uemg e da Unimontes. Essa aqui parece… Acho que houve um erro de português aqui. Não pode ser isso. Eu não acredito, deputado Betão, que estou lendo isso. Como critério, o governo do Estado usou imóveis preferencialmente sem uso finalístico, desocupados ou subutilizados. Ou seja, para o governo do Estado, a Uemg está sem uso finalístico, está desocupada, está subutilizada; para o governo do Estado, o Colégio Estadual Central, o Hospital Risoleta Neves… Eu

convido o governador do Estado para irmos amanhã ao Risoleta Neves. Eu sou médico e sei da importância de um hospital, de um local de atendimento, sei da importância do Risoleta Neves, como de todos os hospitais desse estado. O governo está chamando o Risoleta Neves de desocupado. Deve haver paciente lá até no corredor, deputado Betão, porque ele fechou outros hospitais, fechou o Amélia. Deve haver paciente até no corredor. Para o governo, o Risoleta Neves não tem uso finalístico, é desocupado ou subutilizado. Quem será que está desocupado, deputada Lohanna? Aliás, a Cidade Administrativa está nesse cardápio, a Cidade Administrativa está nesse cardápio. Ela está desocupada, está sem uso finalístico. A Cidade Administrativa está subutilizada, apesar de que o governador fica mais fora do Estado fazendo a sua pré-campanha. Mas ali existem servidores e servidoras, existem secretarias funcionando ali. A Cidade Administrativa, creio eu, não está subutilizada. Mesmo sendo um deputado de oposição, eu creio que ela não esteja subutilizada. O Corpo de Bombeiros, que funciona em vários locais do Estado, em terrenos cedidos pelo DER, está subutilizado. Os locais estão subutilizados, estão sem uso finalístico. Parabéns ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que faz um trabalho maravilhoso em todo este estado! Quero aqui destacar e mandar um abraço aos bombeiros de Araçuaí, de Almenara, da minha querida Itaobim, de Diamantina, de Teófilo Otoni, de Salinas, de Capelinha e de tantas cidades que inauguraram essa corporação nos últimos anos. Por sinal, algumas estão em local do DER, que aqui ele está doando.

Deputada Beatriz, como doar um terreno que foi construído com recurso público? Vai tirar a fração do Corpo de Bombeiros? Às vezes eu fico pensando se realmente não apertaram um botão ali para fazer essa lista, eu fico até pensando se não houve maldade. Eu quero até pensar nisso. Não vou fazer uma lista preliminar. Aqui diz que esse cardápio é preliminar, ou seja, pode vir mais bomba por aí. Há vários locais onde funcionam escolas, instituições de educação, instituições de saúde. A maioria não está mais presente, mas eu quero parabenizar os alunos da Uemg. Eu quero parabenizá-los. Olhando ali para cima e vendo vocês participando da reunião, não há como não lembrar – deputados Leleco, Betão, Cleiton, Lucas e deputadas Beatriz e Lohanna – do nosso tempo de universitário no movimento estudantil. Não há como não lembrar disso. Eu fui presidente de diretório acadêmico e sei do valor da assistência estudantil. Na minha época, não havia ProUni, não havia Enem, mas eu sei o que passei para chegar à universidade, eu sei muito bem. Parece que vejo ali a Bianca Freire. Ela está ali. Então eu sei o que nós passamos numa época em que não havia essa assistência.

Quando cheguei aqui fui o primeiro deputado a apresentar um projeto, ainda no meu primeiro mandato, em 2015, sobre assistência estudantil. Esse projeto acabou sendo anexado ao do governador Fernando Pimentel. E hoje, em muitos lugares do Estado, ainda não existe residência estudantil. Por exemplo, o Instituto Federal de Araçuaí precisa de moradia estudantil, mas lá existem prédios do governo do Estado que, agora, ele quer vender. Chamo atenção também para essa lista que foi enviada – peço até que os colegas deputados deem uma olhada com atenção nesta lista – porque, em alguns imóveis, ao invés de "passar" está "alienação". Por que "alienação"? Aliás, no projeto, vinha dizendo, deputado Betão, que o recurso poderia ser usado para pagar a dívida. Ou seja, poderia? Ele pode ser usado para outros fins também?

Então quero, mais uma vez, deputado Lucas, agradecer ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Doorgal, pelo apoio ao nosso pedido de diligência, para que essa lista fosse enviada. Quando nós, deputados, queremos apresentar um projeto de lei doando algum bem do Estado para alguma instituição ou município, é preciso haver diligências. Por que para o Estado tem que ser diferente?

Fizemos bem, deputado Lucas, ao apresentar esse pedido de diligência, mesmo que preliminarmente, porque ele já nos prepara para o que pode vir por aí. Viva a democracia! Viva os estudantes! Viva a Uemg! Viva os prédios públicos que servem à educação e à saúde! Parabéns ao Risoleta Neves! Saibam que não estaremos só defendendo o Risoleta mas todas as instituições de ensino, como a Funed e a Fhemig. Estaremos aqui de prontidão defendendo essas instituições, para que o Estado não as entregue, para que ele não aproveite o Propag, um projeto criado – como já disse os colegas deputados – a partir do Bloco Democracia e Luta,

capitalizado aqui pelo deputado Tadeu Leite, presidente desta Casa, que teve papel fundamental, que foi conosco a Brasília junto com o senador Rodrigo Pacheco. E o presidente Lula destinou que fossem feitos estudos.

Naquele tempo, quando nós estávamos estudando a ideia do Propag, o governo do Estado estava dizendo "não" ao Propag. E agora o governo quer usar o Propag para fazer o Estado mínimo, mínimo, mínimo, mínimo. O Bloco Democracia e Luta ficará vigilante, sem sombra de dúvida, para não deixar isso acontecer. Muito obrigado, pessoal aqui presente. Obrigado, estudantes. Saibam que nós estamos juntos com vocês sempre. Muito obrigado.

A presidenta – Obrigada, deputado Doutor Jean Freire. Com a palavra, para discutir, o deputado Betão.

O deputado Betão – Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente aqui nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, internautas, ouvintes da rádio Assembleia, e por aí vai.

Eu acho que todos os deputados que nos antecederam aqui já explicaram bem essa situação. Eu vou procurar ser breve, presidenta. Eles explicaram muito bem a situação do Propag. Acho que é importante lembrar para quem está começando a nos ouvir, que o governador Zema é responsável por 1/3 dessa dívida de hoje, que gira em torno de R$170.000.000.000,00. Desse valor, R$60.000.000.000,00 ou pouca coisa a mais é de responsabilidade dele, que não pagou um centavo, durante os cinco anos em que ele esteve no comando aqui do Estado de Minas Gerais, e sempre tentando arrumar uma forma de pagar, mas o que ele apresentava para todo mundo era o Regime de Recuperação Fiscal.

O Regime de Recuperação Fiscal prevê a privatização das empresas estatais, principalmente Codemig, Cemig e Copasa, e esbarrava e ainda esbarra numa emenda à Constituição do Estado que prevê que, para privatização de uma empresa estatal, é necessário que seja feito um referendo. E ele enviou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais uma emenda à Constituição tentando derrubar esse artigo da Constituição que prevê o referendo. Por enquanto não conseguiu. Ele trabalha no desmonte das empresas, na entrega de dividendos aos grandes acionistas.

Esse Regime de Recuperação Fiscal prevê também que os salários dos servidores do Estado, que já são muito baixos, em média giram em torno de R$3.000,00 a R$4.000,00, fiquem congelados por 10 anos, com dois ajustes de 3,5% ao longo desses 10 anos. Quer dizer, isso é o que ele tinha para apresentar. Nas discussões que foram feitas aqui, junto ao governo federal, foi feito esse programa, o Propag, que prevê, em vez de ser pago à União, investimentos na educação aqui no Estado e na própria saúde. É bem diferente, pois o Propag não prevê congelamento, não prevê congelamento de concursos.

Dentre essa série de questionamentos que são colocados para aderir ao Propag, está a questão do abatimento de 20%. É aqui que nos pega de surpresa, porque nós pegamos essa lista também. Há alguns dias nós a estamos olhando. Para quem é de Juiz de Fora ou da região da Zona da Mata, de onde eu venho, ele está entregando a Ceasa, está entregando a Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora, está entregando o aeroporto da regional da Zona da Mata, o Aeroporto Presidente Itamar Franco e outros diversos.

O que me impressiona, deputados, Professor Cleiton – eu não entendi muito bem, não –, é o fato de ele estar entregando uma tribo, uma tribo, gente. Ele está entregando uma tribo. A tribo Tuxá Setsor Bragagá, em Buritizeiro, na Fazenda Santo Antônio. Está entregando um território indígena. Realmente eu não consegui compreender exatamente como é isso, mas está aqui. Clube dos Subtenentes e Sargentos, lá em Almenara, aliás, em Abaeté. Cadê o Sargento Rodrigues? Cassino do Clube do Automóvel. Os valores, gente… O que ele quer dizer com isso? Ele está entregando diversos imóveis do Estado. A senhora escutou, deputada Beatriz, que ele está entregando uma tribo indígena? Uma tribo indígena. Vou repetir: tribo Tuxá Setsor Bragagá, localizada em Buritizeiro, na Fazenda Santo Antônio, presidente Tadeu Lima. Além dos imóveis da Uemg… Tadeu Leite. Tadeu Lima é um cantor, não é? Sim. Juntei os dois. Além da Uemg e da Unimontes.

Nós tivemos uma discussão essa semana lá na unidade de Barbacena. Antes dessa visita à unidade Babarcena… Havia até alguns professores, trabalhadores da Uemg que achavam que iam ser federalizados, mas essa possibilidade não existe, nem dos

alunos. Então é a extinção da Uemg e da Unimontes no Estado de Minas Gerais, e nós estamos comprando essa briga junto com o nosso Bloco Democracia e Luta.

Evidentemente nós vamos trabalhar a todo momento para que isso não ocorra, em especial com a Universidade do Estado de Minas Gerais, que é um patrimônio de Minas Gerais, um patrimônio dos mineiros, com unidades em diversos municípios, o que traz facilidade para o povo mineiro, para os trabalhadores, para os estudantes, para a juventude, para que ela possa ter acesso a uma educação superior. Isso jamais pode acontecer.

Então nós estamos juntos nessa luta, junto com o bloco, e vamos tentar convencer diversos deputados que fazem parte da base do governo a não fazerem este tipo de entrega: entrega de uma instituição estadual tão importante como a universidade estadual, da tribo, lá de Buritizeiro, e de outros prédios, que ele está entregando, dos quais ele está procurando se desvencilhar. Quem bolou isso deve ter pensado como aquele ministro do Bolsonaro que falou assim: "Vamos aproveitar e passar a boiada de uma vez só". Há que se tomar cuidado, porque se algum desses imóveis não for federalizado, ele pode ir para leilão, já com deságio de 45%, e depois entrar no mercado financeiro para a compra, para a venda, sem passar necessariamente pela Assembleia Legislativa, que, votando esse projeto, já autoriza o Estado de Minas Gerais a vender os seus imóveis. Ou seja, entregar para a iniciativa privada os imóveis do Estado de Minas Gerais.

Então, presidenta, vou parar por aqui, para permitir que mais deputados falem – há mais dois no telão –, para depois entrarmos em votação. Obrigado.

A presidenta – Obrigada, deputado Betão. Com a palavra, para discussão, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Presidenta, boa tarde. Boa tarde, deputadas e deputados. Boa tarde, de forma muito especial, aos que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia, aos estudantes e professores da Universidade do Estado de Minas Gerais, que fazem este importante ato de manifestação nesta tarde. Minha reverência também a todos os assessores e consultores desta Assembleia, que tão brilhantemente participaram, o tempo todo, da discussão que nos traz a este Plenário, nesta tarde.

Deputado Leleco Pimentel, eu tenho insistido na seguinte ideia: nós estamos diante do projeto mais importante dos últimos 40 anos em Minas Gerais. Vou repetir: graças ao deputado Tadeu Martins Leite, graças ao senador Rodrigo Pacheco, nós estamos diante do projeto mais importante dos últimos 40 anos em Minas Gerais. É preciso, deputada Lohanna, que a gente estabeleça uma separação. Existe um Propag proposto pelo Senado, sancionado pelo presidente Lula, construído pela Assembleia; e existe um Propag do sumido. Quando eu falo "sumido" é porque, deputado Leleco, deputada Beatriz, tem lógica. Tem muita lógica o governador Zema oferecer, entre os imóveis, a Cidade Administrativa, para ser cedida, porque ele não a usa, ele não vai lá mais. Neste exato momento, deputado Ulysses Gomes, em que nós estamos discutindo o futuro de Minas Gerais, o senhor governador foi para El Salvador.

Eu vivi para ver liberal apoiar regime de exceção. Eu vivi para ver liberal pegar como modelo um estado que promove o pior tipo de terrorismo que existe, que é o terrorismo de Estado, com violação de direitos humanos, com supressão de liberdades individuais, com desrespeito à Constituição daquele país, com interferências constantes na Suprema Corte, um regime que para muitos se tornou um modelo para não ser copiado.

Mas veja bem! Estava pensando aqui. Vou fazer uma emenda, deputada Leninha, ao projeto de lei, dando autorização para vender a Cidade Administrativa. Pode vender! Vai dar uma boa sede para a Localiza e pode se tornar um bom centro de distribuição das drogarias Araújo. Se a Vale quiser fazer dali um escritório, fica bacana. Só não pode usar o elevador!

É preciso deixar muito claro. Não vou me alongar aqui porque vamos discutir muito por que o Propag tem essa importância. O Propag tem essa importância porque ele resolve o problema do Estado e não o problema do Zema e porque pode reduzir consideravelmente o estoque da dívida multiplicado pelo atual governo em 77%. O aumento da dívida do governo de Minas nestes sete anos é de 77%; 51,3% é somente com a União. Então quero tranquilizar os servidores da Cemig, da Copasa, da EMC, da

Uemg. Ontem estive em Brasília representando o presidente com muita honra e também a nossa Assembleia numa discussão da Comissão de Finanças daquela Casa e estava ouvindo atentamente as falas do secretário do Tesouro Nacional e percebi claramente que não há interesse – viu, pessoal da Uemg? – por parte da União nessa federalização, não há interesse por parte da União nesses imóveis, não há interesse por parte da União até mesmo em algumas empresas públicas.

Mas, presidente, queria já trazer para V. Exa. um projeto de lei que, depois, com muito carinho, poderíamos nos debruçar sobre ele. Nós precisamos resolver o problema e, ao mesmo tempo, dar segurança para a manutenção das nossas estatais. Deputado Leleco Pimentel, entrei com um projeto de lei que securitiza os dividendos do Estado. Para simplificar, nós recebemos por parte da CBMM somente das minas de nióbio de Araxá aproximadamente US$300.000.000,00 por ano. Na cotação do dólar atual, isso dá R$1.700.000.000,00. O meu projeto de lei garante que a securitização aconteça por 30 anos. Nós podemos, diante disso, oferecer esses 30 anos de securitização como pagamento à vista para a União. Dá R$1.700.000.000,00! Nós vamos chegar a quase R$50.000.000.000,00 caso façamos essa securitização. Você reduz o estoque da dívida e, ao mesmo tempo, mantém o controle sobre a Codemig. É algo que quero discutir com o presidente e com os líderes desta Casa porque pode ser uma solução de não federalização, mas, sim, de garantia dos nossos ativos, fazendo com que a Cemig, a Copasa e a Codemig, que produz os seus dividendos, pudessem ser utilizadas através dos mesmos, garantindo, então, a diminuição do estoque da dívida. Aí, enterramos de vez aqui qualquer discussão sobre imóvel, qualquer discussão sobre Uemg, EMC e esse projeto dos imóveis. Estamos sendo irônicos aqui, mas, de longe, ele é o pior e o mais perigoso porque depõe contra o patrimônio de todos os mineiros.

Muitas discussões virão pela frente, mas, hoje, nesta discussão, já estamos encaminhando também o meu voto favorável à adesão ao Propag e parabenizando, mais uma vez, a liderança deste mineiro que ficará eternizado nos anais do Parlamento: Tadeu Martins Leite, o Tadeuzinho.

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para discutir, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputadas e deputados. Boa tarde ao público que acompanha a TV Assembleia. Estamos hoje discutindo o projeto de lei que autoriza o Estado a aderir ao programa de regularização da dívida do Estado. Ao votar essa adesão, a gente sai do Regime de Recuperação Fiscal. Isso é importante. Para quem está acompanhando, isso não foi mágica; foi resultado de trabalho da oposição da Casa, um trabalho de convencimento. É importante que hoje, ao votar que somos favoráveis… Não queremos, de forma alguma, deixar de aderir ao Propag; muito pelo contrário. Ele é resultado de uma luta e de uma construção, envolvendo o governo federal e esta Casa, presidente Tadeu Leite.

Mas a gente precisa continuar acompanhando os demais projetos. A gente estava aqui, com os servidores e a comunidade escolar da Uemg. Eles estão vivendo em um terrorismo. É isso o que o governador está fazendo ao disponibilizar para a imprensa uma lista de imóveis que ele pretende colocar nesse novo contrato com o governo federal. Parece brincadeira, não é? Parece que ele não está levando isso a sério. O papel desta Casa vai ser fundamental: dar seriedade ao Propag e a essa dívida que não nasce com o governador Zema, mas ultrapassa o governo Zema. Nós estamos falando que, nos próximos 30 anos, teremos o compromisso de pagar a dívida. Por isso é tão importante a manutenção de alguns ativos, porque eles geram riquezas para o Estado de Minas Gerais.

É um desafio, inclusive, traduzir isso para o povo. Se isso é um desafio para a gente que está aqui, acompanhando os debates, discutindo, lendo 13 ou 14 projetos encaminhados para esta Casa em tempo recorde, imagine para quem está assistindo. Eu me inscrevi para discutir e para deixar negritado que o nosso objetivo hoje é aderir ao Propag, e não vender nenhum bem, não colocar nenhum bem, neste momento, à disposição do governo federal, e dizer que, sim, queremos outro modelo. Queremos outra forma de assumir essa dívida, uma forma que não interdite o Estado, como o governador Zema queria ao manter o Regime de Recuperação Fiscal, sem concurso público, fechando hospitais, fechando escolas e deixando o carro dos policiais sem combustível. É isso que ele fez, inclusive em um decreto que lançou antecipadamente, pensando já na contenção de gastos que, sim, a dívida continua impondo.

Mas estamos aqui com a seriedade de levar à frente esse debate, acompanhando os próximos passos. Trata-se do momento em que a gente vai acompanhar a avaliação de cada imóvel, de cada ativo. Quando falamos de imóveis, estamos falando de empresas públicas de contas, inclusive a própria previdência dos servidores que está aí na lista. Nós precisamos acompanhar para ver a avaliação que o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais fará desses imóveis para apresentar ao governo federal e não haver calote, por parte do governador, de inviabilizar o Propag. Quando a gente recebe essa lista envolvendo aldeia indígena, equipamentos fundamentais do Estado, como espaços de delegacia, parece que ele lançou uma lista para confundir o povo e também para brincar com algo que é muito sério. Há coisas que não são de interesse do governo federal receber para amortizar a dívida.

E não faz sentido, no meio de tanta coisa que a gente poderia estar conversando… Pode-se diminuir 20% da dívida, e a gente ficar com taxa zero e não ficar pagando juros sobre juros, como o governador havia aceitado com o Regime de Recuperação Fiscal. Nós queremos, sim, ter compromisso com a proteção do nosso patrimônio, e a Uemg e o Risoleta cuidarem disso para que a dívida do Estado, a dívida, que é do povo mineiro… É importante dizer que é importante o Propag, ele é muito melhor que o Regime de Recuperação Fiscal, mas a gente continua em dívida.

Pagar a dívida significa compromissos que todos os poderes terão de assumir, não só o governo do Estado, mas o Judiciário e o Legislativo. Esse é um para casa que a gente vai acompanhar nos próximos anos. É um para casa para dizer que para quitar a dívida, nós queremos manter os imóveis que estão sendo analisados e continuar com o investimento. Se a Copasa, se a Cemig entrarem nesse balaio todo, não significa que ele vai parar de fazer investimento nessas empresas, que elas vão parar de colocar recursos no caixa do Estado. Os recursos que vêm da Cemig são importantes, inclusive, para a manutenção não só da empresa, mas de outros ativos do Estado, de outras obrigações do Estado.

Então eu chego aqui hoje registrando a minha posição nessa discussão, preocupada, sim, e atenta ao acompanhar cada passo que vai-se dando na discussão dos demais projetos. Mas quero dizer que hoje os mineiros recebem uma única resposta: a adesão ao programa, a adesão a uma forma de pagar a dívida menos onerosa do que o Regime de Recuperação Fiscal, com o compromisso desta Casa de não se terceirizar. O meu compromisso e o do bloco é de não permitir a terceirização, a privatização. Não são essas as palavras que nós estamos adotando ao assumir um compromisso de pagar a dívida, mas de manter o Estado de pé com o controle social, com controle de cada passo das avaliações. E que o governo do Estado tenha o compromisso de manter, no próximo um ano e meio, o pagamento da dívida e também os investimentos, conforme ele mesmo assumiu aqui na Casa, investimentos em fundos que vão gerar cuidado não só com o pagamento da dívida, mas investimentos em programas sociais e em educação profissionalizante. Isso é muito importante.

Essa solução não é uma solução para Minas Gerais, é para o País inteiro. Por isso, é importante que ela dê certo e é por isso que a gente sai daqui hoje aliviada, porque aderir ao programa é também algo que a gente desejou e é necessário para a gente dar os próximos passos, com segurança para cuidar do patrimônio de Minas Gerais. Essa é a minha contribuição, presidente. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 29/5/2025

Presidência da Deputada Ione Pinheiro

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Eduardo Azevedo – Ione Pinheiro – Luizinho – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

A presidente (deputada Ione Pinheiro) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/5/2025

Às 14h14min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Lohanna e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, recebidos pelo Fale com as Comissões, das Sras. Janaina Klemp, solicitando auxílio para transferência de seu marido, detento em Barbacena, para o Estado de São Paulo; e Nelza Efigênia dos Santos, diretora do Sindicato dos Empregados da Prefeitura Municipal de Passos, solicitando apoio da comissão na luta dos servidores municipais por valorização, respeito e liberdade sindical. A seguir, comunica o recebimento de ofício dos membros da Articulação das Câmaras Regionais dos Territórios de Mariana, Barra Longa, Quilombo de Gesteira, Rio Doce, Santa Cruz e Xopotó e dos territórios 1 a 10 e 13 a 16 e litoral norte Capixaba, requerendo esforço dos destinatários para que realizem audiência pública destinada a debater os direitos das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão e para que atuem no agendamento de audiência com o presidente da República para tratativas sobre o acordo de reparação; e documentação encaminhada pela Sra. Patrícia Teixeira da Silva e outras, denunciando ingerência em condomínio do Minha Casa, Minha Vida que pode levar moradores a perder seus imóveis. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência comunica que a comissão participará das reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. A seguir, é recebido, colocado em votação e aprovado o Requerimento nº 14.126/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem sejam informados à secretária de Estado de Desenvolvimento Social os temas definidos pela comissão para serem enfatizados no 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – "Direito à moradia e acesso à terra"; Tema 2 – "Proteção social"; Tema 3 – "População em situação de rua"; Tema 4 – "Acolhimento institucional"; e Tema 5 – "Segurança alimentar e nutricional". São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.878/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Leninha e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Patrimônio da União – SPU – pedido de providências para que seja garantido, de forma imediata, o aumento do número de servidores da Superintendência da SPU no Estado; seja efetivada a parceria com a Universidade de Brasília – UnB –, com a finalidade de assegurar a conclusão do relatório técnico prioritário da Comunidade Tradicional Pesqueira e Vazanteira de Canabrava, situada às margens do Rio São Francisco, no Município de

Buritizeiro; e seja mantido o compromisso assumido com a comunidade e a comissão, em sua 9ª Reunião Ordinária, realizada em 7/5/2025, de finalização do processo de demarcação decorrente da regularização do território dessa comunidade o quanto antes;

nº 13.879/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Leninha e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União – SPU – pedido de providências para que seja emitido, em caráter de urgência, o Termo de Autorização de Uso Sustentável – Taus – da comunidade tradicional pesqueira e vazanteira de Canabrava, situada às margens do Rio São Francisco, no Município de Buritizeiro, conforme determinação exarada pelo Tribunal de Contas da União, de forma a garantir a segurança da posse, o direito ao território e condições dignas de vida a todas as pessoas dessa comunidade; e seja encaminhado à SPU o *link* para o acesso ao inteiro teor da 9ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 7/5/2025;

nº 13.880/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Leninha e dos deputados Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam garantidos, de forma efetiva e concreta e de maneira dialogada com as comunidades, a segurança, a posse, o direito ao território e condições dignas de vida à comunidade tradicional pesqueira e vazanteira de Canabrava, situada às margens do Rio São Francisco, no Município de Buritizeiro, tendo em vista que a regularização e a delimitação de seu território pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU –, conforme determinação exarada pelo Tribunal de Contas da União – TCU –, se encontra em fase final;

nº 13.942/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Barão de Cocais pedido de informações sobre qual foi o valor total arrecadado nos últimos cinco anos pelo município a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem –, proveniente das mineradoras; qual parcela desse montante foi revertida especificamente em investimentos ou benefícios para a comunidade do Castro; e se existem termos de ajustamento de conduta – TACs – firmados com as mineradoras que atuam nas proximidades da comunidade do Castro, visando à compensação pelos impactos causados por suas atividades, enviando-se a esta Casa, em caso positivo, cópias dos referidos instrumentos e informações sobre a execução das medidas pactuadas;

nº 13.943/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre a possibilidade de existência de termos de ajustamento de conduta – TACs – firmados com as mineradoras que atuam nas proximidades da Comunidade do Castro, no Município de Barão de Cocais, visando à compensação pelos impactos causados pelas atividades dessas mineradoras; e, no caso da existência desses TACs, sobre a execução das medidas pactuadas, consubstanciadas em cópias dos referidos termos;

nº 13.944/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do inquérito civil instaurado que trata dos impactos sociais, ambientais e estruturais causados pelas atividades das empresas mineradoras na região da Comunidade do Castro, no Município de Barão de Cocais, e em documento contendo as medidas que estão sendo adotadas ou que são previstas pelo Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – para a reparação e mitigação dos danos identificados, a fim de que possam subsidiar ações legislativas, administrativas e comunitárias voltadas à proteção e promoção dos direitos da população afetada;

nº 13.945/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Barão de Cocais pedido de informações consubstanciadas em cópia integral dos laudos técnicos elaborados pela Defesa Civil referentes às condições estruturais e de risco de todas as residências e imóveis avaliados nos últimos cinco anos, com identificação dos endereços, das datas das vistorias, dos responsáveis técnicos e dos pareceres conclusivos; em cópia integral dos processos administrativos de autorização de funcionamento de todas as mineradoras em atividade no território municipal, incluindo a empresa CDB Logística, com os respectivos protocolos de requerimento; em cópia de estudo de impacto ambiental – EIA – e de relatório de impacto ambiental – Rima –, quando houver; em cópia de estudo de impacto de vizinhança – EIV; em cópias de licenças ambientais expedidas – prévia, de

instalação e de operação; em cópia de manifestação e em pareceres dos conselhos municipais envolvidos; e em cópia integral das atas, dos pareceres e deliberações dos conselhos municipais relacionados ao tema, especialmente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – Codema –, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Participativo – Condesp – e de outros conselhos técnicos ou participativos que tenham emitido manifestação sobre os empreendimentos citados;

nº 13.946/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Barão de Cocais e às empresas MR Mineração, Vale S.A., CDB Logística, Flapa Mineração e GSM Mineração, todas em Barão de Cocais, pedido de providências para o atendimento das seguintes demandas, apresentadas pela Associação de Moradores da Comunidade do Castro, com vistas a garantir melhor qualidade de vida, dignidade e reparação socioambiental a essa comunidade diretamente impactada pelas atividades minerárias: doação de uma área pelas mineradoras para construção do centro comunitário do Castro; acompanhamento psicológico contínuo para os moradores; construção de equipamentos comunitários, como o centro comunitário, quadra de lazer, área de ginástica, banheiros, cozinha comunitária; participação ativa da comunidade, por meio de sua associação, em todas as decisões relativas à Via do Minério do Castro; realização de projetos culturais, tais como aulas de música, teatro e dança, reforço escolar e semanas recreativas para crianças; viabilização de projetos de empreendedorismo e capacitação profissional de acordo com os interesses da comunidade, visando geração de renda e inserção nas empresas da região; efetivação de projetos esportivos adaptados às demandas locais; manutenção e revitalização da Via do Minério, incluindo a construção de viaduto para segurança do tráfego local; instalação de reservatório de água com captação em ponto elevado da cachoeira; preservação da nascente que abastece a comunidade; alargamento da pista e construção de calçadas; substituição do calçamento da Estrada do Castro por bloquetes intertravados; implantação de infraestrutura e saneamento básico, incluindo reforma de moradias; plantio de cortina arbórea com árvores adultas para barreira ambiental; e implantação de pista de caminhada, ciclovia e área verde;

nº 14.041/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para que sejam apresentados pelo governo do Estado os imóveis em condições de serem transferidos à União no bojo do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, bem como para que sejam debatidas as possibilidades de aproveitamento dos imóveis pela União para fins de garantia do direito fundamental à moradia, da regularização fundiária, do acesso à terra e da resolução de conflitos, urbanos e rurais;

nº 14.042/2025, do deputado Lucas Lasmar e da deputada Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as possíveis violações de direitos humanos dos trabalhadores do Hospital Maria Amélia Lins e do Hospital João XXIII e a qualidade dos serviços públicos de saúde prestados nesses hospitais, principalmente com as demissões de contratados e a verificação de altas taxas de infecções de pacientes do Hospital João XXIII recebidos no Hospital Maria Amélia Lins;

nº 14.108/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para que o imóvel do extinto Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops-MG –, escolhido para abrigar o Memorial de Direitos Humanos Casa da Liberdade, seja tombado como patrimônio cultural federal;

nº 14.109/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para reativação do *site* da Comissão da Verdade no Estado e explicitação dos procedimentos para consulta *on-line* de documentos do extinto Departamento de Ordem Política e Social – Dops;

nº 14.128/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, para debater o descumprimento reiterado, por parte da PMMG, de decisões judiciais relativas à ocupação da antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops-MG –, ato político que reivindica a instituição do Memorial de Direitos Humanos nesse local, como forma de pressão e luta pelo direito à memória e à verdade;

nº 14.129/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – e ao Sr. Leonardo Antônio Bolina Filgueiras, juiz de direito, pedido de providências para averiguarem o descumprimento de decisões judiciais por parte da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, uma vez que a instituição voltou a cercar, em 14/5/2025, a antiga sede do extinto Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops-MG –, com mais efetivo, viaturas e armamentos ostensivos, constrangendo as pessoas que ocupam o edifício e reivindicam a criação do Memorial de Direitos Humanos e restringindo sua circulação pelo local;

nº 14.130/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – e ao Sr. Anacleto Falci, juiz de direito na 2ª Vara Cível de Governador Valadares, pedido de providências para responsabilizarem o Estado, inclusive criminalmente, se couber, por medidas protelatórias e descumprimento de decisão judicial de 21/2/2025, ao não realizar o pagamento de pensão alimentícia à família de Thainara Vitória Francisco Santos, jovem de 18 anos morta em 14/11/2024, durante violenta abordagem policial, no referido município;

nº 14.131/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o advogado-geral do Estado, para debater o descumprimento, por parte do Estado, da decisão judicial que determinou o pagamento de pensão alimentícia à família de Thainara Vitória Francisco Santos, jovem de 18 anos morta em 14/11/2024, durante violenta abordagem policial, no Município de Governador Valadares, e a utilização de medidas protelatórias em relação à referida decisão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2025.

Bella Gonçalves, presidenta – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 10h2min, comparecem à reunião a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista, Caporezzo e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Grego da Fundação. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Sra. Amanda Cristina Russi de Pinho, expondo o caso de sua gestação de alto risco e solicitando auxílio desta comissão, e do Sr. Benjamim Godinho da Fonseca Neto, médico urologista no Hospital Alberto Cavalcanti, em Belo Horizonte, informando que a direção do hospital decidiu pela extinção do plantão noturno de urologia, uma das especialidades mais demandadas e que mais operam. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 4/4/2025), da Secretaria de Estado de Saúde (dois ofícios em 16/4/2025, um ofício em 11/4/2025 e um ofício em 3/4/2025), do Ministério da Saúde (um ofício em 13/3/2025), da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (um ofício em 26/3/2025) e da Secretaria Municipal de Saúde (um ofício em 7/5/2025). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.232/2024, no 1º turno (Amanda Teixeira Dias), 984 e 1.603/2023, 2.332, 2.439 e 2.594/2024, no 1º turno, e 3.644/2025, em turno único (Arlen Santiago), 3.253/2025, em turno único (Caporezzo), 1.646/2023, no 1º turno (Doutor Wilson Batista), 3.205/2024, no 1º turno (Lucas Lasmar). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela

aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.107/2024 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Caporezzo). É convertido em diligência, a requerimento do relator, o Projeto de Lei nº 2.044/2024, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Saúde. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.644/2025, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.370, 11.404, 11.405, 11.406 e 11.430/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: 13.972, 14.052, 14.064 e 14.065/2025. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 14.250/2025, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.542/2025, que dispõe sobre transparência nos custos hospitalares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2025.

Arlen Santiago, presidente – Lincoln Drumond – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 10h23min, comparecem à reunião os deputados Carlos Henrique, Marquinho Lemos e Zé Laviola, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.363/2021, 3.464 e 3.789/2022 e 76, 234, 425, 778, 862, 1.101 e 1.515/2023 (relator: deputado Carlos Henrique). A presidência suspende os trabalhos. Às 14h15min a reunião se encerra por decurso do prazo regimental.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Zé Laviola, presidente – Zé Guilherme – Hely Tarqüínio.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025

Às 15h11min, comparecem à reunião os deputados Coronel Henrique, Bosco e Lucas Lasmar (substituindo o deputado Mário Henrique Caixa, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.569/2025, no 1º turno (Bosco), Projetos de Lei nºs 3.316/2025, no 2º turno, e 3.088/2024, em turno único (Coronel Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2025 na forma originalmente apresentada (relator: deputado Coronel Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.935 e 3.178/2024, 3.449 e

3.452/2025 (relator: deputado Bosco), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.366 e 11.367/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.157/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 14.112/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Interação Esporte e Cultura – Aiec – pelo projeto Forjando Campeões – Cart Contagem, uma iniciativa que visa não apenas fortalecer o *taekwondo* de alto rendimento no município, mas também promover a inclusão social e a formação cidadã de crianças e adolescentes por meio do esporte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2025.

Coronel Henrique, presidente – Bosco – Professor Cleiton.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/5/2025

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 74/2025, da Mesa da Assembleia.

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 202/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, na forma do Substitutivo nº 1; 1.258/2023, do deputado Lucas Lasmar, na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1; e 1.366/2023, do deputado Leandro Genaro, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.074/2019, do deputado Noraldino Júnior, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; 2.433/2024, da deputada Ana Paula Siqueira; e 3.731/2025, do governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1.

Em redação final: Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2024, do deputado Sargento Rodrigues e outros; Projetos de Resolução nºs 71, 72 e 74/2025, da Mesa da Assembleia; Projetos de Lei Complementar nºs 25/2023, do deputado Enes Cândido; e 56/2024, do procurador-geral de justiça; e Projetos de Lei nºs 1.017/2019, das deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e do deputado Gustavo Mitre; 3.338/2021, do deputado João Leite; 3.633/2022, do deputado Coronel Henrique; 222/2023, do deputado Leonídio Bouças; 434/2023, do deputado Charles Santos; 1.153/2023, da deputada Lohanna e do deputado Fábio Avelar; 1.188/2023, do deputado Grego da Fundação; 1.383/2023, da deputada Maria Clara Marra; 1.890/2023, do governador do Estado; 2.015/2024, do deputado Leleco Pimentel; 2.433/2024, da deputada Ana Paula Siqueira; 2.650/2024, do deputado Dr. Maurício; 2.662/2024, do deputado Douglas Melo; 3.106/2024, do governador do Estado; e 3.731/2025, do governador do Estado.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 30 de maio de 2025, destinada a homenagear o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Sindsempmg – pelos 20 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 29 de maio de 2025.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados João Magalhães e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2025, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, em Itabira.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Tito Torres, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as circunstâncias da morte da jovem Thainara Vitória Francisco Santos e outras ocorrências de violência policial ocorridas no Estado, bem como obter esclarecimentos do ouvidor-geral do Estado sobre as providências judiciais e administrativas que vêm sendo adotadas para coibir e punir os casos de violações de direitos perpetradas pelo próprio Estado.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RECEBIMENTO DE EMENDAS E SUBSTITUTIVO

– Foram recebidos, na 13ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 29/5/2025, as seguintes emendas e o seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 999/2015

Suprimam-se os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Ulysses Gomes (PT), líder do Bloco Democracia e Luta.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.205/2024

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 3º do Substitutivo nº 1 de 2º turno do Projeto de Lei nº 2.205/2024, renumerando-se os demais.”.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Professor Cleiton (PV)

EMENDA Nº 2

Suprima-se o art. 6º do Substitutivo nº 1 ao vencido em Plenário.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2025.

Ulysses Gomes (PT), líder do Bloco Democracia e Luta.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.731/2025

Suprima-se, no § 4º do art. 10, a expressão "direto".

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

João Magalhães

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.074/2019

Reconhece o acervo bibliográfico e arquivístico da Associação de Cultura Luso-Brasileira, sediada no Município de Juiz de Fora, como de relevante interesse cultural do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o acervo bibliográfico e arquivístico da Associação de Cultura Luso-Brasileira, sediada no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2025.

Noraldino Júnior (PSB), líder do Bloco Avança Minas.

Justificação: O presente substitutivo visa adequar o texto do projeto analisado, pois a forma das proposições que promovem esse tipo de reconhecimento foi atualizada em razão da edição da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, que trata do reconhecimento de bens, expressões e manifestações como de relevante interesse cultural do Estado.

Ressaltamos que o projeto em análise foi apreciado na Comissão de Cultura, em 2º turno, em março de 2022, com parecer pela aprovação, antes, portanto, da entrada em vigor da norma supramencionada, razão pela qual apresentamos no novo texto os ajustes necessários para sua conformação com a legislação vigente.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.017/2019

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.017/2019, de autoria das deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e do deputado Gustavo Mitre, que institui o Dia Estadual em Defesa das Comunidades Terapêuticas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.017/2019

Institui o Dia Estadual de Defesa das Comunidades Terapêuticas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual de Defesa das Comunidades Terapêuticas, a ser comemorado anualmente no dia 3 de abril.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 434/2023

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 434/2023, de autoria do deputado Charles Santos, que altera a Lei nº 12.971, de 1998, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 434/2023

Altera a Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso V do *caput* e o § 1º do art. 2º da Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação, e ficam acrescentados ao mesmo artigo os §§ 3º a 5º a seguir:

"Art. 2º – (…)

V – alarme sonoro a ser acionado pelo usuário do serviço em caso de emergência, monitorado por empresa de segurança, e alarme com sensor de movimento;

(…)

§ 1º – As instituições bancárias e financeiras disponibilizarão, sob demanda, para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e, em tempo real, quando solicitado pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, as imagens a que se refere o inciso III do *caput*, na forma de regulamento, observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

(…)

§ 3º – Excetuam-se do dever de instalar o dispositivo de segurança previsto no inciso I do *caput* as agências e os postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras em que não haja guarda de valores ou movimentação de dinheiro em espécie.

§ 4º – A exceção prevista no § 3º não dispensa o cumprimento das demais obrigações a que estão sujeitas as agências e os postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras, especialmente quanto ao disposto a seguir:

I – nas agências nas quais haja atendimento ao público e guarda ou movimentação de numerário ou valores, durante os horários de atendimento ao público, o sistema de segurança deverá contar com dois vigilantes, no mínimo, equipados com arma de fogo ou arma de menor potencial ofensivo e colete balístico;

II – nos postos de atendimento nos quais haja atendimento ao público e guarda ou movimentação de numerário ou valores, o sistema de segurança deverá contar com um vigilante, no mínimo, equipado com arma de fogo ou arma de menor potencial ofensivo.

§ 5º – As agências e os postos de atendimento a que se refere o § 3º deverão afixar, em local visível ao público, aviso informando que, em suas dependências, não há guarda de valores, movimentação de dinheiro ou realização de transferências eletrônicas de valores financeiros.".

Art. 2º – O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.971, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º – (…)

Parágrafo único – O trabalhador a que se refere o *caput* deverá usar colete à prova de balas de uso permitido, fornecido pela instituição bancária ou financeira ou pela empresa de vigilância, a ser substituído quando expirado seu prazo de validade.".

Art. 3º – Ficam acrescentados à Lei nº 12.971, de 1998, os seguintes arts. 4º-A e 4º-B:

"Art. 4º-A – As instituições a que se refere o art. 1º afixarão, nos locais de prestação de serviços, sinalização tátil no piso para orientar o deslocamento seguro das pessoas com deficiência visual, o posicionamento adequado dessas pessoas para o uso de equipamentos ou serviços e seu acesso às demais dependências de uso público.

Parágrafo único – A sinalização tátil a que se refere o *caput* deverá atender às especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 4º-B – A administração pública poderá realizar, nos termos de regulamento, a concessão, a permissão, a cessão ou a autorização, onerosas ou não, de uso especial de espaços físicos localizados em bens imóveis pertencentes a seu patrimônio destinados à instalação das agências e dos postos de atendimento de que trata esta lei.

Parágrafo único – O disposto no *caput* se aplica, nos termos da lei, à administração direta e à administração indireta, inclusive a autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, concessionários e delegatários de serviços públicos, bem como a serviços notariais e registrais.".

Art. 4º – A ementa da Lei nº 12.971, de 1998, passa a ser: "Torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras e dá outras providências.".

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, no que se refere ao disposto no art. 4º-A da Lei nº 12.971, de 1998, acrescentado pelo art. 3º desta lei, cento e oitenta dias após a data de publicação desta lei.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.153/2023

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.153/2023, de autoria da deputada Lohanna e do deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência – CIS-URG Oeste – o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.153/2023

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência – CIS-URG Oeste – o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência – CIS-URG Oeste – o imóvel com área de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado no Município de Divinópolis e registrado sob o nº 44.325, no Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Divinópolis.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao desenvolvimento de atividades de capacitação permanente dos profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – e da Rede de Urgência da Região Ampliada Oeste, bem como de outras redes de atenção à saúde.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1°.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.188/2023

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.188/2023, de autoria do deputado Grego da Fundação, que altera a Lei nº 20.622, de 15 de janeiro de 2013, que torna obrigatória a destinação preferencial de assentos para idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos que menciona, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.188/2023

Altera a Lei nº 20.622, de 15 de janeiro de 2013, que torna obrigatória a destinação preferencial de assentos para idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O *caput* do art. 1º da Lei nº 20.622, de 15 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – É obrigatória, nos cinemas, teatros, casas de espetáculo, instituições financeiras, auditórios, salas de conferência, estádios, ginásios e outros estabelecimentos de natureza similar, inclusive nas dependências de órgãos e entidades públicos em que houver disponibilidade de assentos, a destinação preferencial de, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos assentos disponíveis para:

I – pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos;

II – pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – gestante e lactante;

IV – pessoa acompanhada por criança de colo;

V – pessoa com doença grave ou com doença incapacitante ou limitante.".

Art. 2º – A ementa da Lei nº 20.622, de 2013, passa a ser: "Dispõe sobre a destinação preferencial de assentos nos casos que menciona.".

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.383/2023

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.383/2023, de autoria da deputada Maria Clara Marra, que institui a Política Estadual de Estímulo às Sessões de Cinema Adaptadas para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA – no Estado de Minas Gerais, foi aprovado no 2º turno, na forma Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.383/2023

Dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 1º do art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º – (…)

§ 1º – As medidas a que se refere o inciso VIII do *caput* incluirão o incentivo à realização de sessões de cinema, abertas à participação do público em geral, adaptadas às características das pessoas com transtorno do espectro autista ou outras deficiências que acarretem hipersensibilidade sensorial ou dificuldades de comportamento ou de comunicação.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.015/2024

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.015/2024, de autoria do deputado Leleco Pimentel, que acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 24.482, de 4 de outubro de 2023, que institui a política estadual de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.015/2024

Acrescenta inciso e parágrafo ao art. 4º da Lei nº 24.482, de 4 de outubro de 2023, que institui a politica estadual de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados ao art. 4º da Lei nº 24.482, de 4 de outubro de 2023, os seguintes inciso XI e § 3º:

"Art. 4º – (…)

XI – garantia de atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial ou em clínica especializada ou que requeira permanência prolongada em domicílio.

(…)

§ 3º – O atendimento de que trata o inciso XI do *caput* deve assegurar a continuidade dos estudos e favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades de aprendizagem e socioemocionais do aluno atendido, conforme suas características, nível de desenvolvimento e estado de saúde física e psicológica.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.433/2024

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.433/2024, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as festas juninas e os grupos juninos mineiros, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.433/2024

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as festas juninas e os grupos juninos mineiros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam reconhecidos como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, as festas juninas e os grupos juninos mineiros.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74/2025

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 74/2025, de autoria da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Mauro Luiz Campbell Marques, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74/2025

Concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Mauro Luiz Campbell Marques.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica concedido a Mauro Luiz Campbell Marques o título de Cidadão Honorário do Estado, pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.731/2025

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.731/2025, de autoria do governador do Estado, que autoriza o Estado, por intermédio do Poder Executivo, a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.731/2025

Autoriza o Poder Executivo a efetivar a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a solicitar o encerramento do Regime de Recuperação Fiscal, nos termos do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017, e do § 6º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 1º – O pedido de encerramento do Regime de Recuperação Fiscal de que trata o *caput* está condicionado ao envio à Secretaria do Tesouro Nacional do pedido de adesão ao Propag.

§ 2º – O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, preferencialmente por meio eletrônico, relatório contendo todas as informações constantes no pedido de adesão ao Propag e no pedido de encerramento do Regime de Recuperação Fiscal em até trinta dias contados dos referidos pedidos.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, entre o Estado e a União, contrato de refinanciamento ou aditivo contratual, nos termos do disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 1º – Fica autorizada a vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 156-A e 157 e a alínea "a" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159 da Constituição da República aos contratos de refinanciamento ou aditivos contratuais a que se refere o *caput* a serem firmados, em garantia ou contragarantia à União, em caráter irrevogável e irretratável, pelas obrigações neles assumidas, nos termos do § 4º do art. 167 da mesma Constituição.

§ 2º – As receitas de que tratam os arts. 155, 156-A e 157 e a alínea "a" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159 da Constituição da República permanecem vinculadas aos contratos objeto de refinanciamento de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, em garantia das obrigações neles assumidas, nos termos do § 4º do art. 167 da mesma Constituição e da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, por meio dos instrumentos previstos no art. 3º da mesma lei complementar, observada a edição de lei específica nos casos em que a legislação o exigir.

§ 1º – O contrato de refinanciamento ou o aditivo contratual a que se refere o art. 3º poderá ser celebrado, sob condição resolutiva, para viabilizar a redução da dívida consolidada, ainda que pendente a aprovação das leis autorizativas de transferência dos ativos, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

§ 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a prever cláusula de arbitragem para dirimir eventuais conflitos entre a União e o Estado decorrentes das transferências de ativos.

Art. 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a opção pelos encargos do aditivo contratual, nos termos do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, com a devida fundamentação que a caracterize como a mais adequada e desde que instruída com estudo técnico que demonstre a economicidade da alternativa.

Art. 6º – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar os investimentos previstos como contrapartida à opção a que se refere o art. 5º, observado o disposto no § 2º do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 7º – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o aporte anual para o Fundo de Equalização Federativa, previsto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, de acordo com o montante definido na opção a que se refere o art. 5º.

Art. 8º – A adesão ao Propag não implicará o desligamento do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, de que trata a Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021, nem do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, a que se refere a Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 9º – É vedada a contratação de novas operações de crédito pelo Estado para o pagamento das parcelas de que trata o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 212, de 2025.

Art. 10 – Fica instituído, no âmbito do Estado, o Comitê Interinstitucional de Acompanhamento da Execução do Contrato de Adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados.

§ 1º – O comitê a que se refere o *caput* será composto por:

I – um representante do Ministério Público do Estado;

II – um representante do Tribunal de Justiça do Estado;

III – um representante do Tribunal de Contas do Estado;

IV – um representante da Assembleia Legislativa do Estado;

V – um representante do Poder Executivo Estadual.

§ 2º – O mandato dos membros do comitê a que se refere o *caput* será de três anos, vedada a recondução.

§ 3º – Os membros do comitê a que se refere o *caput* atuarão sem percepção de gratificação ou remuneração adicional.

§ 4º – O comitê a que se refere o *caput* terá acesso a todos os dados, relatórios, contratos e documentos financeiros e patrimoniais relacionados à execução do contrato com a União no âmbito do Propag, ressalvados aqueles que possam impactar negativamente a relação negocial entre as partes e observada a legislação pertinente.

§ 5º – O comitê a que se refere o *caput* deverá ser formalmente instituído por decreto do Poder Executivo no prazo máximo de trinta dias após a assinatura do contrato de adesão ao Propag.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2025.

Carlos Henrique, presidente e relator – Tito Torres – Noraldino Júnior.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 29/5/2025, a seguinte comunicação:

Da deputada Ana Paula Siqueira, em que notifica sua licença para tratar da saúde no período de 15 a 16/5/2025.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/5/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bruno de Souza Ferreira, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Cláudia Costa Teixeira, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

exonerando Cristiano José de Sousa Neto, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Oscar Teixeira;

exonerando Gabriela Pereira Ribeiro Brandão, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Iury Cristiano Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

exonerando Mariane Duarte Fernandes, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

exonerando Rita de Cássia Moreira Lima Vilela, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Santuza Moraes Barreto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Nayara Rocha;

exonerando Vinicius Pedro Tavares de Araujo, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita;

nomeando Cláudia Costa Teixeira, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Constituição e Justiça;

nomeando Érick Lazaro Soares de Freitas, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

nomeando Ezequiel da Silva Santana, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Gabriela Pereira Ribeiro Brandão, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Maria Luísa de Oliveira Resende, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram;

nomeando Mariane Duarte Fernandes, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Constituição e Justiça;

nomeando Rita de Cássia Moreira Lima Vilela, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Ruth Pereira Soares, padrão VL-16, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Thayná Quintino Vilas Boas, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas.

ERRATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/5/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/5/2025, nas págs. 12 a 14, nos resumos dos Requerimentos nºs 14.002, 14.003, 14.005 a 14.008, 14.014, 14.015, 14.017 a 14.024, 14.100 e 14.101/2025, onde se lê:

"dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes", leia-se:

“da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Adalclever Lopes e Rodrigo Lopes”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.253/2025

Comissão de Saúde

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/5/2025, na pág. 36, na fundamentação, onde se lê:

“Carandaí”, leia-se:

“Juiz de Fora”.